



ELIZETE BEATRIZ AZAMBUJA

**O FUNCIONAMENTO IDEOLÓGICO
NA PRODUÇÃO DA “HIPERCORREÇÃO”**

**CAMPINAS
2012**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ELIZETE BEATRIZ AZAMBUJA

**O FUNCIONAMENTO IDEOLÓGICO
NA PRODUÇÃO DA “HIPERCORREÇÃO”**

Fabio Akcelrud
Prof. Dr. FABIO AKCELURUD DE RAUJ
Coordenador Geral de Pós-Graduação
IEL / UNICAMP
Matr.: 29048-6

Orientadora: Prof^a Dr^a Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de doutora em Linguística.**

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovado por
Comissão Julgadora

27/2/2013
TLS

**CAMPINAS,
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Az13f	<p>Azambuja, Elizete Beatriz, 1962- O funcionamento ideológico na produção da "hipercorreção" / Elizete Beatriz Azambuja. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador : Eni Puccinelli Orlandi. Co-orientador : Eliana de Almeida Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Hipercorreção. 2. Ideologia. 3. Análise do discurso. 4. Equívoco. 5. Língua. I. Eni Puccinelli Orlandi. II. Almeida, Eliana de. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. IV. Título.</p>
-------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The ideological functioning in the production of
"hypercorrection".

Palavras-chave em inglês:

Hypercorrection
Ideology
Discourse Analysis
Slip-up
Language

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Eni Puccinelli Orlandi [Orientador]

Eliana de Almeida [Co-orientador]

Cláudia Pfeiffer

José Horta Nunes

Judite Gonçalves de Albuquerque

Mariza Vieira da Silva

Data da defesa: 24-08-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi



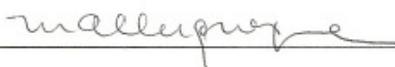
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



José Horta Nunes



Judite Gonçalves de Albuquerque



Mariza Vieira da Silva



Débora Raquel Hettwer Massmann

Eliana de Almeida

Lauro José Siqueira Baldini

IEL/UNICAMP
2012

*Ao meu Deusinho do Céu, força/energia do amor,
e às pessoas magníficas -
flores e anjos -
que Ele colocou nesta caminhada...*

Agradecimentos

Além de *Deus*, força maravilhosa que me sustenta, agradeço:

À professora *Eni*, pelo exemplo de que ciência e coração são indissociáveis, por acreditar em mim quando eu mesma duvidei, por me orientar com tanta sabedoria, respeito, carinho, amizade...

À *Eliana*, minha coorientadora, pela dedicação na leitura dos meus textos e as sugestões tão bem-vindas.

Aos professores e amigos: *Judite, Luiz Francisco, Mariza e Neuza*, por terem lido um projeto ainda em semente e terem dado sugestões fundamentais, para que, mais tarde, se tornasse uma tese.

Aos professores que me ajudaram no processo de qualificação/avaliação do meu texto: *Cláudia, Eduardo, José Horta, Judite, Mariza e Mônica*.

Aos professores *Débora e Lauro* e aos colegas/amigos *Edicarlos, Eliene, Fábio, Verinha*, pela solidariedade acadêmica.

Aos meus *amigos/colegas do Dinter*, pelo sorriso, pela simpatia desde o primeiro dia de aula, pelas contribuições.

Aos *colegas de trabalho* da Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos/UEG, pela boa vontade em contribuir para que eu estudasse

Aos *alunos/orientandos* de pesquisa, pelo companheirismo nas reflexões.

Às *pessoas entrevistadas*, pela contribuição ao responder às questões propostas para a concretização desta pesquisa.

Aos funcionários da biblioteca do IEL e da secretaria de pós-graduação: *Cidinha, Lôide, Cristiano e Cláudio, Miguel e Rose*, respectivamente, pela gentileza e por estarem sempre prontos a ajudar.

À FAPEMAT, à CAPES e à UEG, pelo apoio financeiro.

À Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa da UEG, na pessoa da Profa. Dra. Glaziela, pelo diálogo mesmo à distância.

[...] Aos meus paizinhos, *Íris e Noêmio*, pelo amor e pelas orações.

Aos filhotes, *Thamynha e Faustinho*, por serem minha poesia.

Às netinhas amadas: *M^a Clara, Luyse e Luara*, pela luz, esperança e alegria.

Ao mano *Máximo*, por me ajudar a ser mais forte.

Às irmãs: *Águeda, Cidinha, Dóris, Elisa, Lucimar, Maria Aurora, Míriam, Sandra*, pela irmandade/amizade, amizade/irmandade.

Ao *Fausto, Mary, Carlos Heitor e Maria do Carmo*, pela oportunidade de convivência carinhosa e aprendizado.

À *Marília*, pelo exemplo de perseverança e ternura.

Ao *Lúcio Flávio, Luna, Mariane, Nathan, Rosana e Thayla*, afilhadinhos amados, pela troca de afeto.

Ao *Carlos Heitor (meu Toi) e à Edna, Já-Estrelas*, pela vontade de viver com alegria!

À *Judite*, pelos exemplos de generosidade, desprendimento, prazer em viver; pela acolhida carinhosa em sua casa, entre tantas outras razões.

Às amigas/irmãs/colegas, *Águeda e Lucimar*, por serem, desde a graduação, minhas companheirinhas de estudo, de vida.

Ao *Adailton, Gabriela e Lucimar*, minha família em Campinas, por me oferecerem o melhor de sua casinha de forma tão amorosa.

À *Juliana* e ao casal maravilhoso, *Onilton e Rônia*, pela bondade e disponibilidade em me ajudar que foram fundamentais ao longo destes anos.

Ao Doutor *Leonardo*, pela força, carinho e esperança...

À *Heloisa e Maria Antônia*, pelo afeto que me deram, cada qual do seu jeito.

À *Professora Mônica*, por ter me apresentado a teoria Análise de Discurso de forma tão apaixonante e por poder contar com a sua amizade.

Aos amigos de São Luís de Montes Belos e seus familiares: *Alexandre, Bel, dona Itamar, Dora, Edson, Esmeralda, Júlia/Manuela, Maria Daguia*, Vilma, por todo o afeto que me dedicaram.

À *Tia Léo, Val e Jaciro*, pelo enorme carinho que há tanto tempo nos une.

À *Rosimar, Marilda, Sandra Straub e Sandra Raquel*, pelos gestos afetuosos.

À *Luceny* e à *Zoraide*, pelos exemplos de força e fé, pelo sorriso.

Ao *Erik*, por ter me mostrado que é possível amar sempre e por me ajudar de diferentes formas.

Ao *Eider*, pelo bom humor, fé e o ombro amigo.

Aos meus companheiros de república: *Aline, Bruno, Camília, Guilherme, Johnata, Rafael*, pela oportunidade carinhosa e respeitosa no convívio.

À *Cidinha*, pelo exemplo de determinação e por suas mãos de fada.

À *Rosane*, ao seu *João* e a sua família: *Elza, Maiara e Marcos*, pelo carinho e alegria com que me receberam em suas casas.

À *dona Eva, dona Sebastiana, João, Livia e Thiago*, pela amizade que construímos.

À *Isabela* e à doutora *Tânia*, pelo profissionalismo e seriedade com que me ajudaram.

À *Beth, Elza e Guto*, pelo sorriso no atendimento no Sappe/Unicamp.

Para aquelas pessoas que, de um modo ou de outro, também me ajudaram, além dos meus agradecimentos, trago o pedido de desculpas por minha memória falha.

*Dado o silenciamento do político, por que é na língua que se explicitam as confrontações?
Porque a língua pertence a todos e é, ao mesmo tempo, o que temos propriamente nosso. Lugar de relação à história e ao social e lugar de singularidade. (Eni Orlandi).*

Resumo

Com este trabalho, buscamos compreender a produção da “hipercorreção”. Tomamos essa noção, tradicionalmente estudada pela Sociolinguística, para tratá-la pela perspectiva da Análise de Discurso e essa diferença de olhar demarcamos pelo uso das aspas no termo. Considerando que não se separam língua e sujeito, lidamos com o discurso sobre a língua e o modo com que a ideologia se materializa na discursividade que predomina em nossa sociedade, fazendo uma leitura de alguns aspectos que, historicamente, constituem as ideias linguísticas. O *corpus* que organizamos é heterogêneo em relação às condições de produção e o subdividimos em dois conjuntos de enunciados, sendo que o primeiro é constituído por enunciados em que analisamos o discurso sobre a língua produzido por sujeitos em posições sociais diversificadas. O outro grupo de enunciados possibilita-nos observar o funcionamento de diferentes fatos de “hipercorreção”. A nossa proposta de reflexão destes fatos linguístico-discursivos da perspectiva discursiva permite-nos pensá-los não como “erro”, mas como equívoco, ponto em que a língua, sujeita à falha, se inscreve na história. Além disso, consideramos tais fatos como marcas do funcionamento da ideologia, enquanto indício do afetamento do sujeito pela língua institucionalizada, embate em que a memória que remete ao discurso da escrita se torna visível. Este estudo nos possibilita relacionar a produção da “hipercorreção” com a tensão entre a língua imaginária e o funcionamento da língua fluida, com o descompasso entre a língua nacional e a língua materna. Além disso, contribuiu para que compreendêssemos que ela se constitui ideologicamente entre o desassossego do sujeito com a sua língua materna e/ou o seu desejo de se inscrever na língua que é considerada legítima.

Palavras-chave: “hipercorreção”, ideologia, Análise de Discurso, equívoco, língua.

Abstract

With this work, we seek to understand the production of "hypercorrection." We take this notion, traditionally studied by Sociolinguistics, to treat it from the perspective of discourse analysis and the difference in look we established for the use of the term in quotation marks. Whereas not separate language and subject, dealing with the discourse about language and the way that ideology is embodied in the discourse that prevails in our society, doing a reading of some aspects that historically constitute the linguistic ideas. The *corpus* that we organize is heterogeneous in relations to the conditions of production and we subdivided into two sets of statements, being the first of which consists of statements in which we analyze the discourse on language produced by subjects in diverse social positions. The other group of statements enables us to observe the functioning of different facts "hypercorrection." Our proposal for consideration of these facts the linguistic-discursive discursive perspective allows us to think of them not as "error", but as equivocal, at which point the language, subject to failure, is written falls in the history. Furthermore, we consider such facts as trademarks operation of ideology, as evidence of the subject's tongue being affects of the institutionalized language, in which memory which refers to speech writing becomes visible. This study enables us to relate the production of "hypercorrection" with the tension between the imaginary language and the function of the fluid language, with the mismatch between national language and mother tongue. Furthermore, it contributed to for us to understand that it is constitute ideologically between the subject's restlessness with their mother tongue and/or their desire to enroll in the language that is considered legitimate.

Keywords: "Hypercorrection," Ideology, Discourse Analysis, slip up, language.

Résumé

Avec ce travail, nous cherchons de comprendre la production de “la hypercorrection”. Nous traitons cette notion, qui est traditionnellement étudiée par la sociolinguistique, du point de vue de l’analyse de discours. C’est à cause de cette différence de perspective théorique que nous utilisons des guillemets pour le terme. Compte tenu que la langue et le sujet ne sont pas séparés, nous travaillons avec le discours sur la langue et la façon dont l’idéologie se matérialise dans la discursivité dominante dans notre société. De cette manière, nous faisons une lecture de certains aspects qui, historiquement, constituent les idées linguistiques. Le corpus que nous organisons est hétérogène en ce qui concerne les conditions de production. Nous le divisons en deux ensembles d’ énoncés. Le premier ensemble comprend des énoncés dans lesquels nous analysons le discours sur la langue produit par des sujets dans diverses positions sociales. L’autre groupe d’énoncés nous permet d’observer le fonctionnement des différents faits de <<la hypercorrection>>. Notre proposition de réflexion sur ces faits linguistico-discursifs du point de vue discursif nous permet de les penser non pas comme des <<erreurs>>, mais comme équivoque, point où la langue, sujette à la faille, s’inscrit dans l’histoire. En outre, nous considérons ces faits comme des marques du fonctionnement de l’idéologie, comme un indice d’affectation du sujet par la langue institutionnalisée, affrontement dans lequel la mémoire qui se réfère au discours de l’écriture devient visible. Cette étude nous permet de mettre en rapport la production de “la hypercorrection” et la tension entre la langue imaginaire et le fonctionnement de la langue fluide, le décalage entre la langue nationale et langue maternelle. En outre, cette étude nous aide à comprendre que “la hypercorrection” se construit idéologiquement entre l’inquiétude du sujet face à sa langue maternelle et/ou leur désir de s’inscrire dans une langue considérée comme légitime.

Mots-clés: Hypercorrection, Idéologie, Analyse du Discours, Équivoque, Langue.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
1. ANÁLISE DE DISCURSO: suporte teórico para o nosso estudo	27
1.1 Construção do <i>corpus</i> para análise.....	32
1.1.1 Comentários sobre as condições de produção do material de análise.....	34
2. A RELAÇÃO SUJEITO/LÍNGUA AO LONGO DA HISTÓRIA: injunção a uma forma de falar.....	39
2.1 Considerações de Serafim da Silva Neto sobre o <i>Appendix Probi</i>	42
2.2 <i>Appendix Probi</i> : sentido de injunção a uma forma de língua que se atualiza	44
2.3 O processo de legitimação de uma forma linguística: escrita sobreposta à oralidade.....	47
2.4 Breves considerações sobre o processo brasileiro de gramatização	50
2.5 Espaço escolar/espço de censura: o discurso pedagógico constituindo a relação sujeito/língua	55
2.6 A relação sujeito/língua e a forma-sujeito capitalista,	59
2.6.1 Ideias linguísticas que circulam em nossa sociedade	63
2.7 O preconceito linguístico, na relação sujeito/língua.....	73
3 O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA: enunciados que remetem ao imaginário de língua.....	83
3.1 Pontos de análise	85
3.1.1 O discurso sobre a língua nos enunciados das entrevistas.....	86
3.1.1.1 Discurso sobre a língua: imaginário de lugares com falantes mais proficientes.....	87
3.1.1.2 O discurso sobre a língua constituído pela comparação: hierarquização entre formas de falar.....	90
3.1.1.3 Discurso sobre a língua: a tensão entre unidade e heterogeneidade emerge na oscilação de sentidos nos enunciados.....	97
3.1.1.4 Discurso sobre a língua: o desconforto do sujeito com a sua língua materna e a possibilidade de “enfeitar” o modo de falar.....	100
3.1.2 O discurso sobre a língua em comentários num blog.....	105
3.1.2.1 Discurso sobre a língua: enunciados constituídos pela crítica aos sujeitos que (re)produzem sentidos que remetem à multiplicidade linguística.....	106

3.1.2.2 Oscilação entre sentidos de língua emerge nos comentários do blog.....	118
3.4 Discurso sobre a língua em verso e prosa.....	120
3.4.1 Sentidos que remetem à noção de língua imaginária.....	121
3.4.2 Discurso sobre a língua: outras possibilidades de sentidos.....	124
3.5 Dando um “fecho” ao capítulo.....	130
4. NOÇÃO DISCURSIVA DE “HIPERCORREÇÃO”: uma proposta de deslocamento teórico	131
4. 1 Pensar a língua na perspectiva discursiva.....	133
4. 2 O verbete “hipercorreção” em alguns dicionários: apagamento e/ou circularidade	135
4. 3 “Hipercorreção”: não “erro”, mas equívoco.....	149
4.3.1 Sujeito da “hipercorreção”: clivado, heterogêneo desassossegado, vacilante.....	151
4.3.2 O funcionamento ideológico na produção da “hipercorreção”.....	153
4.3.2.1 No fio de nossas reflexões, outra contribuição sobre os “traços intrusos”	156
4.4 Análise/sistematização de “hipercorreções” recorrentes no <i>corpus</i>	159
4.4.1 Algumas regularidades observadas no <i>corpus</i> constituído.....	162
4.4.2 Exemplos de “hipercorreção” em diferentes ordens do sistema linguístico.....	165
4.4.3 Regularidades dos fatos de “hipercorreção”: traços linguísticos evitados/rejeitados/censurados e/ou imitados/reproduzidos.....	166
4.4.4 Comentários sobre as formas de “hipercorreção”.....	170
4.5 Breve reflexão: fatos de “hipercorreção” em dois lugares sociais: professor universitário e reeducando.....	189
4.6 “Hipercorreções” em enunciados de falantes de “português como segunda língua”.....	195
4.7 Considerações gerais sobre o funcionamento da “hipercorreção”.....	200
Algumas considerações finais.....	205
Referências.....	207

APRESENTAÇÃO

O desejo de realizar esta pesquisa é fruto de reflexões feitas desde há muito tempo. Teve início na graduação de Letras, quando eu¹ já era professora de Língua Portuguesa. Foi naquela época que tive acesso à abordagem discursiva de língua e houve uma desestabilização no modo como a concebia e, conseqüentemente, no modo como tratava o ensino de língua portuguesa.

Na seqüência, durante o mestrado, continuei trabalhando com a Análise de Discurso, teoria na qual me inscrevo e que fundamentou minha dissertação: “O imaginário índio Karajá no imaginário do povo de Luciara/MT”.

Atualmente, como professora de Linguística na Universidade Estadual de Goiás, tive/tenho a oportunidade de orientar trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso que de alguma forma tratam da relação constitutiva entre sujeito/língua.

Na universidade, se por um lado, presencia-se a recorrência de formulações sobre a linguagem de nossos alunos: eles “não sabem falar/escrever, falam/escrevem tudo “errado”, por outro, percebe-se diferentes casos de “hipercorreção”² sendo produzidos por professores, funcionários e alunos.

Levando em conta essas questões, pensei numa proposta de trabalho em que tivesse por base teórica a Análise de Discurso. Assim, tracei como objetivo buscar uma melhor compreensão da relação sujeito/língua, considerando o processo de divisão desigual da língua e dos sujeitos em nossa sociedade. Para

¹ Esta apresentação foi escrita em 1ª pessoa do singular, visto que nela teço algumas considerações sobre a minha relação com a linguagem que determina a escolha do objeto de pesquisa. Na continuidade do texto, passo a utilizar a 1ª pessoa do plural, levando em conta que este trabalho envolve um grupo significativo de pessoas, professores, autores, que, direta ou indiretamente, estão juntos na construção das reflexões que o constituem.

² Meu primeiro contato com o termo “hipercorreção” foi há muitos anos. Encontrei-o no livro *Alfabetização & Linguística* de Luiz Carlos Cagliari (2002). Nele o autor se refere ao fato de a “hipercorreção” ser “comum quando o aluno já conhece a forma ortográfica de determinadas palavras e sabe que a pronúncia destas é diferente. Passa a generalizar esta forma de escrever [...]”. (CAGLIARI, 2002, p.141). Achei curiosa essa noção vendo os exemplos citados pelo autor: “dece” (disse); “almadilha” (armadilha). A partir daí, fiquei atenta à produção desse fato linguístico, no cotidiano, em diferentes espaços de dizer.

isso, procuro analisar o funcionamento da “hipercorreção”³, tomando enunciados produzidos por diferentes sujeitos, em diferentes *espaços* que se colocam como “condições de produção”.

Para esta pesquisa, parto do princípio de que “*falar* é uma prática *política*, no sentido largo do político, quando se consideram as relações históricas e sociais do poder, sempre inscritas na linguagem”. (ORLANDI, 2002, p. 95). Além disso, consideramos o fato de que “*falar* Português no Brasil é falar uma língua que são várias [...] uma língua *dividida*, de tal modo que ela é uma e é diferente disso [...]. (GUIMARÃES, 2005, p. 21).

Friso que a divisão a que me refiro não se restringe a espaços enunciativos, pois, na perspectiva discursiva não são apenas os espaços que são divididos. Considero, sim, que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, por isso “não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si.” (ORLANDI, 2010, p. 12).

Ainda pensando esta divisão, remeto-me à Orlandi quando argumenta que, para quem trabalha com a linguagem, o político:

[...] está no fato de que os sentidos estão divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’ os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões. (ORLANDI, 2010, p. 12).

Levando em conta os pontos acima colocados, penso que fazer um estudo sobre a “hipercorreção” numa perspectiva discursiva contribui, efetivamente, para melhor compreender os aspectos político-ideológicos que constituem a relação sujeito/língua.

Quanto ao modo como está organizado este texto, optei por dividi-lo, basicamente, em quatro capítulos com algumas subdivisões.

³ As aspas que utilizo em “hipercorreção” são para demarcar a diferença de perspectiva teórica. A proposta é discutir esta noção pela lente da Análise de Discurso e não numa abordagem da Sociolinguística, como tradicionalmente é feita.

No primeiro capítulo, faço uma abordagem sobre questões referentes a teoria de Análise de Discurso e a descrição do *corpus* de análise. No capítulo segundo, teço algumas considerações sobre o processo histórico-ideológico da constituição do imaginário de língua “correta” em oposição a formas linguísticas que não são consideradas “legítimas”. No terceiro capítulo, apresento uma análise de enunciados que trazem à tona um discurso sobre a língua, estendendo a observação a alguns enunciados em verso e prosa.

No quarto e último capítulo, depois de tratar da constituição do imaginário de língua em nossa sociedade, além de levantar pontos que contribuem na reflexão proposta, procuro mostrar o funcionamento da língua imaginária em alguns enunciados, apresentando uma análise de “hipercorreções” que se constituem por diferentes traços linguísticos: sonoros, morfológicos, sintáticos e semânticos.

Enfim, chamo a atenção para o fato de os sentidos não serem eternos, mas eternalizados. Por esta razão penso ser possível conceber outra relação sujeito/língua que não seja a que se impõe: hierarquizada de forma perversa, em que apenas alguns “sabem” falar/escrever. Desse modo, enquanto pesquisadores, podemos ter condições de interferir de forma mais efetiva no imaginário social da língua. Como afirma Zoppi-Fontana, “é no espaço aberto pela teoria que podemos pensar a irrupção de novos sentidos, a instauração de uma nova prática, o exercício da resistência.” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 75). É o que procuro fazer quando busco compreender o funcionamento da “hipercorreção” e as possibilidades de espaços discursivos capazes de produzir resistência à hierarquização dos diferentes falares.

Capítulo I

ANÁLISE DE DISCURSO: SUPORTE TEÓRICO PARA O NOSSO ESTUDO

O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre a ideologia e a língua, lugar em que se podem analisar os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta língua. *O que deve nos permitir compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui.* E é essa, afinal, a tarefa do analista de discurso. (ORLANDI, 1998, p.21). (grifos nossos).

Neste capítulo, apresentamos algumas considerações sobre a teoria que tomamos como fundamentação⁴ para a nossa pesquisa. Embora tenhamos optado em tratar de noções discursivas em funcionamento, ao longo de nossas análises, pensamos ser proveitoso remeter-nos a determinadas questões concernentes à Análise de Discurso, situando-a enquanto campo de conhecimento distinto de outros estudos das ciências da linguagem.

Nessa perspectiva, retomamos o fato de a Análise de Discurso de linha francesa ser uma teoria que tem o discurso como objeto e que foi fundada por Michel Pêcheux, na França, nos anos 60 do século XX. No Brasil, há muitos anos, as ideias pecheutianas vêm sendo trabalhadas por Eni Orlandi que desenvolveu uma série de noções discursivas bastante profícuas.

Na Análise de Discurso, ao mesmo tempo, em que há uma articulação de conhecimentos de três áreas: *linguística, psicanálise e marxismo*, é feito um questionamento a cada uma delas pelo que deixaram de lado em suas reflexões. Dito de outro modo, para constituir uma teoria outra, Pêcheux interroga a linguística sobre a historicidade que é desconsiderada por ela. Em relação ao marxismo, o questionamento gira em torno do simbólico que é posto à margem e, por fim, quanto à psicanálise, ele se distancia à medida que considera a historicidade ao trabalhar com a ideologia e sua relação material com o

⁴ Neste espaço, retomo alguns trechos da reflexão que desenvolvi em *Olhares, vozes e silêncios que excluem: estereótipos de índios*, publicação resultante da dissertação de mestrado (2000).

inconsciente⁵. Assim, sem subserviência à “tríplice aliança”, Pêcheux constrói uma crítica à análise de conteúdo, ao psicologismo e ao sociologismo, e propõe uma reflexão em que se trabalha a relação de constituição entre o sujeito, a língua e a história. (ORLANDI, 2005, p. 11). Além dessa crítica ao que já circulava em relação às ideias linguísticas, Paul Henry entende que foi no intuito de romper com a tradicional concepção instrumental de linguagem que Pêcheux elaborou teoricamente a noção de discurso e a sua tentativa de ruptura com essa concepção fez com que ele seguisse uma orientação teórica com uma importância considerável na França. (HENRY, 1997, p. 26).

Para Pêcheux a Análise de Discurso “se define como uma Semântica. E ao se definir como tal, ela afirma que a Semântica não é como a fonologia, a morfologia ou a sintaxe, apenas mais uma parte da Linguística, mas o ponto nodal onde se condensam as contradições que desafiam a Linguística atual”. (PÊCHEUX, 1975, citado por ORLANDI, 1994, p. 297).

Por não se prender a regras e à gramática, “não se privilegia nem o ‘formal’ nem o ‘conteúdo’, mas a forma material (que é linguística e histórica) do sujeito e do sentido” (ORLANDI, 1990, p. 245). Assim, a Análise de Discurso critica o a-historicismo e o caráter subjetivista de algumas teorias da linguagem. Em outras palavras, critica tanto as interpretações mecanicistas, que tomam as regras como produtoras de todas as formas da língua, quanto aquelas que afirmam que o sujeito é o dono absoluto do seu dizer.

Em relação ao que é *discurso*, Pêcheux (1995) o define como efeito de sentido entre locutores. Não como transmissão de informações, mas fazendo parte do funcionamento social geral.

Sendo o discurso a materialidade específica da ideologia e a língua sendo a materialidade específica do discurso, podemos dizer que ele é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. (ORLANDI, 1994, p. 301).

⁵ Na relação material existente entre ideologia e inconsciente, a primeira não é absorvida pelo último nem vice-versa. No prefácio do livro *Palavras Incertas* de Jacqueline Authier-Revuz, Eni Orlandi questiona essa afirmação: “e por que deveriam?” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. IX).

No ponto de vista de Courtine, é fundamental a distinção entre base linguística, com sua autonomia relativa e os processos discursivos/ideológicos que se desenvolvem sobre essa base. Isso porque, frisamos, a materialidade do discurso é feita pela relação do linguístico com o ideológico. Para o autor,

[...] só ela pode autorizar a relevância das relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção... entre formações discursivas que pertençam a formações ideológicas diferentes e dar conta, assim, do fato de que, em uma determinada conjuntura da história de uma formação social, caracterizada por um determinado estado das relações sociais, *'sujeitos falantes', tomados na história, possam concordar ou discordar sobre o sentido dado às palavras, falar diferentemente, falando exatamente a mesma língua.* (COURTINE, 2009, p. 33). (grifos nossos).

Sendo assim, o discurso é integralmente linguístico e integralmente histórico. Por isso, podemos defini-lo enquanto um lugar em que se articulam língua e ideologia. Dito de outro modo, na perspectiva em que nos inscrevemos não há separação entre estrutura e acontecimento, pois a língua faz sentido porque é afetada pela história.

Nessa direção, a discursividade não se restringe ao texto, visto que a Análise de Discurso inscreve-se em um quadro que remete o linguístico ao sócio-histórico e ideológico, porque a linguagem, enquanto discurso, é compreendida como um modo de produção social, uma prática. Sendo um estado discursivo de um processo mais amplo, o discurso não tem início nem fim, pois é “uma palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. (ORLANDI, 1999, p. 15). É um processo que está em curso e, por essa razão, “não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos”. (ORLANDI, 1996, p. 83).

Consideramos que, na trajetória percorrida pelas ideias linguísticas, a Análise de Discurso se distingue das demais teorias por ser uma teoria

materialista dos sentidos e por se definir como “um dispositivo teórico que visa apreender (analisar) gestos de leitura”. (ORLANDI, 1994, p. 14).

Nessa abordagem teórica, as determinações sócio-históricas e ideológicas são indissociáveis da produção da linguagem, sentidos e sujeitos. Em relação a isso, Pêcheux nos alerta que pelo fato de estar compreendida entre o real da língua e o real da história, a Análise de Discurso “não pode ceder nem para um, nem para o outro sem cair imediatamente na pior das complacências narcísicas”. (PÊCHEUX, 2009, p. 26).

Com outras palavras, Courtine (2009, p. 31) reforça que a adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre as ideologias. Isso porque, de acordo com o autor, nesse ponto de vista, leva-se em conta que no discurso há uma determinada relação estabelecida entre o linguístico e o ideológico. Nesse sentido, é preciso enfatizar que a ideologia e a situação sócio-histórica, através da noção de sujeito, trazem para a reflexão as questões de poder e das relações sociais.

Na Análise de Discurso, há uma discussão bastante produtiva quanto à relação entre texto e discurso, em que não se considera o texto como unidade estática, mas como processo de significação. Assim, ele não é definido como um conjunto de frases, pois uma palavra ou tão-somente uma letra, nessa perspectiva, pode se configurar um texto⁶. Desse modo, por não ser uma soma de frases, não é a sua extensão que o define. Ele é um espaço simbólico que se relaciona com o contexto e com outros textos. Nasce de determinados textos e está sempre apontando para outros.

É possível dizer, ainda, que o texto é considerado a unidade de análise de discurso; é a totalidade que serve como ponto de partida à análise da

⁶ Em relação à possibilidade de uma letra ser um texto, Orlandi (2006, p. 22) ilustra com o exemplo das letras “O” e “A” inscritas em portas de banheiros para indicar a distinção entre os gêneros masculino e feminino, respectivamente. Conforme a autora, a textualidade que têm essas letras está relacionada com a situação em que ocorrem, em uma sociedade como a nossa em que a escrita é constitutiva.

estruturação do discurso. Não é visto como um produto, mas como um processo e as suas condições de produção, a sua relação com a exterioridade, mais do que fundamentais, são constitutivas.

Para Orlandi (2001, p. 33), o analista tem o texto como objeto de observação e o objetivo da análise é a sua compreensão enquanto discurso.

Conforme dissemos, no campo da Análise de Discurso, há vários conceitos formulados que constituem o seu dispositivo teórico. Assim, para a análise da produção da “hipercorreção”, tomamos algumas noções teóricas para trabalhar, a fim de compreender melhor determinados efeitos de evidência de sentidos postos na relação sujeito/língua.

Para o entendimento do processo de constituição do discurso e dos gestos de interpretação inscritos no material de análise, consideramos ser a ideologia uma das noções mais valiosas. Em consequência do efeito ideológico os sentidos que são produzidos não são questionados, visto que é um mecanismo que produz a ilusão de transparência da linguagem e a evidência de sentidos.

A nosso ver, este funcionamento discursivo⁷ é fundamental para compreendermos o lugar em que se inscreve o sujeito da “hipercorreção”, considerando que é um espaço simbólico de legitimação de uma forma de língua e, ao mesmo tempo, de um não reconhecimento da possibilidade de outras formas linguísticas. Levando em conta a proposta de apresentar as noções em funcionamento, retomamos a discussão de ideologia quando a mobilizamos, tanto no espaço em que tratamos, efetivamente, da relação sujeito/língua, quanto no que tange aos fatos de “hipercorreção”.

A noção de formação discursiva⁸ também é básica à compreensão do processo discursivo que analisamos. Esta noção é definida por M. Pêcheux como

⁷ “Funcionamento discursivo” é definido por Orlandi como a noção que concerne à “atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas”. (ORLANDI, 1996, p.125).

⁸ Orlandi assinala, a partir de Pêcheux (1975) que “as palavras, as proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”. (ORLANDI, 2006, p. 17). Por exemplo, a palavra “terra” significa diferentemente para um latifundiário, para um sem-terra, um posseiro...

“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Aqui, enfatizamos que a Análise de Discurso trabalha com as relações de poder simbolizadas, com sujeitos não idealizados, mas constituídos socio-historicamente. Enfim, de acordo com Orlandi, a teoria em que estamos inscritos para desenvolver o nosso estudo aponta para

[...] novas maneiras de ler, para outros gestos de leitura, outra escuta, sustentada por dispositivos teóricos e analíticos que nos permitem não apenas nos reconhecermos no que lemos (ou ouvimos) mas que conheçamos o modo como os sentidos estão sendo produzidos e as posições sujeito se constituindo na relação do simbólico com o político. Sim, porque a análise de discurso trabalha com as relações de poder simbolizadas. (ORLANDI, 2006, p. 28).

Desse modo, fazer uma análise da relação sujeito/língua pelo viés discursivo, tomando fatos de “hipercorreção” como objeto teórico, possibilita-nos ter uma compreensão de como se constitui essa relação.

Considerando que há noções mais diretamente ligadas ao nosso objeto de estudo, optamos por mobilizá-las no decorrer de nossa reflexão.

I. 1 Construção do *corpus* para a análise

Nesta seção, consideramos necessário trazer a definição de *corpus* para Pêcheux: “é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”. (PÊCHEUX, 2011, p. 165).

Também é preciso lembrar que, conforme Orlandi, o *corpus* vai se constituindo, à medida que procedemos a análise. Isso significa dizer que não o temos pronto, de antemão, completo. Tampouco a análise acontece em etapas estanques:

[...] a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos. [...] a exaustividade deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática e não em relação ao material linguístico empírico (textos) em si, em sua extensão. Esse material se organiza em função de um princípio teórico, segundo o qual a relação entre o linguístico e o discursivo não é automática, não havendo biunivocidade entre marcas linguísticas e os processos discursivos de que são os traços (as pistas). (ORLANDI, 1998, p. 10).

Assim, considerando a incompletude do *corpus*, é necessário fazer “recortes”, na busca de enunciados que nos possibilitem compreender os processos discursivos que estão em jogo, levando em conta que recorte é “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem e situação” (ORLANDI, 1996, p. 139). Dos recortes recolhidos, tomamos algumas sequências que apontam para a relação sujeito/língua, bem como enunciados que se constituem por fatos de “hipercorreção”, objetos deste estudo.

Procuramos enunciados que sejam representativos da discursividade que constitui a nossa sociedade. Nesta perspectiva, remetemo-nos à Payer quando afirma que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos encontra-se marcado no modo como ele fala a “sua” língua, ou melhor, a língua que lhe é dada falar por sua história. (PAYER, 2006, p. 39). Como bem diz Orlandi sobre a atitude do analista de discurso em relação a cada material de análise depende da questão que formula. É em função da questão formulada que serão mobilizados os conceitos da teoria. Ainda conforme argumenta a autora, “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais”. (ORLANDI, 2001, p. 27).

Para as nossas análises, tomamos o material, a fim de perceber o modo como o sujeito falante está sendo interpelado em sujeito de seu discurso. Conforme coloca Courtine, é no interior de uma formação discursiva que se constitui “um sujeito universal que garante/sustenta aquilo que alguém conhece,

pode ver ou compreender”.⁹ (COURTINE, 1982, p. 36). Além disso, é necessário levar em conta que todo gesto de interpretação se caracteriza “pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer”. (ORLANDI, 1996, p. 100).

Assim, trabalhamos com muitos enunciados que circulam em nossa sociedade, procurando compreender como se constituem, considerando o contexto sócio-histórico e ideológico em que são produzidos. Em outras palavras, buscamos historicizar sentidos naturalizados que circulam recorrentemente e, no intuito de ter uma compreensão melhor desses sentidos, tomamos determinados enunciados, levando em conta a indissociabilidade linguístico-sócio-histórico-ideológica que constitui o discurso.

Vale dizer que para organizar o *corpus* desta pesquisa procuramos ficar atentos para não correr o risco de cair na armadilha fruto da ilusão de completude, coletando material de forma exaustiva. Assim, organizamos um *corpus* heterogêneo, no que diz respeito às condições de produção dos enunciados. Tanto em relação às diferentes posições dos sujeitos envolvidos quanto à materialidade dos textos (orais e escritos).

I.1.1 Comentários sobre as condições de produção do material que constitui o *corpus*

Como nos inscrevemos na análise de discurso, é fundamental considerar as condições de produção enquanto constitutivas do discurso.

Nas palavras de Orlandi, as *condições de produção* se constituem pelos sujeitos envolvidos, assim como pela situação, sendo que esta pode ser considerada em seu sentido estrito e em sentido lato. Ainda de acordo com a autora, em sentido estrito estão compreendidas as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação

⁹ Cf. Courtine, 1982, p. 36/ trad. nossa.

compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (ORLANDI, 2006, p. 16).

Para o nosso trabalho, iniciamos o processo de coleta de materiais para análise bem antes do período de elaboração do projeto de tese, com anotações de enunciados que ouvíamos e/ou líamos, em diferentes espaços, e que nos chamavam a atenção ou por serem marcados pela posição do sujeito/língua ou por apresentarem fatos de “hipercorreções”. A esse material, juntamos alguns enunciados que fazem parte de projetos de iniciação científica, assim como de trabalhos de conclusão de curso¹⁰ que foram realizados sob a nossa orientação e que comungavam com os nossos objetivos de refletir sobre a relação sujeito/língua.

Como o nosso estudo tem por objetivo compreender melhor a relação sujeito/língua pelo viés da “hipercorreção”, organizamos a discussão em dois capítulos de análise distintos, mas com uma relação constitutiva entre eles. Ou seja, desenvolvemos duas discussões paralelas no que diz respeito ao modo de organização. Para isso, o material de análise está subdividido em dois recortes:

a) enunciados que dizem respeito mais diretamente à relação sujeito/língua: algumas palavras do Glossário *Appendix Probi*, slides retirados do Youtube, poemas e trechos de letras de músicas;

b) enunciados que são constituídos por fatos de “hipercorreção”.

É necessário explicitar melhor o modo de organização dos materiais:

a) para trabalharmos com a relação sujeito/língua, tomamos, entre outros textos, entrevistas feitas com alguns falantes de três Estados do país: Mato Grosso, Goiás e São Paulo. São sujeitos em posições distintas no que diz respeito à idade, a níveis de escolaridade, a sexo.

¹⁰ Os nossos agradecimentos aos alunos/pesquisadores do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás (PBIC/UEG/2004-2008) tanto pelo companheirismo nas reflexões como pela disponibilidade em ceder as entrevistas que realizaram durante o trabalho de pesquisa. Esse material, direta ou indiretamente, contribuiu para este texto. Assim, a nossa gratidão a esse grande grupo de alunos. Vários deles já são professores: Berenice Teodoro de Rezende Souza, Claudiene Lourenço da Silva Santana, Daniela Borba, Dayane Moura Melquiades, Gábya Machado Borges, Lidianny Gramond Pereira, Lorayne Ramos de Carvalho, Mariah de Oliveira Luiz Pereira, Paulo Alberto da S. Sales.

Nesse ponto, enfatizamos que tomamos essas categorias diferentemente do modo como são tratadas pela teoria Sociolinguística na análise da *co-relação* entre língua e sociedade. Nós, na perspectiva discursiva, consideramos essas questões como elementos que fazem parte das *condições de produção* do discurso, levando em conta a relação *constitutiva* entre língua e sociedade. Nessa perspectiva, importa muito o fato de que é em determinadas condições de produção que os dizeres se mostram. Conforme Orlandi (2001, p. 12), “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam”.

Retomando os espaços geográficos em que foram produzidos alguns materiais, citamos dois municípios do Estado do Mato Grosso,¹¹ Luciara e Cáceres, em que fizemos o maior número de entrevistas. Em Goiás, entrevistamos algumas pessoas no município de São Luís de Montes Belos. Já em São Paulo, temos, em menor quantidade, entrevistas que realizamos em Campinas. Vale dizer que a Análise de Discurso “suprime o ‘extra-discursivo’ como tal para fazê-lo intervir nas próprias condições de possibilidade da constituição do discurso. (ORLANDI, 1990, p. 76).

Ainda com o objetivo de compreender o modo com que diferentes sujeitos se relacionam com a língua, servimo-nos de algumas críticas sobre modos de falar que estão disponíveis na internet, assim como enunciados que estão presentes em um dos vários espaços¹² da internet que trazem a polêmica em relação à publicação do livro do MEC: com a manchete: “Livro usado pelo Mec ensina o aluno falar errado”¹³ Para o nosso trabalho, tomamos alguns comentários de pessoas que emitem sua opinião nesse blog. Assim, para nós importa observar os sentidos de língua aos quais se filiam, a posição discursiva em que essas pessoas se inscrevem enquanto sujeito.

¹¹ Entre os enunciados citados alguns constituem o projeto de iniciação científica desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos/GO: “A ‘hipercorreção’ em enunciados produzidos por vereadores”. Também tomamos para a análise enunciados produzidos por vereadores de Luciara/MT.

¹² Disponível em <http://vestibularnopara.com.br/?p=2477>

¹³ Polêmica que surgiu, em maio de 2011, a respeito da abordagem apresentada no livro didático adotado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) “Por uma Vida Melhor”.

É relevante dizer que o nosso material é heterogêneo também no que diz respeito à materialidade, visto que recolhemos enunciados escritos e outros orais. Lembrando o que Orlandi afirma sobre essa diferença: “como a materialidade conta, certamente um texto escrito e um oral significam de modo específico particular a suas propriedades materiais.” (ORLANDI, 2001, p. 69).

b) para trabalhar fatos de “hipercorreção”, procedemos da mesma forma que citamos anteriormente, porém recolhemos enunciados produzidos em condições de produção distintas.

Os materiais escritos são recortes de textos bastante diferenciados entre si:

- 1) avaliação de reeducandos de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Goiás desenvolvido na unidade prisional de São Luís/GO;
- 2) artigos de alunos de um curso de especialização da Universidade do Estado de Mato Grosso cujos participantes são alunos egressos de diferentes áreas do conhecimento: Letras, Geografia, História, Biologia;
- 3) textos que circulam na internet: mensagens em emails, comentários em blogs, redes sociais como orkut, facebook;
- 4) placas em estabelecimentos comerciais, sendo alguns registrados por nós e outros que circulam na internet;
- 5) inscrições em portas de banheiros de lugares públicos como, por exemplo, na Universidade Estadual de Campinas;
- 6) anúncios de compra e venda em murais de estabelecimentos comerciais

Os textos orais também foram recolhidos em diferentes condições de produção:

- 1) reuniões, seminários e conversas informais em universidades (UNEMAT, UEG, UNICAMP);
- 2) conversas em espaços informais com parentes, amigos de diferentes faixas etárias, sexo, níveis de escolaridade;

Assim, sustentando-nos na teoria da Análise de Discurso, lemos os enunciados que constituem o material, observando os casos de “hipercorreção”

presentes nas práticas de linguagem dos diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa.

Também é extremamente necessário lembrar que, ao longo da análise desse material, não perdemos de vista que todo processo de produção de sentidos implica momentos de constituição, formulação e circulação. Como afirma Orlandi em sua reflexão:

[...] sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Ainda em relação ao *corpus*, salientamos que não é exaustivo e, definitivamente, em nossa pesquisa não trabalhamos centrados em uma quantidade específica de materiais. Como a incompletude é constitutiva do discurso sempre é necessário fazer um recorte, delimitando o material para análise, a fim de não correr o risco de fazer uma busca infundável de sequências discursivas que circularam/circulam na sociedade. Em relação à seleção dessas sequências para a análise, Serrani enfatiza que:

[...] em uma análise discursiva a reprodução de formulações selecionadas *supera o mero caráter de exemplo*, no sentido de elemento apresentado, sobretudo, com a função de ilustrar uma afirmação, tal como é entendido esse termo nas análises estritamente linguísticas. (SERRANI, 1993, p. 67). (grifos nossos).

Também consideramos importante dizer que há sentidos distintos para a língua em nosso material. Se por um lado, temos alguns enunciados em que há a inscrição a uma formação discursiva em que predomina o sentido de língua imaginária, por outro, há um sentido diferente de língua. Uma língua que é tratada de modo a se considerar a sua fluidez, como pensa Orlandi.

Capítulo II

A RELAÇÃO SUJEITO/LINGUA AO LONGO DA HISTÓRIA: injunção a uma forma de falar

Alguns séculos na história, tal como a entendemos na linguagem, podem distanciar pouco os sentidos. Não são nada, a não ser cronologicamente. A *história*, nesse caso, não é uma questão de evolução no tempo, é uma questão de sentidos e da sua duração. E estes podem circular indefinidamente. (ORLANDI, 1990, p. 235). (grifo nosso).

Considerando “história” no sentido posto na epígrafe, buscamos, neste capítulo, tecer algumas considerações sobre a relação sujeito/língua ao longo da história. No intuito de compreender melhor esta relação, tomamos como objeto de estudo a “hipercorreção”, não enquanto objeto linguístico, mas histórico-discursivo, levando em conta a produção de sentidos de língua e seus efeitos na sociedade.

Diante da afirmação recorrente de que a língua portuguesa enquanto língua românica teve origem no latim “vulgar”, pensamos ser interessante discutir um pouco sobre esse latim. Em relação a isso, Serafim da Silva Neto¹⁴ comenta sobre a quase inexistência de registros da forma de falar do povo romano, especificamente daqueles que não faziam parte da elite. Para o autor, deve-se ao fato de não terem acesso à escrita. Como ele afirma, “não há língua escrita das massas”. (SILVA NETO, 1946, p.27).

Nesse ponto, fazemos um parêntese para comentar que colocamos aspas em “vulgar”¹⁵, a fim de marcar a nossa posição em relação ao uso deste

¹⁴ Eduardo Guimarães, em seu texto “Política de Línguas na Linguística Brasileira”, trata da “influência” das línguas indígenas e das africanas no português brasileiro e como diferentes linguistas concebem essa “influência” entre as línguas citadas. Entre os autores citados por Guimarães, está Serafim da Silva Neto. Um dos linguistas que não reconhecem a influência dessas línguas na língua brasileira, apagando a historicidade que a constitui. Nessa direção, a denomina como “apenas incorporações”. (2007, p.73-75).

¹⁵ Em relação ao uso de um ou outro termo, Silva Neto nos alerta: “[...] Não se tenha por nuga ou por inutilidade esta questão de nome, pois, para lembrar Schuchardt, *nomenclatura* imprópria é tão danosa à ciência quanto nuvens à navegação”. (*op.cit.*, p. 41). (grifos nossos) Nós que

termo para qualificar o latim. Assim como Silva Neto, consideramos que “[...] a palavra *vulgar* não é feliz, por evocar noções erradas: *vagabundo*, *ordinário*, *reles*.” (*op.cit.*, p. 31). Ao longo de seu livro, o autor continua a fazer referência à expressão *vulgar*: “[...] criada numa época em que se subestimava a língua corrente, julgando-a corrução da literária, deve, pois, evitar-se por dar azo a más interpretações.” (*op.cit.*, p. 39). Silva Neto cita outros autores que, assim como ele, se contrapõem ao uso do termo “vulgar”, preferindo utilizar a expressão latim “pré-romance” ou latim “corrente” para classificar o latim falado por grupos que não faziam parte da elite.

Além disso, os escritos de tais grupos eram sempre tentativas de reproduzir uma determinada escrita, ou seja, tentativas de escrever de acordo com as normas impostas pela elite. Nesse sentido, citamos Menéndez Pidal que discute esse fato e afirma que:

[...] es difícil el conocimiento del latín vulgar, pues nunca se escribió deliberadamente: el cantero mas rudo, al grabar un letrero, se proponía escribir la lengua clásica. Sólo en los escritos menos literários, sobre todo en las inscripciones, se escapan, gracias a la incultura del escribiente, algunas formas vulgares. También los gramáticos latinos, al condenar ciertas palabras o expresiones, nos dan testimonio de alguna forma interesante; el tratado conocido con el nombre de *Appendix Probi*, escrito *probablemente en África* hacia el siglo III de Cristo, es uno de los más ricos en indicaciones sobre tales vulgarismos. (PIDAL, R. M., 1944, p.3-4).

Diante da carência de registros da língua falada por um grupo de falantes que não faziam parte da elite, diferentes autores fazem referência ao *Appendix Probi* (Séc. III) como um documento muito importante para o estudo de como seriam algumas palavras do latim “vulgar”.

trabalhamos com sentidos também consideramos que há diferença em se utilizar uma nomenclatura ou outra.

Outro autor que remete ao *Appendix Probi* é Rodolfo Ilari, em *Linguística Românica*, citando as primeiras 50 glosas do glossário. Entre elas, citamos as seguintes:

porphireticum marmor *non* purpureticum marmor
tolonium *non* toloneum
masculus *non* masclus
[...] vernaculus *non* vernaclus
articulus *non* articles
baculus *non* vaclus [...]. (ILARI, 2001, p. 71) (grifos nossos).

Lemle, no seu *Guia teórico do alfabetizador*, também confirma que se trata de um documento valioso, produzido por um gramático chamado Probus. A autora afirma que o *Appendix Probi* foi escrito em Roma, diferentemente de Pidal, citado anteriormente, e que supõe que tenha sido escrito na África. Interessante notar a lista de palavras que Lemle retira do glossário e coloca, ao lado, a tradução em português, entre elas:

- Speculum *non* speclum (espelho)
 - Columna *non* colomna (coluna)
 - Oculus *non* oclus (olho)
 - Rivus *non* rius (rio)
- (LEMLE, 2009, p.47)

Probus em seu glossário indicava a pronúncia que ele considerava correta em contraposição a que julgava como errada. Conforme a autora, o gramático rejeitava uma forma de latim: “o latim do vulgo, da plebe, do povo iletrado”. (*op.cit*, p. 47), Para explicar a metodologia utilizada pelo gramático, Lemle faz uma analogia, atualizando os sentidos postos naquela época:

- [...]
- Não é *oio*, é *olho*;
 - Não é *os santo*, é *os santos*;
 - Não é *crube*, é *clube* [...]
- (LEMLE, 2009, p. 46)

A nosso ver, o *Appendix Probi* pode ser considerado como um *discurso fundador* de sentidos que constituem a injunção a uma forma de falar em relação à outra, visto que os sentidos de língua una reverberam ainda hoje. Embora a circulação aconteça em moldes diferenciados dos constituídos há mais de 1.700 anos, os sentidos que constituíam as glosas no glossário se atualizam em diversos espaços: mídia impressa, radiofônica, televisiva, eletrônica.

Para compreender melhor a noção de discurso fundador, desenvolvida por Orlandi, retomamos alguns pontos. Entre eles, o fato de que este discurso:

[...] pode ser observado em *materiais discursivos de diferentes natureza e dimensão*: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, mecanismos de funcionamento discursivo etc. Fica assim em aberto a possibilidade de se explorarem materiais de quaisquer natureza e dimensão. (ORLANDI, 1993, p. 23). (grifos nossos).

A autora frisa aquilo que define o discurso fundador não são efetivamente os materiais, mas a historicidade dos próprios processos discursivos, considerando como tais processos se relacionam, como vão se constituindo em relação aos outros. (op.cit., p.23). Assim, pensamos que o *Appendix Probi* é um material discursivo com possibilidade de ser tomado como um discurso fundador, pois, como exemplificaremos ao longo da discussão, há materiais que circulam atualmente com o mesmo formato do glossário, com a visível repetição da negação nas comparações apresentadas entre as duas formas de língua.

II.1 Considerações de Serafim da Silva Neto sobre o *Appendix Probi*

Em 1946, Silva Neto publicou o referido glossário com comentários em relação a tal documento. Já no prefácio, o autor afirma que espera que o livro “tenha aceitação dada a importância do *Appendix Probi*”. (SILVA NETO, 1946, p. 12).

De acordo com Silva Neto, o trabalho teve uma grande repercussão naquela época, tanto que foi premiado pela Academia Brasileira de Letras e

“logrou o aplauso de ilustres filólogos, nacionais e estrangeiros.” (*op.cit.*,p.13). De acordo com o autor, a obra foi resultante do seu desejo de chamar a atenção para a importância do latim falado e de pesquisar diferentemente do modo com que até então vinham sendo realizados os estudos sobre o tema.

Chamamos a atenção sobre a crítica produzida por Silva Neto em que coloca que era necessário “pesquisar muitos fenômenos de filologia portuguesa, indo às fontes. É preciso levar em conta que há vários fatos, repetidos tradicionalmente, mas a merecer cuidadosa revisão”. (*op. cit.* p. 15).

[...] hoje, mais do que nunca, a filologia românica se libertou da sêca orientação algébrica dos filólogos de gabinete. Os métodos modernos, principalmente a Geografia Linguística e as *Wörter und Sachen* insuflando sangue jovem no velho e eterno método comparativo, trouxeram-na para um efetivo contato com a vida. (SILVA NETO, 1946, p. 15).

Lembramos que, na perspectiva discursiva, a diferença de sentidos é constitutiva da sociedade. Assim, é possível se perceber que, apesar de haver a predominância de autores da época que se inscrevem em uma posição discursiva constituída pelo imaginário de língua una, homogênea, Silva Neto traz em seus enunciados sentidos que podemos relacionar a uma formação discursiva outra que não aquela em que se pensa a língua enquanto unidade, uniformidade.

Nessa perspectiva, ele nos fala que, no latim “vulgar”, como em toda língua, não há uma homogeneidade. Também nos chama a atenção para a posição de Schurchardt¹⁶ que leva em conta esse modo diferenciado de atribuir sentido ao latim corrente:

[...] Já em 1865, o genial Schurchardt insculpia no seu *Der Vokalismus des Vulgärlateins* estas palavras proféticas: ‘O problema é, de fato, muito difícil, porque a expressão *latim vulgar* não significa uma só linguagem, mas uma soma de camadas linguísticas e dialetos, desde o latim até o aparecimento das

¹⁶ A afirmação de Schurchardt, citada por Silva Neto, faz parte do *Der Vokalismus des Vulgärlateins* (1865).

línguas românicas.’(SCHURCHARDT 1865, citado por SILVA NETO, 1946, p. 21).

Ainda em relação às ideias de Silva Neto, consideramos interessante citar a analogia que fizera para caracterizar o funcionamento da língua na sociedade:

[...] a única espécie de língua que realmente existe é a falada. A língua culta, literária, é artificialização dessa matéria prima. O seu aparecimento compara-se à juxtaposição de uma camada de gelo na superfície dos rios. Ela recebe deles a substância e, afinal de contas, nada mais é senão a própria água. Longe está, porém de ser a caudal. A primeira vista julgar-se-á que já não existe a corrente e que a água estagnou. Pura ilusão! – Sob o bloco de gelo a nascente continua a fluir, seguindo as ondulações do terreno... E, logo que o gelo se quebra, lá torna a água a marulhar e a espadanar. A camada de gelo é a *língua escrita*. O frio que a produz e quisera *estacionar a corrente é o esforço dos artistas e dos gramáticos*. (SILVA NETO, 1946, p. 22). (grifos nossos).

Esta percepção de Silva Neto nos remete às noções de Orlandi (1998) em relação à divisão entre língua *fluida*, a língua falada, viva, e a *língua imaginária* a que concerne àquela colocada em um arcabouço pelos gramáticos. A primeira em que se leva em conta a diversidade real e a última em que se idealiza uma unidade. É interessante observar que Silva Neto também faz referência à língua escrita como uma forma de fixação da língua fluida. Daí importar a materialidade: o “gelo”.

II.2 *Appendix Probi*: sentido de injunção à uma forma de língua que se atualiza

Como dissemos, a nossa referência ao *Appendix Probi* deve-se ao fato de os sentidos produzidos por este documento ainda reverberarem, em nossa sociedade. Isso é possível notar no próprio modo com que se efetiva a injunção a uma forma de falar/escrever.

Assim, há uma recorrência de ideias (im)postas sobre um modo de língua que, muitas vezes, remete-nos ao *Appendix Probi*. É interessante notar que a semelhança entre o glossário e as “novas” maneiras de se divulgar modos “corretos” de expressão não é tão-somente relacionada à forma, mas ao sentido de injunção a um modo de falar¹⁷.

Para ilustrar, trazemos alguns exemplos recorrentes de materiais que circulam em diferentes espaços de linguagem.

Fala Popular

No dia a dia, é comum observarmos que muitas pessoas se confundem ao empregar certos termos da língua. Veja a seguir uma lista com os termos que selecionamos e atente para a forma padrão, buscando utilizá-la.



Você não chega em casa **meia cansada**. Você chega **meio cansada**. Deixe a meia para colocar no pé.



Você não chega do futebol **soando**, a não ser que seja um sino. O correto é **suando**.



Não use a expressão "**a nível de**", que é um modismo criado nos últimos anos. Use "**em nível de**". Por exemplo: "O problema será resolvido **em nível de** diretoria". A exceção ocorre quando nos referimos a um nivelamento. Por exemplo: "Esta cidade não fica **ao nível do** mar".



Elimine as palavras **seje** e **esteje** do seu vocabulário, pois elas não existem. Nunca escreva para um amigo dizendo "**seje** feliz" ou "espero que **esteje** bem".



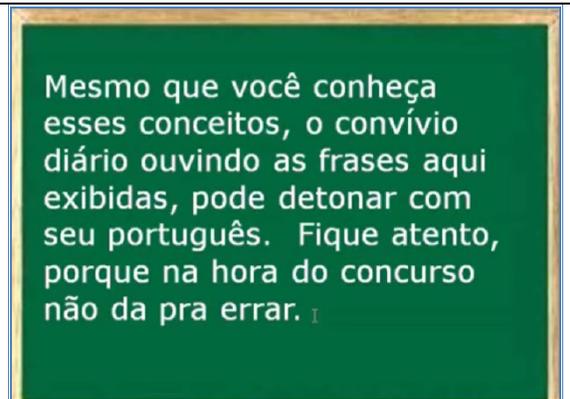
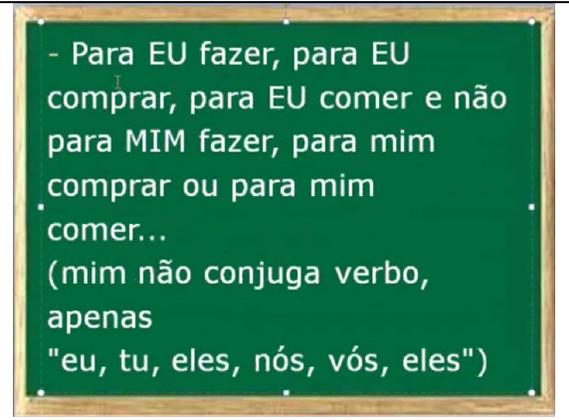
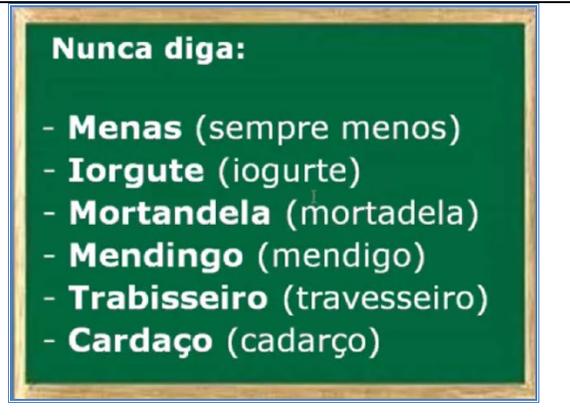
Ninguém tem **poblema** ou **pobrema**. As pessoas têm **problemas**.



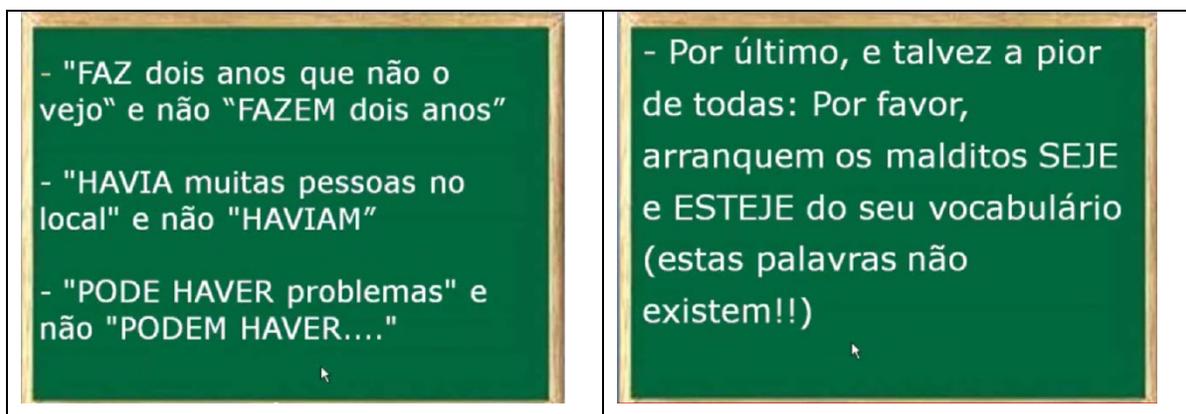
Minha mãe pediu para **eu** fazer, para **eu** comprar e não para **mim** fazer ou para **mim** comprar.

¹⁷ Como vemos na página seguinte, este link <http://www.soportugues.com.br/secoes/errosPopulares/> é um exemplo de espaço de injunção a uma forma de língua que nos remete ao *Appendix Probi*.

A seguir, citamos outro exemplo de espaço em que observamos a ressonância do *Appendix Probi* enquanto uma forma material que reúne estrutura e acontecimento que afeta os diferentes sujeitos, ao longo dos séculos. Nesse sentido, citamos um conjunto de *slides* que está disponível no *Youtube*¹⁸ e que são postos em circulação nos mais variados e-mails como uma espécie de proposta de contribuição a ser difundida na rede. Podemos dizer que o funcionamento ideológico que sustenta essa prática reafirma o sentido de língua uma numa profusão de “dicas” para “bem-falar/escrever”.

 <p>Erros comuns e erros grosseiros</p>	 <p>Mesmo que você conheça esses conceitos, o convívio diário ouvindo as frases aqui exibidas, pode detonar com seu português. Fique atento, porque na hora do concurso não dá pra errar.</p>
 <p>- Para EU fazer, para EU comprar, para EU comer e não para MIM fazer, para mim comprar ou para mim comer... (mim não conjuga verbo, apenas "eu, tu, eles, nós, vós, eles")</p>	 <p>Nunca diga:</p> <ul style="list-style-type: none">- Menas (sempre menos)- Iorgute (iogurte)- Mortandela (mortadela)- Mendingo (mendigo)- Trabisseiro (travesseiro)- Cardaço (cadarço)

¹⁸ Slides disponíveis em http://www.youtube.com/watch?v=3A2ce_6ZXvs&feature=related



Os slides selecionados possibilitam-nos observar o mesmo gesto de interpretação que (re)produz um efeito de sentido de injunção a um modo de falar em contraponto a outro que *não* deve ser enunciado, uma “forma maldita que deve ser arrancada do vocabulário que pode detonar com o ‘seu’ português”. Ou seja, apesar de tantos séculos terem passado e estarmos em plena era da informática, há ainda hoje formas “didáticas” com o mesmo papel do *Appendix Probi*. Como dissemos, a diferença é o modo de circulação desses sentidos. Sentidos que se constituem por uma imposição à forma normatizada de dizer, materializada na *negação* explícita de uma possibilidade outra de dizer:

Séc. III	2012
[...] Calceus <i>non</i> Calcius	[...] basculante <i>e não</i> vasculhante
[...] Flagellum <i>non</i> Fragellum	[...] menos <i>nunca</i> menas

II. 3 O processo de legitimação de uma forma linguística: escrita sobreposta à oralidade

Embora tenhamos frisado a importância do glossário *Appendix Probi* nos sentidos de língua que reverberam ainda hoje, não podemos esquecer que há todo um processo de produção de sentidos anterior a esse. Mattos e Silva

comenta sobre a relação milenar entre sujeito e ‘uma’ forma de língua que é imposta, desconsiderando a multiplicidade:

A tradição gramatical normativo-prescritivista nasceu da percepção da unidade do grego, apesar de sua diversidade, e se desenvolveu em um esforço pedagógico para fixar a língua em certo ‘estado de pureza’, para permitir o estudo dos escritores clássicos gregos e para que eles servissem de modelo a ser seguido. (MATTOS e SILVA, 2002, p. 294)

Podemos dizer, então, que o longo processo de legitimação de uma forma linguística tenha tido início ainda na Grécia antiga, estendendo-se à Idade Média. Período histórico em que toda produção escrita estava sob o poder da Igreja que a detinha e, por essa razão, também detinha o poder de determinar e legitimar sentidos na sociedade.

Conforme Mariani (2008, p. 6-7), é possível afirmar que “os gregos de algum modo reconheciam as variações internas da língua, mas defendiam uma unidade linguística como forma de fazer frente aos demais povos”.

Para Gnerre (2009), “associar a uma determinada variedade linguística o poder da escrita foi nos últimos séculos da Idade Média uma operação que respondeu a exigências políticas e culturais.” Assim, se por um lado, havia grandes diferenças entre as formas linguísticas existentes, por outro havia o latim, uma língua de poder, considerada como modelo na Europa da Idade Média.

Na época, a Igreja sofre questionamentos sobre o fato de ser a detentora do saber. A partir daí, apesar da forte resistência institucional, o sujeito passa a ter a possibilidade de também ter acesso ao conhecimento. Em relação a isso, Haroche (1992) remete-se à participação de Averroes, um filósofo árabe, que traduz e tece comentários sobre textos de Aristóteles que chegaram, no século XIII, até a Universidade de Paris. De acordo com a autora, esse filósofo contrapõe-se ao cristianismo e sua teoria traz à tona a ideia de que a submissão do indivíduo à religião não é indispensável para se chegar ao conhecimento. (HAROCHE, 1992, p. 65-6).

Como consequência do conflito que passa a existir, há uma disputa entre a “verdade” produzida pela Igreja e outra distinta desta. Em relação à Escrita, esses dois pontos de vista que se opõem, produzirão efeitos de sentido que se identificam. Nas palavras de Gallo:

[...] a Escrita enquanto transcrição da oralidade vai se aproximando progressivamente da Escrita enquanto Escrita Sagrada. Embora se trate de línguas diversas (latim em um caso; uma variedade linguística, no outro), ambas produzirão um efeito de sentido ‘único’, fruto de um processo de legitimação..[...] Essa Escrita, ao seguir o caminho da legitimação, transformar-se-á, enquanto que a *oralidade* conservar-se-á na sua condição de *forma ilegítima*. (GALLO, 1992, p.50). (grifos nossos).

Passa-se, então, a um espaço em que há interpenetração de dois processos discursivos: a) a legitimação de uma Escrita que produz uma unicidade de sentidos e, conseqüentemente, sua oralização; b) a oralidade não legitimada que produz uma multiplicidade de sentidos e sua transcrição. (*p.cit.*, p.51). Assim como a autora, lembramos que a “unicidade de sentidos” não é determinada linguisticamente. É, sim, um efeito ideológico. Dito de outro modo:

[...] não é o léxico, nem a sintaxe que legitimam uma produção linguística. [...] um e outro são produtos de um processo *histórico e político*. A legitimidade da Norma é um *efeito ideológico*, efeito este que concorre para a produção de um sentido ‘único’. (GALLO, 1992, p. 51). (grifos nossos).

No processo de legitimação da língua, é atribuído à oralidade um sentido marginal que permanece nos dias atuais. Como argumenta Gallo (*op.cit.*), o fato da marginalização da oralidade não se deve à razão de não ser produzida de acordo com a Norma, mas por não ter passado por um processo que a legitimasse.

Gnerre cita os motivos que, no seu ponto de vista, separa de modo profundo a língua padrão das demais formas linguísticas. Este autor coloca o primeiro motivo associado à escrita e à tradição gramatical, inventariada nos dicionários e é a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade

nacional: “é este o resultado histórico de um processo complexo, a convergência de uma elaboração histórica que vem de longe.” (GNERRE, 2009, p. 11). Conforme Gnerre, a escrita demarca a diferença entre as formas linguísticas¹⁹.

Nesse ponto, enfatizamos o silenciamento constitutivo do modo hierarquizado com que são tratadas formas outras da língua que não constam em gramáticas e dicionários.²⁰ A propósito, lembramos que, quando se repete a negação da possibilidade de se falar de um determinado modo, produz-se uma censura a essa forma de constituição pela língua e, nesse gesto, proíbe-se um jeito de ser.

II.4 Considerações sobre o processo brasileiro de gramatização

[...] todos os instrumentos linguísticos envolvidos na construção da gramatização de uma língua e na sua administração implicam necessariamente na construção do efeito imaginário da unidade linguística. (PFEIFFER, 2005, p. 34).

Para iniciar esta seção, citamos Pfeiffer que argumenta que “toda legitimação implica em apagamentos”. (op.cit.,p. 34). Desse modo, legitima-se uma forma linguística e censuram-se outras tantas que estão em funcionamento no mesmo espaço linguístico²¹.

Nesta reflexão, tomamos como base o conceito de gramatização definido por Auroux enquanto “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. (AUROUX, 1992, p.65). (grifos do autor).

¹⁹ Chamamos a atenção para o fato de a escrita afetar a língua considerada padrão, na sociedade. Também apresentamos esta discussão no IV Capítulo, quando tratamos do processo de constituição da “hipercorreção”.

²⁰ Nos dias de hoje, além da gramática e do dicionário que, há séculos, legitimam uma modalidade de língua temos as diferentes mídias.

²¹ “Espaço linguístico”, nas palavras de Cláudia C. Pfeiffer, “é o espaço imaginário de uma comunidade que se conglomera em torno de uma língua nacional.” (op.cit. p.38).

No intuito de compreender melhor a relação entre língua brasileira/sujeito e processo de gramatização no espaço linguístico brasileiro, consideramos ser bastante fecunda a leitura do livro *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*.²² (GUIMARÃES; ORLANDI, 2001).

Em um dos artigos que constitui essa obra - “Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil” - Guimarães e Orlandi situam-nos no processo de gramatização do Brasil e enfatizam que, em um país colonizado como o nosso, a gramatização trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização, o dos deslocamentos. (*op.cit.*, p.35). Nas palavras dos autores, considerando as condições de produção, ter uma gramática significa:

[...] ter direito à unidade (imaginária) constitutiva de toda identidade. Por outro lado, falar dos ‘usos variados’ é defender uma ‘outra’ língua. Com efeito, uma vez conquistado o direito à unidade, imediatamente recomeça-se a reconhecer as variedades: a influência da língua dos índios, das línguas africanas, etc. Este reconhecimento é o próprio da constituição da unidade do português brasileiro. (GUIMARÃES; ORLANDI, 2001, p.35).

Para Guimarães (1996, p. 129) o processo de gramatização brasileiro “se dá a partir dos anos 80 do século XIX, momento em que as gramáticas e dicionários se fazem tendo em vista a questão das línguas no Brasil”.

Nessa direção, enfatizamos que há uma construção simultânea entre o saber metalinguístico e a língua nacional e, assim, entre ambos se constitui uma relação em que não se pressupõe anterioridade tampouco causalidade lógica. (*op.cit.*) Dito de outro modo, instrumentos linguísticos como dicionários e gramáticas constroem uma unidade imaginária que passa a ser chamada de língua.

²² Além das reflexões de Guimarães e Orlandi, esse livro constitui-se de trabalhos produzidos por vários autores que participam do projeto *História das Ideias Linguísticas/Unicamp*: Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, Bethania Mariani, Mariza Vieira da Silva, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, José Horta Nunes, entre outros.

As reflexões que Pfeiffer produz sobre as polêmicas relacionadas à língua portuguesa, nos séculos XIX/XX traz à tona questionamentos bastante relevantes para se pensar a constituição da relação sujeito/língua: “qual é a língua que falamos, de que modo a escrevemos, quem fala esta língua e quem se apaga nas outras línguas que não são descritas? Enfim quais são os sentidos que foram construídos, a partir da segunda metade do século XIX, para a língua brasileira?” (PFEIFFER, 2001, p. 167).

Além dessas questões, a autora traz neste artigo uma síntese das polêmicas em torno do *modo* de se falar a língua que se fala no espaço brasileiro e a relação com a escrita. Conforme Pfeiffer, na escrita “há a legitimação de uma forma linguística em confronto com várias outras que estão em funcionamento em um mesmo espaço linguístico.” (PFEIFFER, 2001, 169).

Nesta reflexão, também não podemos deixar de considerar a relevância da formulação do Diretório de Marquês de Pombal, em 1757. Acontecimento linguístico que tinha por objetivo normatizar e unificar o ensino e o uso do português. Conforme Mariani (2001, p. 111), “o Diretório traz para a discussão a *raiz histórica da formação linguístico-discursiva* da sociedade brasileira. Nela encontra-se de fato uma diferença entre o mundo português e a colônia brasileira.” (grifos nossos). Diferença que o Diretório, com seu poder normatizador, impõe que seja eliminada. Para isso, a língua portuguesa deve ser, obrigatoriamente, a única a ser falada: ‘todos’ devem fazer um uso exclusivo da língua portuguesa.

O Diretório vigorou em torno de 40 anos, mas foi o suficiente para produzir uma memória de língua portuguesa no Brasil. Dito de outro modo, o Diretório de Pombal produz “efeitos no dizível possível, embora a língua geral e as demais línguas indígenas tivessem sofrido um processo sistemático de eliminação ao longo dos séculos seguintes.” (op.cit.). Ainda citando Mariani:

[...] o papel das academias e do édito de Pombal, quando refletimos sobre a normatização e sobre a homogeneização da língua, foi o de constituir A história, com O sentido, determinado através de A língua portuguesa e, desta forma, contribuir na

formação de UMA memória oficial sobre o Brasil. (MARIANI, 2001, p. 114). (grifos da autora).

Retomando o que dissemos sobre a relação entre a produção de “hipercorreção” e traços “interditados”, vale lembrar que Gallo (1990) faz uma afirmação que nos interessa no sentido de compreendermos melhor a constituição do *discurso da norma*:

[...] naquilo que diz respeito à *gramática*, o *interditado* é evidente. Parte-se do interditado. Ou ainda pode-se dizer que a gramática de uma língua constitui-se em um inventário de inter-ditados, na medida em que ela ‘seleciona dizeres’. Os pares *correto/incorreto*, *aceitável/não aceitável* etc, fazem uma referência empírica superficial que é análoga ao interditado fundamental e aos interditados discursivos determinados pelas formações discursivas. (GALLO, 1990, p. 17) (grifos nossos).

Ainda conforme palavras da autora (op.cit., p.17), “os interditados postos pela gramática (não aceitável, incorreto, etc.) se baseiam em alguma coisa que é fundamental na formulação de toda gramática: aquilo que não se diz, e do que não se tem consciência, e que é o que efetivamente determina os interditados”.

Nessa mesma perspectiva, Orlandi enfatiza que, enquanto brasileiros, “[...] temos uma história de séculos, de conquistas e de relações de poder e dominação acompanhando a história da gramática e do dicionário em nossa cultura. Nós temos o desenvolvimento de uma tecnologia que demorou anos para ser implementada e tornada ‘pública’ (livros, imprensa, etc). (ORLANDI, 1999, p. 20).

Pensamos que, para a nossa reflexão, também seja fundamental considerar as ideias que essa mesma autora apresenta em *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil* (2009). Entre outros pontos discutidos por Orlandi, está o fato de, no século XX, a gramática passar a ser um instrumento linguístico para distinguir os brasileiros que conhecem a língua *corretamente* e aqueles que não a conhecem. E o gramático assumir uma função de guardião da norma gramatical. Na divisão entre quem conhece e quem não

conhece a língua, seu conhecimento passa a separar o que está e o que não está conforme a norma, distinguindo não mais brasileiros e portugueses, mas brasileiros e brasileiros. (ORLANDI, 2009, p. 176-7).

Ainda no sentido de pensar a constituição do imaginário de língua correta em nossa sociedade, vale a pena lembrar o que afirma Mariani ao tratar da polêmica travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro em relação à língua utilizada na redação do Código Civil Brasileiro, em 1902. Essa “querela linguística”, como diz a autora, girou em torno da língua falada no Brasil e a língua portuguesa escrita conforme os padrões estipulados pelos escritores portugueses consagrados. Conforme Mariani, “o bom e modelar português, o português padrão (escrito) será aquele que não inclui marcas de oralidade”. (MARIANI, 2011, p. 249). Mais de um século se passou e o modelo de português continua a ser o que mais se distancia da oralidade.

Concordamos com Orlandi quando enfatiza que, de modo geral, “a *gramática* em seu processo de produção *faz muito mais* do que ser um lugar de conhecimento ou norma. Ela é a forma da relação da língua com a sociedade na história. No presente caso, esse é um sujeito pragmático. E é esse sujeito, é esta posição sujeito que somos convidados (aprendemos) a ocupar quando aprendemos a língua. [...] esse *sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma.*” (ORLANDI, 2007, p. 14-15). (grifos nossos).

Também em relação ao processo que envolve os instrumentos linguísticos, Lagares afirma que “cumprem a função de apresentar um modelo de língua que possa ser oferecido aos outros falantes e que será identificado como a Língua”. (LAGARES, 2011, p.176).

Assim, a partir dessas reflexões, é possível pensar a produção da “hipercorreção”, objeto de nosso estudo, como uma tentativa de “não cair fora da norma” para “não ser marginalizado”.

II.5 Espaço escolar/espço de censura: o discurso pedagógico constituindo a relação sujeito/língua

Esta *divisão* [da língua] distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia. E aqui pode-se ver como a *Escola*, entre outras instituições e instrumentos, é fundamental na configuração do espaço enunciativo de uma língua nacional, no nosso caso o Português, ou seja, a *Escola* é fundamental no modo de dividir os falantes e sua relação com a língua. (GUIMARÃES, 2002, p. 21). (grifos nossos).

Neste capítulo em que procuramos refletir sobre a relação sujeito/língua ao longo da história, também vemos a necessidade de considerar o papel que a Escola²³ exerce em nossa sociedade, enquanto um dos aparelhos ideológicos do Estado, visto que se trata de um espaço que, sabemos, reforça o imaginário de língua una, homogênea. No entanto, não podemos perder de vista que “[...] essa penetração-inculcação não tem origem na Escola, que não passa de um dos lugares de sua realização.” (PÊCHEUX, 1995, p. 224).

Vale ressaltar que Solange Gallo, na discussão que desenvolve em sua dissertação de mestrado referente às práticas pedagógicas predominantes no ensino de língua portuguesa²⁴, afirma haver uma “analogia entre o interditado da gramática da língua e o interditado fundamental e discursivo”. Para Gallo, “o desvirtuamento dessa relação em proveito de uma relação entre os interditados da gramática e os interditados sociais. [...] ‘o que não se diz’ (e que é o interditado fundamental) fica em analogia ao que ‘não se deve dizer’ por razões

²³ Silva Neto quando se referia às diferentes modalidades do latim, já enfatizava que “[...] a escola exercia ação repressiva e unificadora, além do que cada classe social procura imitar a linguagem da classe superior.” (SILVA NETO, 1946, p. 34).

²⁴ Solange Gallo afirma que, nas práticas de língua portuguesa, por um lado, são esquecidas as noções “língua, linguagem, escrita, oralidade, discurso, texto, significado, sentido etc.”. Por outro lado, o que se pratica é o “grafismo, a ortografia, a leitura, as interpretações, as análises gramaticais etc.” Embora se diga que é realizado um trabalho que envolve a oralidade.

convencionais, sustentadas pelo discurso pedagógico²⁵: ‘é por que é’” (GALLO, 1990, p. 18-9).

Nesse ponto, remetemo-nos às reflexões sobre o discurso pedagógico produzidas por Orlandi (1996), pelo fato de as questões linguísticas terem a *Escola* como um dos espaços em que são (re)produzidas. A autora discute a pseudoneutralidade da instituição escolar e o fato de esta refletir o autoritarismo que constitui as relações institucionais em geral em nossa sociedade. Nessa perspectiva, Orlandi distingue, fundamentalmente, três tipos de discurso: *lúdico*, *polêmico* e *autoritário*, e os caracteriza da seguinte forma:

[...] no discurso *lúdico*: há a expansão da polissemia pois o referente do discurso está exposto à presença dos interlocutores; no *polêmico*, a polissemia é controlada uma vez que os interlocutores procuram direcionar, cada um por si, o referente do discurso [...] no discurso *autoritário* há a contenção da polissemia, já que o agente do discurso se pretende único e oculta o referente pelo dizer. (ORLANDI, 1996, p. 29).

Interessante a discussão de Orlandi sobre o que seria “ensinar” e entre os elementos que produzem a “inculcação” pelo discurso pedagógico dentro do espaço escolar: “a homogeneidade é criada a partir da instituição. É no espaço da instituição que o conhecimento é homogêneo [...] o sistema de ensino tem como cume a Universidade [...]” (ORLANDI, 1996, p. 20).

Assim, a ideia de língua una é um entre os conhecimentos homogeneizados que são formulados e que circulam no âmbito escolar. Como diz a autora, há “questões do tipo: posso dizer com minhas palavras? Cujas resposta é: ou não pode, ou mais benevolmente, se diz que pode para depois recusar essa linguagem e substituí-la por outra ‘mais adequada’”. (ORLANDI, 1996, p. 20).

²⁵ No livro *A linguagem e seu funcionamento* (1987, p. 15-37), Eni Orlandi faz uma profunda reflexão sobre a circularidade do discurso pedagógico, questionando *para quem* é este discurso e a constituição predominantemente autoritária da *escola* refletindo o autoritarismo das relações institucionais de nossa sociedade.

Voltando ao texto de E. Orlandi, no parágrafo final ela propõe que alunos e professores busquem um “discurso pedagógico que seja pelo menos polêmico e que não nos obrigue a nos despirmos de tudo que é vida lá fora ao atravessarmos a soleira da porta da escola”. (ORLANDI, 1996, p. 37). Nessa perspectiva, a linguagem trazida para a escola por professores e alunos está entre os aspectos da vida que sofrem uma injunção a ser deixados de fora.

Para nós, a discussão desenvolvida por Guimarães (2007), mais do que pertinente, é fundamental para compreendermos as questões que constituem o imaginário de “correção” da língua que constitui a nossa sociedade. De acordo com o autor, há dois modos de funcionamento das línguas no espaço de enunciação brasileiro. Se por um lado, há aquele que representa as relações imaginárias cotidianas entre falantes, por outro há o que representa as relações imaginárias institucionais.

Guimarães distingue o primeiro caso da seguinte forma: língua *materna*, língua *alheia* e língua *franca*. Em nossa reflexão, lidamos com a noção de língua materna:

Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes. (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

No que concerne às relações imaginárias (ideológicas) institucionais, Guimarães distingue língua nacional, língua oficial e língua estrangeira, sendo que as duas primeiras noções são mobilizadas, ao longo de nossa discussão:

Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.

Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. (*op.cit.*, p. 64).

Refletindo sobre esses funcionamentos, o autor afirma que as relações imaginárias institucionais se sobrepõem ao funcionamento das relações imaginárias entre falantes. Nessa perspectiva, há uma sobreposição da língua

oficial em relação à nacional. E a língua materna sofre uma redução à língua nacional.

Como dissemos, em nossa reflexão remetemo-nos às noções de língua pensadas por Guimarães e é interessante observar o modo como Payer também leva em conta a distinção feita por ele. A autora discute “a relação entre a memória histórico-discursiva da imigração e a língua, no cruzamento das práticas de linguagem oral e escrita, como práticas sócio-historicamente configuradas” (2007, p. 113). Em sua reflexão, ela considera “a tensão entre o nacional e o materno-familiar como uma questão teórica e prática bem delicada, que coloca a necessidade de, a cada contexto, pensar sobre o estatuto e o funcionamento de cada uma das línguas, e em seus efeitos no sujeito e na sociedade.” (*op.cit.*, p.118). A autora argumenta que participam desta tensão:

[...] do lado da nacionalidade, as imagens e valores ligados à lei jurídica, ao Estado, à escola e à norma. Por outro lado, imagens e valores ligados ao familiar, à maternalidade, ao comunitário, ao cultural e ao doméstico, no sentido de que a língua inicial é fundante de um sujeito, pela apresentação do mundo a esse sujeito através de uma língua. (PAYER, 2007, p. 118).

É preciso lembrar que o sujeito não é só constituído pela dimensão de língua materna, mas também pelo modo como funciona discursivamente a língua nacional. Sendo que essas línguas não coincidem, “porque, como dimensões da ordem da memória, têm lugares e funcionamentos distintos para o sujeito de linguagem e na sociedade”. (PAYER, 2007; 2009).

Nessa perspectiva, Guimarães (2007, p. 64) afirma que “o português se divide em várias ‘línguas’, em vários e diversos falares das regiões as mais diversas.” Ainda conforme o autor, “as línguas, ao funcionarem, se dividem sempre, pela simples razão de que seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes. Ou seja, o funcionamento da língua envolve o modo como seus falantes a ‘experimentam’”. A partir dessa reflexão, pensando discursivamente, é necessário enfatizar que a divisão se trata mais de constituição do sujeito pela língua do que, simplesmente, inclusão dela na relação com seus falantes.

Em um dos seus artigos Pfeiffer enfatiza as relações entre *escolarização, urbanização e mídia* e afirma que, em tempos mais distantes, podia-se falar nas estreitas relações entre escolarização e urbanização. Atualmente, acrescenta-se a mídia a essas instâncias e as três funcionam “como contrapartes da normatização do Estado.” Pfeiffer reflete sobre essas instâncias enquanto “instrumentos de estabilização do Estado que produzem a homogeneização dos sujeitos a partir do funcionamento simbólico de uma língua consensual que, para ser dita, deve ter em si sua urbanidade.” (PFEIFFER, 2011, p. 232).

Ainda de acordo com a autora, lembramos que:

[...] nesse movimento de sentidos, o *sujeito urbano escolarizado* espacializa o simbólico na matéria de seu mal dizer, na matéria de seu mal-estar cidadão. Letras e construções urbanas se fazem marcar pelo erro, pela incompreensão. [...] é preciso contornar a língua para se conseguir dizer, quase sempre na forma-material do mal-dizer. (PFEIFFER, 2011, p. 233). (grifos nossos).

A nosso ver, para compreender como se constitui o sujeito de linguagem na contemporaneidade é fundamental levar em conta esses argumentos de Pfeiffer, e considerarmos a relação língua/sujeito (im)posta pelo Estado como uma relação que produz uma “língua de consenso” .

II. 6 A relação sujeito/língua e a forma-sujeito capitalista

Para pensar a relação sujeito/língua e a forma-sujeito capitalista, remetemo-nos à Orlandi:

[...] a materialidade discursiva é linguístico-histórica. Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. Em nosso caso, a *forma-sujeito histórica capitalista* corresponde ao sujeito-jurídico constituído pela ambiguidade que joga entre a autonomia e a responsabilidade sustentada pelo vai-e-vem entre direitos e deveres. Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui. (ORLANDI, 1999b, p. 61). (grifos da autora).

Considerando a forma-sujeito capitalista, chamamos a atenção para o imaginário de língua que circula, predominantemente, em nossa sociedade. É interessante notar como este imaginário constitui os sentidos postos em circulação em vários meios de comunicação, como uma verdade com seus efeitos de inquestionabilidade.

Em relação a essa questão, tomamos como exemplo a Revista *Veja*²⁶ enquanto um poderoso instrumento que contribui na reprodução e sustentação de sentidos de/em uma sociedade capitalista que se constitui por relações hierarquizadas. A injunção a um dos sentidos predominantes se relaciona ao imaginário de língua una.

Pensamos que seja interessante tecer um comentário sobre o fato de, em dois números da revista, um de 2001 e o outro de 2010, ter o mesmo enunciado nas capas, ficando bastante visível a inscrição dos editores a sentidos de língua una, homogênea.



²⁶ Revista *Veja*. Ano 34 - nº 44, Edição 1725. Editora Abril, 07/11/2001; Revista *Veja*. Ano 43 - nº 32, Edição 2177. Editora Abril, 11/08/2010.

Praticamente, depois de uma década vemos em letras garrafais a mesma chamada para a matéria que é destaque na edição. Na *Veja* de 2001: “Falar e escrever bem”. Com letras um pouco menores: “o brasileiro tem dificuldade de se expressar *corretamente*. Mas está fazendo *tudo* para *melhorar*, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida social”. Além disso, anunciam “um teste para avaliar o seu domínio do idioma”.

Na *Veja* de 2010: “Falar e escrever bem”. Depois de dois pontos a continuidade “rumo à vitória” e, em letras menores: “Expressar-se com clareza e elegância é essencial para avançar na vida. A boa notícia é que há mais ferramentas para o aprendizado”. A imagem de um teclado de computador²⁷ se reconfigura no formato de uma escada com vários degraus e, no topo da escada, um homem com uma postura de quem está discursando com um microfone a sua frente. Essa imagem está relacionada com o fato de a matéria tratar de língua padrão, a partir do debate feito pelos candidatos à presidência da República e que têm a sua forma de linguagem como palco de críticas.

É curioso como ganha força o imaginário de que para “vencer na vida” é fundamental “falar e escrever bem” no modo como tais sentidos são postos. Podemos dizer que esse conjunto de elementos verbais e não-verbais nos remete ao fato de a relação sujeito/língua ser indissociável, pela lente da Análise de Discurso. Para nós, é possível compreender que se instaura, nesse conjunto de elementos, uma injunção ao sujeito brasileiro, leitor da revista, que, imaginariamente, deve deixar de ser ele para “vencer na vida”, à medida que precisa se despir da linguagem que o constitui para alcançar “a vitória”. Enfim, é colocada uma relação direta entre “aprender” a falar “a” língua e “galgar degraus, para subir na vida”, nessa sociedade hierarquizada. A configuração da forma-sujeito capitalista se constitui nessas matérias.

Em ambos os números da Revista *Veja* são apresentadas dez expressões como exemplos de formas que não devem ser ditas, ou melhor,

²⁷ A relação com a tecnologia também está posta na imagem representada pelo teclado do computador.

formas “malditas”. Na edição de 2001 (a), são postos os “pecados capitais da linguagem oral”, enquanto na *Veja* de 2010 (b), aparecem os “10 erros de português que acabam com qualquer entrevista de emprego.”

É curioso como entre as formas que se repetem está a construção com o pronome oblíquo “mim”: a) “para mim não errar”: mim não pode ser sujeito, apenas complemento verbal (“Ele trouxe a roupa para *mim*”. Também pode completar o sentido de adjetivos: “fica difícil para mim...”; b) “qualquer coisa que passem para *mim* fazer, eu entrego no prazo”: para eu fazer: antes do verbo nunca se usa pronome oblíquo. Só o pessoal é permitido”.

Para nós, nesses exemplares da *Veja*, há um modo de tratamento dado à língua e aos falantes que se configura na repetibilidade de sentidos postos com um visível apagamento da heterogeneidade constitutiva das línguas e dos sujeitos, no modo de injunção à norma, a uma forma específica de dizer/escrever.

Essa reflexão nos remete à Payer que afirma que o fato de ficarmos atentos às regularidades enunciativas permite-nos compreender:

[...] como a memória coletiva constitui-se também como um campo de *tradições de linguagem*, com estruturas sintáticas e enunciativas próprias, *elas mesmas repetindo-se como memória*. Elas apresentam objetos de discurso bem definidos, como um ‘já-dito’, e assim se reproduzem, repetindo-se e ‘eternizando-se’, mesmo se retornam de forma modificada nas diferentes práticas de linguagem, como as narrativas orais, nos relatos em discurso direto, ou como *texto escrito publicado na mídia impressa*. (PAYER, 2011, p. 54). (grifos nossos).

Essa imposição à forma linguística normatizada de forma categórica, nos dois números da Revista *Veja*, remete-nos ao fato de que esta revista, por um lado formula e coloca em circulação certos sentidos de língua e, por outro, silencia outros sentidos possíveis, (re)produzindo uma forma de *censura*. (ORLANDI, 1992).

Nesta perspectiva, para compreender a relação sujeito/língua na sociedade atual, é preciso levar em conta o que afirma Orlandi:

[...] a produção é substituída pelo consumo. Esse consumo não é tanto aquele de produtos manufaturados mas de produtos culturais que modelizam nossas personalidades. Participar dessa sociedade em construção tem assim a ver com a participação do fluxo de intercâmbio de informações, dos sinais de pertencimento. (ORLANDI, 2007, p. 16).

A nosso ver, a forma de língua considerada ideal está entre os produtos culturais que “precisam” ser consumidos como sinais de pertencimento, nesse processo de integração-exclusão constitutivo do funcionamento social. Tanto é um produto a ser consumido que são inúmeras as publicações que se destinam a “ensinar português” aos brasileiros, como por exemplo: *Erre menos!; Dicas de Português*²⁸. Vários autores chegam a vender mais de 500 000 livros que “ensinam a falar e escrever melhor”.

II. 6.1 Ideias linguísticas que circulam em nossa sociedade

Entre as possibilidades de construir a nossa reflexão sobre ideias de língua, de saber(es) sobre ela, propomo-nos discutir alguns recortes de dois textos²⁹ que circularam e ainda circulam em nossa sociedade. Ou seja, exemplares de textos que estão disponíveis aos leitores. Assim, procuramos olhar para esses textos, porque dizem respeito a lugares de construção de sentidos sobre a língua.

A escolha dos textos justifica-se por serem exemplares que representam duas perspectivas distintas: o primeiro, por apresentar um ponto de vista normativista de língua, e o segundo por ser fundamentado em um ponto de vista sociologista de língua.

²⁸ Livros de Saulo C. Rego Barros (1999) e de Christiano Abelardo Fagundes Freitas (2007), respectivamente.

²⁹ A proposta de olhar criticamente para tais textos deve-se ao fato de serem lugares de construção de sentidos sobre a língua. Um dos textos trata-se do artigo que já nos referimos: “Falar e escrever: eis a questão”, matéria da Revista *Veja*, produzida por João Gabriel de Lima (2001). O segundo texto é uma resenha do livro de Marcos Bagno, *Português ou Brasileiro: Um Convite à Pesquisa* (2001) e tem por título “Por uma gramática da língua solta”, de Vinicius Romanini (2002).

Para nos referir a Pasquale Cipro Neto, assunto fulcral do primeiro artigo, trazemos Orlandi que o define da seguinte forma:

Hoje temos um *respondedor* como Pasquale Cipro Neto, um gramático de mídia [...] que funciona como um plantão gramatical, um ‘pronto socorro’ lingüístico para a língua escolarizada, que viria da tradição. Mas de uma tradição sem erudição e sem ciência (idéias lingüísticas). É o gramático em sua função meramente normativa e de conteúdo e que, pelo lugar que ocupa na mídia, produz o efeito da legitimidade e do saber. Ocupa, assim, lugar normatizador do uso da língua. (ORLANDI, 2002) (grifos da autora).

Enquanto Cipro Neto enfatiza o que é “certo” e o que é “errado”, Marcos Bagno argumenta que

[...] os velhos conceitos de ‘certo’ e ‘errado’ refletem esquemas sociais de autoritarismo e intolerância que *não são mais admissíveis nos dias de hoje*. Achar que uma forma lingüística é mais ‘certa’ que outra é a mesma coisa que achar que os homens são mais inteligentes que as mulheres, que os homossexuais são ‘doentes’, ou que os brancos merecem mandar nos negros. (BAGNO, 2001).

Chamamos a atenção para a referência aos “dias de hoje”, indiciando a filiação de Bagno a uma concepção de história linear, cronológica, naturalista, em que os sentidos “nascem, se desenvolvem e morrem”. Na posição em que o autor se inscreve, os sentidos não são vistos como atualização de uma memória.

a) Análise de recortes da matéria da Revista *Veja*: “Falar e escrever: eis a questão”³⁰

Apresentamos recortes da matéria da Revista *Veja* (2001, p. 104-111), intitulada “Falar e escrever: eis a questão”, produzida por João Gabriel de Lima.

³⁰ Grande parte das reflexões que aqui apresentamos está no texto que faz parte do processo de qualificação fora de área. Naquela oportunidade, tivemos como banca as Prof^{as} Dr^{as} Cláudia Pfeiffer e Mónica Zoppi-Fontana, às quais agradecemos muito pela disponibilidade em ler e propor alterações que, a nosso ver, mais do que pertinentes, foram fundamentais para a discussão que desenvolvemos ao longo do texto apresentado.

Esta matéria, na sessão *Cultura*, foi palco de uma discussão sobre a língua sustentada em uma perspectiva normativista como é possível perceber em várias marcas presentes no texto, como por exemplo: “[...] quem não consegue *articular pensamentos com clareza e correção* tem um grande entrave à ascensão na carreira.”

O autor do artigo, espécie de apologia a Pasquale Cipro Neto e a sua ideia de língua, afirma ser “um fenômeno de mídia [...] um sucesso no rádio, em livros, em palestras e em CD-ROM. Ele não é o único que ficou conhecido nacionalmente por *ensinar os brasileiros a falar e escrever* melhor; [...] estrela de magnitude nacional.” (LIMA, 2001, p. 104).

A referida matéria apresenta, também, um “Teste do Professor Pasquale”, composto por 35 questões, cujo objetivo é “medir” a quantidade de “erros”, indicando o grau de contato do leitor com “a norma culta”.

No artigo aparece, de forma muito breve, um enunciado do Professor Luiz Marcuschi (UFPE), em que emite sua opinião sobre o ensino de Língua Portuguesa. Pensamos que a presença desse enunciado, uma voz que destoa em relação ao conteúdo predominante no texto, talvez se configure numa estratégia argumentativa, em que se toma um modo outro de pensar, a fim de reforçar o que se procura afirmar. Assim, destoa o ínfimo espaço dado para a manifestação de um linguista e o espaço em que Lima, o jornalista autor da matéria, tece elogios a Pasquale. Como citamos anteriormente, também disponibiliza um espaço desproporcionalmente maior para Pasquale argumentar contra o que chama de posição dos linguistas. As críticas que constrói se apresentam no enunciado abaixo:

Pasquale [...], inevitavelmente, ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de *uma certa corrente relativista*, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um *desserviço à língua*. De acordo com *essa tendência*, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular *estaria*, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso *configuraria* uma posição *elitista*. (LIMA, 2001).(grifos meus).

Assim, além de utilizar verbos no futuro do pretérito, próprios de quem marca uma distância em relação aos sentidos presentes em seu enunciado, Lima se posiciona contra o imaginário de Linguística que circula, recorrendo a formas linguísticas utilizadas no próprio discurso que se configura como sendo de linguistas. Esse recurso argumentativo, em que traz à tona um sentido outro, é recorrente e produz um efeito de inquestionabilidade.

Na sequência o autor, passa a descrever negativamente a perspectiva “desses acadêmicos”, que se supõe ser dos linguistas, ou melhor, dos sociolinguistas:

Trata-se de um *raciocínio torto*, baseado num *esquerdismo de meia-pataca*, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a *ignorância*, como se ela fosse atributo, e não problema, do ‘povo’. O que esses acadêmicos preconizam é que os *ignorantes* continuem a sê-lo. Que percam a oportunidade de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por *falar errado*. [...] os brasileiros que tentam *melhorar* seu português estão também *aprendendo a pensar melhor*. (‘povo’: grifo do autor) (os grifos em itálico são meus). (LIMA, 2001, p.112).

É interessante notar que a argumentação nessa matéria é construída, predominantemente, a partir de uma concepção de língua como expressão do pensamento. Lima argumenta de um lugar em que a noção de “erro” é tratada de modo naturalizado, ou seja, de sua posição ideológica é possível construir enunciados que se sustentam na “evidência de que há pessoas que não sobem na vida porque falam errado”. E mais, “é evidente que se os ignorantes melhorarem o seu português aprenderão a pensar melhor”.

2.2.6.2 Análise de recortes da resenha “Por uma gramática da língua solta”

Nesse ponto, apresentamos alguns recortes da resenha do livro *Português ou Brasileiro: Um Convite à Pesquisa* (2001), de Marcos Bagno. Nessa resenha, é possível constatarmos que o seu autor, Vinícius Romanini, na época jornalista e doutorando em Comunicação pela ECA/USP, se inscreve na mesma

formação discursiva de Bagno. Ou seja, o modo elogioso com que o primeiro constrói seus argumentos em relação ao segundo são marcas que remetem à inscrição na mesma posição ideológica.

Vejamos, a seguir, alguns enunciados produzidos por Romanini:

Marcos Bagno apresenta uma proposta *moderna e ousada: substituir a velha* análise linguística da Gramática Tradicional (GT) [...], por um método construtivo de pesquisa que *transcenda os conceitos de 'certo' e 'errado'* em busca de uma comunicação pragmática. [...] *As críticas que Bagno faz à Gramática Tradicional* e, principalmente, às *suas idéias de renovação* do ensino da língua inserem-se num *novo panorama epistemológico* que avança rapidamente dentro das ciências humanas: o de *contrapor a herança positivista*, em que o objeto de estudo era reduzido a um mecanismo sujeito a regras fixas, *por um novo paradigma* que leve em consideração o qualitativo e o particular. (ROMANINI, 2002). (grifos nossos).

Neste espaço de discussão sobre ideias linguísticas, vemos como Romanini faz referência às ideias de Bagno, sociolinguista. A série de formas linguísticas que constituem os enunciados acima citados possibilita-nos observar a relação de filiação de sentidos. Por um lado, temos no enunciado primeiro: “moderna, ousada, substituir, velha, transcenda”, por outro, constatamos no segundo enunciado, outras formas de produzir os mesmos sentidos: “renovação, novo panorama epistemológico, contrapor a herança positivista, novo paradigma”.

Podemos dizer que o autor da resenha se inscreve em uma posição sujeito que toma a história das ciências de uma perspectiva continuista e constrói seus argumentos desse lugar, elogiando Bagno por sua filiação a uma concepção de história da ciência com o sentido de *superação, de progressão, de substituição, transcendência*.

Na resenha citada, também observamos marcas que indiciam a filiação a uma corrente naturalista de língua. Em outros termos, sentidos produzidos numa filiação biologicista, a-histórica, linear, como se fosse consequência de uma evolução natural, sem considerar a sociedade, as contradições que a constituem, conforme observamos no seguinte enunciado: Bagno propõe considerá-la como

um *organismo vivo, solto de amarras e em contínua transformação* [...].

A construção a seguir traz em si uma contradição, pois tanto chama a atenção para a unidade como se refere à diferença. Vejamos:

[...] [língua] alimentada pela contribuição de *todos os brasileiros* que se utilizam dela no seu cotidiano - *de escritores a falantes analfabetos*, de pessoas com acesso privilegiado à informação das *grandes cidades* (o que a sociolinguística denomina ‘cultos urbanos’) aos falantes isolados nos *rincões* mais *pobres* do Brasil *rural*. (ROMANINI, 2002). (grifos meus).

No rol de sentidos hierarquizados, passíveis de serem observados, além de estar marcada a sobreposição da língua escrita em relação à falada, o enunciado se constitui, por um lado pela ideia de unidade, por outro, a de divisão, marcada no modo verticalizado de enumerar os brasileiros: “‘*todos os brasileiros*’: *de escritores a falantes analfabetos; das grandes cidades aos rincões mais pobres*”. Brasileiros divididos pela relação com as ‘letras’, divididos pelo espaço geográfico, divididos pelo poder aquisitivo. Nesse ponto, recorremos a Pêcheux:

A burguesia é obrigada a proclamar o *ideal de igualdade* frente à língua como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos, organizando simultaneamente uma *desigualdade real*, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática. (PÊCHEUX, 1990). (grifos meus).

A seguir, chamamos a atenção à outra sequência produzida por Romanini. Vale dizer que, na argumentação, há, por um lado, algumas marcas que remetem à sociedade, por outro percebemos marcas que trazem à tona a relação com a língua, evidenciando-se o fato de que esse lugar teórico se constrói em uma correlação entre língua e sociedade.

Se, por um lado, temos marcas lexicais que remetem à relação com a sociedade: “dominação, escancaramento, relações de valor e hierarquia, marginalizados, cultura nacional, proposta política”, por outro esta sequência discursiva apresenta marcas que remetem à relação com a língua: “usos de pronomes, supressões de partículas, alterações ortográficas”. A partir dessas

formulações, podemos dizer que, na perspectiva sociologista de língua, os sentidos atribuídos para a diversidade são sustentados ao se correlacionar língua e sociedade.

A língua também é um *instrumento de dominação*. Mexer com sua estrutura significa, também, alterar as relações de valor e hierarquia na sociedade. E quando se *defende o escancaramento da porta estreita da Gramática Tradicional* para que as experiências culturais dos *marginalizados* possam entrar no salão da cultura nacional, ganhando expressão sintática e valor semântico oficial, não há dúvida que existe nisso uma *proposta política*. [...] com um convite à pesquisa para descobrir até onde usos de pronomes que fogem às regras, supressões de partículas e alterações ortográficas não podem ser interpretados como *expressões culturais genuínas* - em vez de tachados simplesmente como usos errados que precisam ser corrigidos. (ROMANINI, 2002). (grifos nossos).

Relacionamos um dos argumentos postos na citação com o que afirma Mariza Silva, diante da análise que faz do funcionamento discursivo do volume dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* destinado à “Língua Portuguesa” (aspas da autora). Silva observou que há também nas propostas do documento uma cruzada contra a gramática tradicional. (SILVA, 2007, p.156).

Outro ponto interessante da resenha citada é o fato de a proposta de Bagno ser avaliada como “sem dúvida uma *proposta política*”. A nosso ver, no próprio gesto de falar da existência de uma “proposta política” efetiva-se uma “maneira política de negar a política”, considerando o recalçamento do político no deslizamento metafórico de “usos errados” para “expressões culturais genuínas”, indicando uma posição culturalista.

Para compreender melhor os sentidos que constituem a formulação acima, consideramos que as reflexões de Pêcheux e Gadet são bastante produtivas, visto que, na perspectiva desses autores, a sociolinguística:

[...] retoma assim por sua conta, e sem colocar em questão, as formas sob as quais o modo de produção capitalista representa suas próprias ‘dificuldades’. Mesmo se a sociolinguística ultrapassa frequentemente a simples contemplação da alteridade

do outro, seu progressismo, incontestável, desde que ele não coloque diretamente em causa os interesses da burguesia capitalista, só pode desembocar em uma dupla promessa: *contribuir para resolver os desvios e suprimir as desigualdades*; são tais, no melhor dos casos, as palavras de ordem políticas inscritas nos estandartes da sociolinguística. (PÊCHEUX; GADET, 1998). (grifos dos autores).

Desse ponto de vista, haveria uma relação de causa e efeito entre elas (língua e sociedade). Ou seja, desse lugar teórico não se tem uma relação de constituição como na perspectiva discursiva, em que não se dissociam *língua, sujeito e história*.

No intuito de refletir sobre a denegação dessa indissociabilidade e do apagamento da história, que constituem a seqüência discursiva anteriormente citada, remetemo-nos aos argumentos de Silva:

A história assim apagada e denegada (logo, os conflitos e contradições da Educação e da Linguística) dilui-se em aspectos contingentes de uma teoria das relações sociais que se produzem entre indivíduos, tomados também de forma empírica [...]. Ao falar da variedade linguística, *recalca-se o político*, dando visibilidade à diferença enquanto inadequação de um sujeito moral a uma situação empiricamente determinada. (SILVA, 2007). (grifos meus).

Neste espaço, trouxemos exemplos de discurso de duas posições sujeito que constituem o imaginário de língua em nossa sociedade: a de um autor que se coloca no lugar de gramático e a de um linguista. Os materiais recortados permitem-nos observar como a memória se atualiza nas formulações.

Como vimos, quando ficamos atentos às ideias linguísticas que circulam em nossa sociedade, é-nos possível dizer que há representações bastante significativas. Por um lado, temos Pasquale Cipro Neto, normativista, por outro Marcos Bagno, sociologista, e os que se inscrevem nessas posições e argumentam reforçando esses sentidos. Há um embate entre a perspectiva de alguém que fala do lugar de gramático, sem ser gramático e a de um sociolinguista. Para melhor dizer, recorreremos parcialmente à expressão utilizada

por Pêcheux (1995, p. 293): há um “bate boca teórico e político”. Ressaltamos, parcialmente, pois omitimos a referência feita por Pêcheux ao “político”, já que Cipro Neto e Bagno negam o político nas discussões que produzem sobre a língua, como observamos nos enunciados analisados.

De acordo com Pêcheux e Gadet, as tendências formalista-logicista e sociologista, (como dissemos, no caso de nossa discussão, a normativista e a sociologista)³¹ “não negam a política do mesmo modo: elas têm sua maneira própria de chegar a isso”. A primeira “[...] nega a política falando aparentemente de outra coisa”, enquanto a segunda “recalca a política falando ou acreditando falar dela”. (PÊCHEUX; GADET, 1998, p. 10).

Consideramos relevante também trazer, neste momento, a noção discursiva de “interincompreensão”, pensada por Maingueneau (1984) que Orlandi apresenta em seu livro *Terra à vista* (1990, p.237) para afirmar que colonizador e colonizado nunca estão falando da mesma coisa, por exemplo quando falam da natureza. Percebemos o funcionamento dessa noção de modo muito claro nos discursos que atribuem sentidos para língua, sentidos que se constituem nessas duas posições-sujeito.

Também recorreremos aqui, ao questionamento feito por Pêcheux e Gadet, título do artigo ao qual recorreremos ao longo desta reflexão: “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?” (*op.cit.*, p. 5). Desse modo, fundamentada na crítica produzida por esses dois autores, refletimos sobre a necessidade de pensar a língua e a relação sujeito/língua numa perspectiva discursiva. Porém, como eles alertam:

Não se trata no entanto de ressuscitar uma ‘linguística proletária’ que identificaria pura e simplesmente o plano da língua e o da

³¹ É interessante notar que no percurso das ideias linguísticas o linguista fala em saber científico, não mais em correção. No entanto, sua produção não é menos modelar nem menos eficiente na produção da estandarização da língua. Nesse ponto, como diz Orlandi, sua imposição de modelos de descrição da língua “seja mesmo mais impiedosa. Com uma repercussão de mercado muito forte e imediata”. (ORLANDI, 2002, p. 197).

ideologia. As noções de *discurso* e de *formação discursiva* desempenham para nós esse papel de desubjetivação da teoria da linguagem, ainda que de forma embrionária. Essas noções nos ajudam, no estado atual das coisas, a pensar a relação de intrincação entre língua e formações ideológicas, através da qual práticas linguísticas tendencialmente antagonistas vêm se desenvolver sobre uma mesma base linguística [...] (PÊCHEUX & GADET, s/d, pp. 14/15) (grifos dos autores).

Antes de “fechar” este tópico, registramos o fato de que pensar a história das ideias linguísticas inscritos em uma abordagem discursiva é uma possibilidade de compreender esta história como:

[...] modo de constituir éticas e suas políticas públicas, para que se possa, ao pensar a história, pensar o presente e o modo de projetar o futuro, não como previsão do que pode vir a acontecer, mas como prática que constitui condições de desenvolvimento da vida social na história. Prática esta, sustentada em bases consistentes da reflexão e não improvisadas. Entre estas práticas estão a pesquisa, o ensino e a formulação de políticas sobre as línguas³².

Nessa mesma direção flui este percurso teórico bastante sucinto, na busca de compreender as relações de poder que constituem a relação sujeito/língua em si e os saberes que se constituem sobre ela e, a partir daí, contribuir de uma forma ou outra, direta ou indiretamente, na construção da história das ideias linguísticas.

³² Cf. Projeto *História das Ideias Linguísticas*. Disponível em <www.unicamp.br/iel/hil/>

II. 7 O preconceito linguístico, na relação sujeito/língua

Na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui um fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas; de fato, toda a gente dela se ocupa pouco ou muito; mas – consequência paradoxal do interesse que suscita – não há domínio onde tenha germinado idéias tão absurdas, *preconceitos*, miragens, ficções. (SAUSSURE, 2006, p.14).

A discriminação hierarquizada das línguas funda-se num lento e contínuo processo histórico, abarcando de forma absoluta o político e o social. Esse movimento intermitente, como uma teia tecida na história, produz seus efeitos de sentido seletivos nas sociedades, regulados pelas relações de poder, em direção ao que se chama hoje de preconceito linguístico. (BISINOTO, 2009, p.45-6).

Um dos nossos objetivos neste espaço é tratar, em linhas gerais, do *preconceito linguístico*, pois, como diz Saussure, em outras palavras: no domínio da linguagem, o preconceito está presente ao constituir a relação sujeito/língua. Além disso, pensamos que a produção da “hipercorreção” está ligada à forma preconceituosa com que um grande número de pessoas se refere ao falar popular. Ou seja, podemos relacionar esse fato discursivo ao desejo (inconsciente) dos falantes de não serem discriminados.

Assim, importa tecer algumas considerações sobre o preconceito linguístico e, para isso, fundamentamo-nos, principalmente, nas discussões desenvolvidas por Orlandi (2002). Além dessa autora, tomamos alguns pontos abordados por Guimarães (2002), Gnerre (2009), Payer (2006), Leite (2008), Mariani (2008), Pfeiffer (2001), Silva (2007), Zoppi-Fontana (2003) que, direta ou indiretamente, tratam desse assunto e contribuem em nossa reflexão.

Para começar esta seção, remetemo-nos a Guimarães quando afirma que não há igual direito a dizer, por exemplo, [mutio] ou [muito]. O direito à palavra é distribuído de tal maneira que ele é um para os que dizem a segunda forma e é outro para os que produzem a primeira. (GUIMARÃES, 2002, p. 21).

Conforme Guimarães, há, em nossa sociedade, modos de falar que são autorizados em contraposição a outros que são interditados, ou censurados³³. Não há permissão para alguns falarem em determinados lugares sociais. Podem falar com seus familiares, amigos, colegas, no entanto, não podem falar como jornalistas, na televisão, por exemplo. Atualmente, a mídia junta-se de maneira decisiva aos instrumentos que organizam o espaço de enunciação, juntamente com a Escola, a gramática e o dicionário [...] Estas instrumentações da língua tabalham incessantemente sua divisão entre o certo e o errado.” (GUIMARÃES, 2006, p. 17). Nesse sentido, relacionamos este estudo ao que Zoppi-Fontana se refere como sendo:

[...] o estudo de práticas discursivas definidas por processos de identificação a partir dos quais o sujeito do discurso se constitui na sua concreta função de enunciador afetado por uma *desqualificação*, uma *deslegitimação* e, inclusive, uma *interdição* desse seu dizer. Posições de sujeito que se caracterizam por um esvaziamento/silenciamento da função enunciativa que afeta tanto os processos de constituição do sujeito quanto os efeitos dos enunciados aí produzidos, cujas formulações sofrem restrições de circulação. (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 275).

A nosso ver, a relação do sujeito com a língua dividida é naturalizada, des-historicizada, despolitizada, em nossa sociedade. Ela ainda não foi suficientemente discutida ou, então, o modo como está sendo discutida não tem produzido deslocamentos efetivos nos sentidos secularmente (im)postos.

Com Orlandi podemos dizer que o preconceito “se realiza individualmente ou por pequenos grupos, ou raças, mas é de natureza sócio-histórica, sendo regido pelo econômico [...]” (ORLANDI, 2009, p. 223). Nesse sentido, vivemos em uma sociedade capitalista, com seus valores, sua hierarquização, sua verticalização social entre os que possuem mais ou menos

³³ *Censura* é aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura (ORLANDI, 1995, p. 108). De acordo com Orlandi, em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*: “Não se pode dizer aquilo que (se poderia mas) foi proibido”

bens, sendo que, numa sociedade neo-liberal, o acesso a diferentes bens é desigual.

Assim, o preconceito linguístico é uma forma de censura, visto que na censura temos sentidos que são possíveis, mas que não podem ser ditos. Em relação a isso, lembramos que Orlandi trata a censura enquanto silêncio local, manifestação mais visível da política da interdição do dizer. (ORLANDI, 1992, p. 74). A nosso ver, podemos relacionar o preconceito linguístico com o modo que a autora argumenta sobre a política do silêncio enquanto aquela que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”. (*op.cit.*, p. 73). Em nossa reflexão é o modo como se diz algo é que sofre interdição, pois algumas formas de dizer são execradas em determinadas situações.

Ainda segundo Orlandi (2002, p.199), o preconceito linguístico tem como base a afirmação de que “não se pode falar ‘errado’”. Para a autora, entre os preconceitos mais efetivos, está esse preconceito, visto que os sujeitos se constituem *pela* e *na* linguagem, identificando-se pelo fato mesmo de falarem.

Para Bagno, quando refletimos sobre o preconceito linguístico precisamos lembrar que ele remete a práticas sociais dos gregos³⁴ na antiguidade:

[...] há quase 2.500 anos, associaram *língua culta* com *escrita literária*. Essa é uma tradição que começou por volta do século III a.C., entre os filósofos e filólogos gregos, quando foi criada a própria disciplina batizada de gramática, em grego, significava, na origem, ‘a arte de escrever’. [...] ao desprezar completamente a língua falada (considerada ‘caótica’, ‘ilógica’, ‘estropiada’), e também ao classificarem a mudança da língua ao longo do tempo de ‘ruína’ ou ‘decadência’ [...] Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos. (BAGNO,2003, p.46). (grifos do autor).

³⁴ Chamamos a atenção para a distinção entre o que significava ser gramático na Grécia, na época citada pelo autor, e o que era ser gramático no Brasil no séc. XIX. Enquanto, no primeiro caso, o objetivo era a imposição de uma língua sobre outra, no último o que estava em jogo era o desejo de legitimação de uma língua.

Vale dizer que quando se pensa o ensino e a circulação da língua nacional como um bem público, reflete-se sobre as práticas sociais ao longo da história e os mais diferentes e efetivos processos de exclusão, de inclusão, de valorização de sujeitos pelo *modo* como falam. Orlandi (*op.cit.*, p. 199) argumenta que não pensa que o fato de se tratar de normas ou de regras seja em si um preconceito, visto que as sociedades com as suas instituições são regidas por normas. No entanto, é na diferença real existente entre os sujeitos de uma sociedade que as hierarquizações se constituem, que valores são atribuídos e que se criam preconceitos e processos de exclusão. Ou seja, é pela maneira como as diferenças são significadas em um imaginário social que se instaura o preconceito.

A língua também está incluída no imaginário social e aquilo que é norma produz uma separação entre os cidadãos, qualificando-os ou os desqualificando. Ao mesmo tempo, pode haver a atribuição de um lugar ou a exclusão da convivência social qualificada. De acordo com Leite,

[...] a intolerância linguística passa quase despercebida pela opinião pública e não provoca sérios abalos sociais, da mesma forma que aqueles provenientes da intolerância religiosa ou política, parece nem existir. Contudo, a intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. *A linguagem* é o que o homem tem de mais íntimo e o que *representa a sua subjetividade*. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (LEITE, 2008, p.13). (grifos nossos).

Concordamos com Leite quanto à ênfase dada ao processo de um cruel afetamento produzido pelo preconceito linguístico e que é silenciado em nossa sociedade. No entanto, questionamos a continuidade da afirmação da autora, pois, a nosso ver, a linguagem mais do que “representar” a subjetividade, “constitui” essa subjetividade, por isso quando criticamos o modo como alguém fala, estamos criticando, censurando o modo como esse alguém se constitui. Ou seja, constituímos-nos pelo nosso dizer, porque somos estruturados pela língua, considerando que sujeito e língua não se separam.

Chamamos a atenção para a utilização da expressão “intolerância linguística” utilizada pela autora, na citação acima. A nosso ver, é complicado esse modo de se referir a formas de língua que não são legitimadas, visto que a própria expressão remete a uma “tolerância” que produz um sentido de superioridade em que alguém está acima de quem fala e de alguma forma irá “permitir” que o outro se manifeste. Assim, não se trata de se ter “tolerância”, mas de considerar o outro como seu igual, nem melhor nem pior, pois como disse Saramago:

Tolerância não é igualdade. Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa relação não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância. (SARAMAGO, 2010).

Em nossa sociedade constituída por normas, principalmente quando se trata da língua regras são ditadas e impostas. Quando alguém diz algo diferente da forma da língua que é imposta como a “correta” critica-se a pessoa, acusando-a de que “não sabe falar, que parece que nunca frequentou a escola”. Em outras palavras, o “saber falar” está associado à escolarização. De acordo com Gnerre (2009, p. 28),

Se as pessoas podem ser discriminadas de forma explícita (e não encoberta) com base nas capacidades linguísticas medidas no metro da gramática normativa e da língua padrão, poderia parecer que a difusão da educação em geral e do conhecimento da variedade linguística de maior prestígio em particular é um projeto altamente democrático que visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de ‘oportunidades iguais’ para todos.

Trazemos, novamente, Gnerre (2009, p.12) quando afirma que “o preconceito linguístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade de prestígio”. Assim, o pensamento grego de quase 2500 anos constitui ainda hoje a memória social, nos enunciados em que a ideia de correção está relacionada diretamente à língua escrita.

Nessa perspectiva, para possibilitar uma melhor compreensão de como funciona na sociedade o imaginário de “correção” de língua, a constituição do preconceito linguístico e os gestos de interpretação inscritos no nosso material de análise, retomamos, entre outras noções, a noção de memória presente nas reflexões de Orlandi. Para a autora, é necessário pensarmos a memória sob dois aspectos:

- a) a *memória institucionalizada*, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e
- b) a *memória constitutiva*, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). (ORLANDI, 2007, p. 67-68).

É entre a memória institucionalizada e os efeitos da memória constitutiva que a interpretação se faz. Desse modo, se por um lado há o congelamento de sentidos na repetição, por outro há a possibilidade do sentido vir a ser outro.

Em outros termos, tomamos o arquivo como memória estabilizada, enquanto espaço em que “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito da relação de forças”. O arquivo “repousa sobre o realizado, menos o que se *pode* e mais sobre o que se *deve* ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação de completude”. (ORLANDI, 1996, p. 136).

Ainda conforme a autora, pensamos o interdiscurso enquanto espaço em que “há o que se deve dizer, o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado”. (*op.cit.*, p. 172).

É fundamental compreender que, em nossa sociedade, considerando a história que a constitui, “há tendência em se sobrepor o arquivo sobre o interdiscurso no funcionamento discursivo. E é a partir do efeito dessa sobreposição que geralmente se distingue escrita (fixa) e oralidade (dispersa)”. (*op.cit.*, p. 172).

Além da noção de memória, a de ideologia é básica para o entendimento do processo de constituição do discurso, no caso, o discurso preconceituoso. Parafraseando Orlandi (2001, p. 45-50), a ideologia é a

interpretação do sentido em uma direção. Há uma injunção a determinada interpretação que se apresenta como sendo a interpretação. O sentido aparece como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação. Para Pêcheux é o funcionamento da ideologia em geral que interpela os indivíduos em sujeitos de seu discurso e “fornece a ‘cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistemas de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”. (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Ao observarmos as práticas linguísticas que constituem os diferentes espaços sociais, nos é possível notar a hierarquização que se (re)produz. Conforme dissemos, o que se considera como “língua” é o registro formal das pessoas escolarizadas e, a partir daí, constitui-se o modo repressivo de tratar os sujeitos que se expressam com “as línguas coloquiais de pessoas não escolarizadas”. (GUIMARÃES, 2002, p.21).

Em textos que retratam o preconceito em relação a negros, por exemplo, há uma maneira de falar em que o enunciador restringe o próprio dizer, possibilitando perceber o funcionamento da *censura*: “não posso falar além disso”, “existem outros sentidos que não podem aparecer”, ou ainda, “esses são os sentidos permitidos nessa sociedade”³⁵. (AZAMBUJA, 2005, p. 37). Porém, o que observamos, nas diferentes práticas sociais, é o fato de que a discriminação linguística não sofre nenhuma censura. É prevista a punição, em nossa sociedade, àqueles que discriminam o negro, no entanto ninguém sofre sanções por discriminar o modo como alguém fala.

Esse fato é possível ser observado no recorte de uma crítica marcada pela ironia³⁶ em relação a uma personagem que “incomodava” com sua fala no programa *Big Brother*, há alguns anos (2004). Este enunciado também nos faz pensar sobre um dos papéis da mídia que é o de reproduzir alguns sentidos,

³⁵ Na dissertação de mestrado, publicada pela editora da Universidade do Estado de Mato Grosso, abordamos essa questão no capítulo: “Um lugar simbólico negado faz emergir a negação na discursividade” (AZAMBUJA, 2005).

³⁶ Recorte que compõe um texto anônimo, que circulou na internet, em 2004.

colocando-os em intensa circulação e, em consequência, produz um efeito de inquestionabilidade.

[...] Mas a vida é como circuito elétrico, sempre tem um lado positivo. E neste caso, o lado positivo é que um dia o programa acaba, a Solange ladra, as caravanas passam e a gente nunca mais vai ter que assistir em horário nobre alguém dizer *Jack o Estuprador* sem saber que está num programa de humor!!

Agora, com licença, que eu tenho que me recompor, de tanto rir desta participante que tem mais sorte do que juiz! Já ri tanto que *depilei* o fígado! (grifos nossos)

A participante do programa é tratada como cão: “a Solange ladra”. A crítica parte de alguém que ironiza a troca dos vocábulos: “estripador” > “estuprador”; “desopilei” > “depilei” aponta para o preconceito. Dito de outro modo, podemos dizer que este enunciado materializa a ideologia e ela se mostra sob a forma de evidência(s) cruelmente absurda(s), para quem não se inscreve nessa mesma regionalização de sentidos.

Na relação dos sujeitos com a língua, importa enfatizar que ainda não há uma forma de censura que atinja o preconceito sobre o modo como as pessoas falam. Ao contrário, é permitido ser preconceituoso, é permitido rir do modo como se expressam as pessoas cujas formas linguísticas são vistas como ilegítimas.

Neste espaço, pensamos o preconceito linguístico enquanto contradição constitutiva de uma sociedade capitalista. Isso significa que buscamos sair de um modo de pensá-lo enquanto oposição de classes, entre dominantes e dominados, já que, neste lugar, naturalizam-se as desigualdades sociais, econômicas, produzidas ao longo da história, desconsiderando-se as condições de produção em que se instala o preconceito.

De acordo com Leite, o preconceito linguístico é “[...] a discriminação silenciosa e sorradeira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do *outro*: é um *não-gostar*, um achar-feio ou achar-errado um *uso* (ou uma língua), sem a

discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou correto.” (LEITE, 2008, p. 24-25). (Grifos da autora).

Finalizando, vale frisar que, na perspectiva discursiva, o preconceito é uma discursividade que “circula sem sustentação em condições reais e fortemente mantidas por relações imaginárias que silenciam sentidos e razões da própria maneira de significar”. (ORLANDI, 2009, p. 223). Assim, não se trata *apenas* de negar o direito do sujeito de dizer de uma forma ou de outra, mas de “negar a própria existência do ser.” (*op.cit.*, p.223).

CAPÍTULO III

O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA: enunciados que remetem ao imaginário de língua una

[...] forjar uma natureza humana pela linguagem, com a linguagem e na linguagem, será determinante na construção de uma posição de sujeito sempre-já-dividida e de sentidos, que vão se sedimentando e cristalizando, afetando a formação das elites brasileiras – escolarizadas - e a exclusão de sua contraparte - o povo não escolarizado. Uma posição que permitiu, inicialmente, determinar-marcas-dividir dois mundos distintos e, posteriormente, atravessar a sociedade, separando brasileiro de brasileiro. (SILVA, 2001, p. 145).

Neste capítulo, discutimos de forma mais pontual o discurso sobre a língua constituído pelo imaginário que circula em nossa sociedade, um imaginário de língua una em oposição à real heterogeneidade da língua brasileira.

O nosso objetivo de buscar compreender a constituição desse discurso sobre a língua que predomina nos diferentes espaços sociais justifica-se pelo fato de, a nosso ver, ele compor as condições de produção da “hipercorreção”, foco do nosso estudo.

Para começar esta reflexão, consideramos essencial mobilizarmos as noções de língua imaginária e de língua fluida, propostas por E. Orlandi (1988; 1992). Conforme a autora, a primeira é efeito da construção de uma unidade em que são desconsiderados a história e o político. Em outros termos, a língua imaginária é a língua sistema, um objeto-ficção que funciona e tem efeitos no real. Por exemplo, o português oficial normatizado. (ORLANDI, 2009, p. 18).

A língua fluida, por sua vez, “pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição

das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente.” Ainda conforme Orlandi, a língua fluida é a que está em movimento, que sofre mudança contínua e que vai muito além das normas impostas.

A autora explica que, quando trabalhamos com a língua em funcionamento, trabalhamos com a relação de tensão contínua entre a língua fluida e a língua imaginária, entre o múltiplo e o uno.

Consideramos que a imagem de “correção” da língua é produzida pelo funcionamento ideológico e, desse modo, os sentidos que constituem o imaginário de língua que circula em nossa sociedade produz efeitos de inquestionabilidade de tal modo que é difícil nos depararmos com enunciados constituídos por sentidos que divergem da oposição “certa/errada”. Para compreendermos melhor esse processo, pensamos ser interessante retomar a noção de ideologia a partir de Pêcheux:

[...] é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser* [...] é a ideologia que fornece evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 159-160).

Neste ponto, vale lembrar que a filiação a uma teoria como a Análise de Discurso possibilita um olhar de estranhamento àquilo que é tratado como natural, evidente. Dito de outro modo, possibilita compreender o funcionamento ideológico e o efeito de evidência que produz.

Conforme explicitamos, no capítulo de descrição do *corpus*, tomamos para esta análise materiais produzidos em diferentes condições de produção,

selecionando recortes³⁷ de entrevistas, orais e escritas, algumas feitas durante a construção deste trabalho, outras constituem pesquisas anteriores ao período desta tese.

Também tomamos como material de análise, comentários presentes em um blog em que várias pessoas se manifestaram em relação à matéria que gerou uma grande polêmica: “Livro usado pelo MEC ensina a falar errado”.

III.1 Pontos de análise

Ao longo da análise de nosso material, buscamos algumas regularidades nos enunciados para observar os sentidos a que se filiam os sujeitos envolvidos na pesquisa, considerando que tais sentidos constituem os discursos sobre a língua.

Em relação à escolha das sequências discursivas para a nossa reflexão, levamos em conta o que nos explica Serrani:

[...] em análise de discurso a seleção de sequências discursivas já é reveladora do encaminhamento de resultados da análise, pois essa seleção, concretizada em recortes da materialidade de um *corpus* determinado já é resultado de um percurso de trabalho em espiral que passa pela consideração das condições de produção, da intertextualidade, da presença obstinada das marcas linguísticas. (SERRANI, 1993, p. 67).

Nas análises dos enunciados produzidos por diferentes pessoas, consideramos os dizeres enquanto efeitos de sentidos de língua que se constituem em diferentes condições de produção.³⁸ Efeitos que, de alguma forma, se apresentam no modo como eles enunciam, com regularidades enunciativas, como diria Payer (2011).

Considerando que há um jogo de formações imaginárias que fundamenta qualquer processo discursivo, é possível observar que os enunciados trazem em si elementos que indicam as imagens que os sujeitos envolvidos em

³⁷ Tratamos a noção de “recorte” de acordo com o que propõe Eni Orlandi (1984). Assim, enquanto analistas, depreendemos unidades discursivas, levando em conta linguagem-e-situação.

nossa pesquisa têm em relação ao próprio falar, em relação ao falar de outras pessoas, em relação ao falar que é posto como ideal, entre outras imagens que podem ser favoráveis e/ou desfavoráveis, em suma uma imagem da própria língua.

Para compreender o processo de constituição de sentidos de língua, consideramos fundamental levar em conta o fato de o discurso não ser fechado em si mesmo e nem ser do domínio exclusivo do locutor; aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos. (ORLANDI, 1996, p.83).

III.1.1 O discurso sobre a língua nos enunciados das entrevistas

Neste espaço, apresentamos recortes de entrevistas³⁹ que fizemos em Goiás, Mato Grosso e São Paulo, considerando que são respostas a algumas questões que nortearam a nossa proposta de reflexão:

- a) No seu ponto de vista, há algum lugar do país em que as pessoas falam melhor do que em outros?
- b) Você considera que há pessoas que falam melhor que outras ou não? Você acha que fala “melhor” ou “pior” do que outras pessoas?
- c) Conhece alguém que “enfeita” o jeito de falar? Se conhece, por que você acha que acontece isso?

Das respostas dadas, recortamos alguns enunciados para compreender o discurso sobre a língua que circula e que se constitui por sentidos que remetem à hierarquização entre formas de falar.

³⁹ Há entrevistados que, atualmente, são moradores num dos três Estados a que nos referimos, no entanto, são naturais de outros lugares do país: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Tocantins.

III.1.1.1 Discurso sobre a língua: imaginário de lugares com falantes mais proficientes

Em relação à questão sobre a existência ou não de lugar(es) no país em que as pessoas falem melhor do que em outros, as respostas dadas foram bastante interessantes. Enquanto poucos entrevistados afirmam que não há território brasileiro em que se fale melhor ou pior, vários outros fazem-nos refletir sobre o imaginário de que certas regiões ou lugares abrigam falantes mais proficientes.

a) Discurso sobre a língua: imaginário de lugares com falantes mais proficientes			
Natural.: Estado	Idade	Escolar.	Enunciados
MA	80 anos	Não-alfabetizada	Melhor que os outro acho que não tem ninguém melhor, não. Às vez querem ser, mas não é.
MT	47 anos	Graduação em jornalismo	Acho que há pessoas que falam melhor e outras pior, mas não depende de região
RS	75 anos	Ensino médio	Creio que em <i>todas as regiões</i> do país existem pessoas que falam muito bem e outras não.
RS	27 anos	Graduado em matemática com pós-graduação em Educação	Não, pois cada região 'possui' um modo de falar que é compreendido por pessoa que ali moram, se a forma de falar é compreendida ela é a melhor. (grifo do entrevistado).
RS	24 anos	Mestrado em linguística	Não. Não tem.
-----	-----	-----	-----
BA	76 anos	Não-alfabetizada	Eu acho que São Paulo é... os paulistas <i>falam bem melhor</i> do que os nortista.
GO	24 anos	Graduada em Zootecnia	Eu acredito que nos <i>estados do sudeste e do sul</i> , onde as pessoas tem mais nível de instrução mais elevado e acesso à informação, as pessoas aprendem a <i>falar melhor</i> .
MG	32 anos	Graduação e pós-graduação em Geografia	Sim. Na minha opinião as regiões sudeste e centro-oeste falam melhor.
MT	64 anos	Ensino médio completo	Em <i>Belém do Pará</i> e nos países desenvolvidos.

Natural.: Estado	Idade	Escolar.	Enunciados
MT	42 anos	Ensino médio completo	Tem, sim, por exemplo, tem São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, por causa dos imigrantes. Porque a imigração atingiu mais essa área. Então, lá tem essas língua francesa, inglesa, são bem aperfeiçoada.
MT	35 anos	Ensino médio completo	No sul eu acho que o povo fala mais e melhor.
MT	26 anos	Graduação em direito	Acredito que no Estado do <i>Pará</i> falam melhor.
MT	26 anos	Graduação em Direito	Depende! No centro oeste, misturam muito VOCÊ e TU, o você é mais fácil pra se falar e correto o tu na hora de falar falamos sempre pela metade ex.: "tu deixou" e o correto seria "tu deixaste" <i>por esse motivo acredito que no Estado do Pará falam melhor.</i>
PA	24 anos	Graduação em administração de empresas e doutorado em engenharia química	Se julgar pela concordância correta exigida pela língua portuguesa e a redução no uso de gírias considero que alguns lugares do país utilizam melhor ou com mais facilidade a linguagem normativa. Cito o Maranhão e o <i>Pará</i> que costumam concordar bem por exemplo o pronome Tu.
PE	28 anos	Graduação em física e especialização em física médica	De forma geral, o nordestino fala melhor do que o povo do sudeste. [...] De uma forma geral, acho que o povo fala bem, com exceção do paulista e carioca. Eles usam a concordância de forma incorreta, por exemplo, sempre falam "nós vai" em vez de "nós vamos".

Dentre os lugares que foram mais apontados como aqueles em que se fala melhor, está a região sudeste, especificamente, o Estado de São Paulo. De acordo com Megid e Furlan, as "pronúncias consideradas 'corretas' por grande parte da sociedade e também utilizadas por vários telejornais são aquelas que predominam nas capitais paulista e carioca, sendo estas grandes centros econômicos do país." (MEGID; FURLAN, 2009, p.17). Desse modo, é que são configuradas as "relações de poder entre as diversas regiões no país no âmbito não só econômico mas também político e, conseqüentemente, o poderio de algumas regiões para estabilizar, por exemplo, a pronúncia a ser reproduzida." (*op.cit.*, p.17). Ainda de acordo com as autoras há uma estreita relação entre as

imagens que se tem das regiões brasileiras e as imagens do modo como nelas se fala. Nessa perspectiva, salientamos que, além do sudeste, todos os Estados da região sul foram mencionados.

O centro-oeste também foi citado, mas nenhum Estado específico. O Pará e o Maranhão foram lembrados por alguns entrevistados como lugares em que se fala melhor com a justificativa, construída imaginariamente, de que lá os falantes “concordam bem o pronome ‘tu’: ‘tu falastes’ e não ‘tu falou’”. É interessante que a metalinguagem presente neste enunciado aponta para o discurso da gramática normativa que constitui o discurso sobre um modo superior de língua.

Em relação ao nordeste, somente um dos entrevistados levantou a possibilidade de ser uma região em que se fale “melhor” e afirmou ser orgulhoso pelo modo que fala. Ao contrário deste falante, esta região foi lembrada por pessoas que ficaram constrangidas quando o seu falar foi confundido com o modo de falar nordestino. O curioso é que ambas argumentaram que não era “porque falassem errado”:

- a) Sim. Já aconteceu de pessoas perguntarem se eu sou nordestina, pela minha maneira de falar. *Não que eu falasse errado*, mas eu entendi que todos os nordestinos, a fala do nordestino fosse errado.
- b) Me senti constrangida quando meus colegas me perguntaram se eu era nordestina. *Não porque eu falava errado*, mas porque eles achavam engraçado o meu modo de falar, que se assemelhava ao sotaque do nordeste.

O imaginário que está funcionando é o de que no nordeste se fala “errado”, é um lugar em que o povo não “sabe falar” e que ser visto como um falante daquela região causa constrangimento.

Para compreender melhor a hierarquia posta entre os falares das diferentes regiões do país, citamos a reflexão feita por Guimarães:

[...] a relação dos falantes com a língua está regulada por uma relação com a língua do Estado, enquanto uma língua, a língua

(una) do Estado: gramatizada⁴⁰, normatizada. Está por outro lado regulada pelo fato de que há *regiões* em que se fala, por exemplo, [mutjo] (como em Cuiabá), e outras em que se fala [muito], [...] *Não há igual direito* a dizer [mutjo] ou [muito]. (GUIMARÃES, 2005, p. 21). (grifos nossos).

Ainda conforme Guimarães, há uma distribuição do direito à palavra que acontece de uma maneira em que ele é um para os que dizem a primeira forma e outro para os que pronunciam da forma segunda. Por essa razão, falar Português “é estar afetado por estas divisões que caracterizam o espaço de enunciação da Língua Portuguesa no Brasil”. (*op.cit.*, p. 21). Lembramos que esta divisão construída imaginariamente tem efeitos sobre o real, levando em conta as inúmeras situações de exclusão que constituem as práticas cotidianas dos brasileiros dividido entre os que “sabem falar português” e os que “não sabem” .

III.1.1.2 O discurso sobre a língua constituído pela comparação: hierarquização entre formas de falar

Podemos dizer que a comparação entre os modos de falar produz uma separação visível e cruel entre os sujeitos. A análise dos enunciados nos possibilita observar a sobreposição entre modos de falar, em um imaginário que funciona pela oposição entre os falantes:

- a) zona urbana X zona rural;
- b) jovens X velhos;
- c) escolarizados X não escolarizados.

⁴⁰ Guimarães salienta que trata de gramatização no sentido trabalhado por Auroux, em *A Revolução Tecnológica da Gramatização* (1992).

Sobreposição de modos de falar: a) zona urbana X zona rural; b) jovens X velhos; c) escolarizados X não escolarizados			
Natural.: Estado	Idade	Escolar.	Enunciados
BA	76 anos	Não-alfabet.	Sim, sim, existe. Conheço. É <i>peessoas da roça</i> . Pessoas <i>amalfabéticas</i> como eu sou.
MT	11 anos	5º ano	Eu tenho muitos erros de português, mas acho que eu <i>falo melhor</i> do que <i>os caipiras, que moram na roça</i> , porque eles falam em vez de 'você' eles falam 'ocê'.
MT	37 anos	Ensino médio completo	No contexto do grau de escolaridade as pessoas falam bem, tem <i>maior</i> conhecimento. O vocabulário é enriquecedor, e aquele que tem um nível baixo é os que falam <i>pior</i> .
MT	35 anos	Ensino médio completo	Uma pessoa que tem um grau de estudo <i>maior</i> que a outra <i>com certeza</i> ela terá uma <i>fala melhor</i> .
RS	28 anos	Grad. em psicologia	Devido à minha experiência profissional e os diversos lugares onde morei tenho um vocabulário <i>mais abrangente</i> do que algumas pessoas que convivem comigo. Também consigo me expressar de uma forma <i>mais clara</i> .

Assim, a comparação que notamos nos enunciados remete-nos à relação do sujeito com a escrita que acontece de modo mais intenso, noutras menos intenso. Sendo a nossa sociedade grafocêntrica, quando o sujeito não é escolarizado a sua relação com a língua padrão se dá pela falta. Essa relação constitui o imaginário de língua que se organiza de forma hierarquizada. Daí a imagem de quanto maior o acesso à escrita melhor o modo de falar do sujeito.

Nesta perspectiva, pensamos nas diferentes memórias que sustentam enunciados com regularidades enunciativas relacionadas à escolarização que constitui o sujeito enquanto um aspecto indissociável do “bem falar”. Em relação a essa discussão, Mariza Silva lembra que

Ser letrado sempre foi marca de diferença. E esta marca tem história e faz história. Uma história que, no século XIX, configura um novo referente para o indivíduo, estabelece parâmetros para a sedimentação de um sentido unívoco. [...] um imenso trabalho de

formulações teve que se dar – e foi apagado não só pelas práticas político-sociais como também pelas práticas e teorias acadêmico-científicas – sobre o indivíduo e sobre a(s) língua(s) existente(s) no Brasil, para separar e configurar o sujeito e o objeto da escolarização de uma forma clara e objetivamente distinta, unificando a multiplicidade, materializando a estabilidade de forma a gerir o social. (SILVA, 1998, p. 144).

Além desta imagem de superioridade da forma de língua dos escolarizados, a imagem de que o falar urbano se sobrepõe ao falar rural também constitui alguns dos enunciados citados.

Payer comenta sobre a distinção existente entre as práticas linguísticas nesses dois espaços:

[...] As práticas de linguagem no campo e na cidade se caracterizam por diferentes traços com modos distintos de relação do indivíduo com a língua, com diferentes universos e objetos simbólicos, na constituição de si e do outro enquanto sujeitos. (PAYER, 1996, p. 84).

A nosso ver, há uma relação entre os sentidos negativos produzidos ao falar desses dois grupos no imaginário social: desescolarizados e moradores da zona rural. Isso porque há algum tempo, não muito distante, havia uma enorme dificuldade de acesso à escola para quem morasse fora da zona urbana, reforçando um distanciamento entre os modos de falar. Embora atualmente não ocorra da mesma forma, há sentidos que se mantêm no imaginário de língua, ainda há “uma ingerência sobre o urbano que é a ingerência sobre os sujeitos, tal como eles são significados no imaginário social”. (ORLANDI, 2012, p. 201). Essa afirmação nos leva a pensar sobre o fato de que a ingerência sobre a língua é a ingerência sobre os sujeitos: “ser da roça” → “falar ‘errado’ como na roça, como caipira”.

A relação direta entre o “bem falar” e o acesso à escolarização está presente nos enunciados de diferentes modos. Entre outros: “(‘falar certo ou errado’) depende da escolarização”, “os mais estudados, são aqueles que falam mais correto”; “quem estuda fala correto quem não tem estudo não completa as palavras com todas as letras”.

Assim, o discurso sobre a língua a que se filiam os sujeitos que produzem os enunciados citados constitui-se por sentidos pejorativos atribuídos à forma de língua dos desescolarizados: forma “errada”, “inferior”, “feia”, desconsiderada enquanto possibilidade de língua. Em contraposição a esses sentidos, tem-se a ideia de um português “correto” que remete à legitimação de “uma” forma de língua, a imagem que o português aprendido na escola é o ideal de língua.

Enfim, nesses enunciados, de um modo ou de outro, podemos notar a relação imaginária entre o “bem falar” e a escolarização dos sujeitos. A comparação está posta em pre-construídos como quem tem estudo fala melhor, mais correto e mais claro; quanto maior o vocabulário maior o conhecimento, entre outros.

Há uma forma de língua gramaticalizada, dicionarizada que circula em diferentes espaços sociais, incluindo a mídia e que traz à tona o funcionamento da escrita em nossa sociedade. Nessa perspectiva, enfatizamos o que diz Orlandi sobre o fato de a escrita marcar uma relação particular do sujeito com a história e ser uma forma de inscrever o sujeito na ordem social. (ORLANDI, 2012, p. 169).

Retomando as sequências discursivas analisadas, quando os entrevistados foram questionados se consideravam ou não que existia uma fala “correta” em contraposição a uma “errada” muitos deles afirmaram que, realmente, existe: “é lógico”, “claro”, “é uma coisa lógica”.

O imaginário de língua constituído pela oposição entre língua “certa” X “errada”, “melhor” X “pior”...			
Naturalidade: Estado	Idade	Escolaridade	Enunciados
MA	80 anos	Não-alfabetizada	Tem pessoas que fala melhor do que outras. [...] Porque aqueles mais estudado fala melhor e os que não estudou é pior.
BA	76 anos	Não-alfabetizada	Se eu considero? Bom, a várias considerações para mim é igual, mas que tem pessoas que fala melhor do que a outra é claro. Quem estuda fala correto quem não tem estudo não completa as palavra com todas as letras.

RS	70 anos	Ensino médio completo	[...] É lógico! Tem pessoas que falam o português praticamente sem erro, e outras que simplesmente não sabem o português, não aprenderam. Então, isso é uma coisa lógica.
GO	24 anos	Graduação em Zootecnia	Considero. [Por que você acha que acontece isso?] Devido ao grau de escolaridade e o acesso à informação.
GO	16 anos	Ensino fundamental completo	Eu imagino, sim, que seja dessa forma, que... os mais estudado, é aqueles que fala mais correto e os menos estudado, claro né, num fala corretamente, mais... tipo assim... fala o básico, né, ou menos que o básico um pouco.
MT	13 anos	Cursando o 6º ano	Sim. Depende da escolaridade, né? Depende de como ela é, de como ela aprende a falar a linguagem.
MT	11 anos	5º ano	Sim. Tem umas pessoas que sabem falar as palavras corretamente e outras não.
GO	14 anos	Cursando o 7º ano	Ah! Todo mundo fala errado, né. Não tem nenhum que fala certo. (ensino fundamental completo/GO)
RS	25 anos	Graduação em letras e mestrado em linguística	Não.

Entre as sequências discursivas acima, consideramos relevante tecer alguns comentários a respeito de algumas respostas à questão feita por nós:

[...] os mais estudado, é aqueles que fala mais correto e os menos estudado, claro né, num fala corretamente, mais... tipo assim... fala o básico, né, ou *menos que o básico* um pouco. (Ensino fundamental completo, 16 anos, goiana).

O enunciado citado remete ao imaginário de que quanto mais se estudar mais se falará “corretamente e de forma completa”. Remete à relação entre a ilusão de completude com o grau de escolaridade e também à memória discursiva que sustentou/sustenta a possibilidade de produzir enunciados como “fulano desconhece ‘até’ o ABC”, ou “não conhece ‘nem’ o ABC”.

Além do enunciado citado, destacamos a sequência produzida por uma senhora de 76 anos, não alfabetizada, filha de pais também não-alfabetizados:

Bom, as várias considerações para mim é igual, mas que tem pessoas que fala melhor do que a outra é claro. Quem estuda fala correto quem não tem estudo *não completa as palavras com todas as letras*. (grifos nossos). (Não-alfabetizada, 76 anos, baiana).

Também neste enunciado, notamos a remissão à ilusão de completude ligada ao estudo. As palavras desta senhora remete a uma das reflexões de Mariza V. da Silva, sobre a escrita e o funcionamento de nossa sociedade. A autora afirma que “o mundo não foi feito em alfabeto...”⁴¹, conforme disse o poeta mato-grossense Manoel de Barros. No entanto:

A possibilidade desta formulação está em que para nós – letrados e vivendo em uma sociedade letrada – o mundo foi e é feito em alfabeto, em escrita. A diferença já está inscrita em uma memória construída pela escrita, sendo que o principal em nossa memória coletiva e individual é justamente aquilo de que não podemos lembrar. (SILVA, 1998, p. 192).

Assim, a entrevistada traz em seu enunciado sentidos produzidos na posição-sujeito não-alfabetizado, posição esta que possibilita dizer que “quem não tem estudo *não completa as palavras com todas as letras*”. Para nós, esse modo de dizer indica-nos que a língua fluida produzida por esse sujeito é marcada pela falta: faltam letras, palavras... falta “a” língua como ela deve ser.

É muito interessante observar que, na maioria das respostas dadas à nossa questão, há uma série de afirmações de que há sim pessoas que falam melhor que outras e que isto “depende muito do grau de escolaridade”. Nessa perspectiva, não há simetria entre o modo de falar dos que estudaram e o dos que não tiveram oportunidade de estudar. O que se nota é uma relação assimétrica, hierarquizada, que se coloca na comparação entre o modo de falar de um grupo e de outro. Em contrapartida há uma resposta dada por uma cursista de pós-graduação em linguística, de que não há o “certo” e o “errado”, tampouco pessoas que falam “melhor” que outras.

⁴¹ Em *Compêndio para uso dos pássaros: poesia reunida 1937-2004* (1960), de Manoel de Barros.

Apontamos, também, a resposta de alguns entrevistados sobre o próprio modo de falar: “como você acha que fala: ‘melhor’ do que algumas pessoas ou ‘pior’?”

- a) *Melhor* do que meus pais e *pior* do que meus filhos.
- b) As pessoas que falam *melhor* são as *mais estudadas*, adquiriu conhecimentos, possui uma função de conhecimento *mais amplo*. Pois sabemos diferenciar cada pessoa se tivermos um nível *mais avançado*. Minha avó falava errado, as palavras que não existiam, *mas pra ela tinha um significado, porque ela não foi à escola*.

A imagem de que o falar das gerações mais jovens se sobrepõe ao das gerações mais velhas também está relacionada à escolarização que, por sua vez, diz respeito ao acesso à forma escrita da língua. Nesse sentido, há uma recorrência à imagem de língua “correta” e de “bem falar” em contraposição a um “não saber falar”. Há uma expansão do discurso da escrita, a forma de língua considerada ideal, que circula em diferentes tipos de mídia: escrita, televisiva, eletrônica, radiofônica. Em consequência deste acesso, o contraste nas relações de poder fica maior, mais evidente. O interessante é que esse mesmo imaginário de língua “correta” enquanto aquela que é falada pelos mais jovens constitui espaços geográficos distintos, assim como nos conta Galeano:

Alguns antropólogos recorrem os campos colombianos na costa do Pacífico, em busca de histórias de vida. E um velho lhes pede:
- *Não gravem o que eu digo, eu falo muito mal. É melhor gravar com meus netos.*

Muito longe dali, outros antropólogos recorrem os campos da ilha Grande Canária. E outro velho lhes dá boas-vindas, serve-lhes café e lhes conta histórias alucinantes com as mais saborosas palavras e lhes diz:

- *Nós falamos muito mal. Eles sim que falam bem, os rapazes. Os netos, os rapazes, os que falam bonito, falam como na tevê.*
(GALEANO, 2010, p. 303). (grifos nossos).

III.1.1.3 Discurso sobre a língua: a tensão entre unidade e heterogeneidade emerge na oscilação de sentidos nos enunciados

Aqui, trazemos alguns enunciados em que observamos diferentes sentidos que constituem discursos sobre a língua.

Há sujeitos que se identificam com sentidos de língua imaginária, em que se considera a existência de uma língua “perfeita”, “certinha”, “correta”, “ideal”, “inalcançável” ou praticamente “inalcançável”. Conforme alguns enunciados “é difícil achar quem fala assim: certinho, do jeito que tem que ser falado mesmo”; “todo mundo fala errado” e “não tem nenhum que fala certo”.

Sentidos outros também são produzidos e constituem um discurso sobre a língua em que o sentido de língua é distinto da anterior. Sentido de língua em sua fluidez, em movimento, heterogênea, em funcionamento na sociedade.

Conforme Orlandi, “não há possibilidade de haver sentido que não resulte de um confronto do simbólico com o político”. Nessa direção, pensamos o político considerando o fato de que, em uma sociedade como a nossa, os sentidos são divididos (ORLANDI, 2012, p. 157), e chama-nos a atenção a oscilação que constitui os enunciados abaixo.

Discurso sobre a língua: a tensão entre unidade e heterogeneidade			
Naturalidade/ Estado	Idade	Escolaridade	Enunciados
BA	76 anos	Não-alfabetizada	Bom, a várias considerações para mim é igual, <i>mas</i> que tem pessoas que fala melhor do que a outra é claro.
GO	38 anos	Graduado em história	Considero que <i>existem sim</i> pessoas que se preocupam em falar o português corretamente, conforme os padrões da nossa língua. O que para mim descarta a ideia de que um fala melhor ou não do que outros.
GO	23 anos	Graduada em Letras	Conheço várias pessoas que falam errado, né? Porque a gente sabe que não existe português errado, existe a má colocação das palavras e esse falar errado, na verdade, é ele conceituado porque existe a gramática. (...)eu creio que hoje pra mim não existe o certo <i>existe</i> você fazer as colocações

			<i>corretas, na hora certa, no lugar certo, com as pessoas certas.”</i>
RS	24 anos	Graduada em Direito	Eu acho que tem o certo, o correto, <i>mas</i> é difícil achar quem fala assim: certinho, do jeito que tem que ser falado mesmo.
MT	20 anos	Ensino médio completo	Eu vejo a fala como um meio de comunicação não sendo melhor ou pior. Se todos eles chegam a um mesmo objetivo que é a comunicação, <i>independente</i> da pessoa ser mais pobre, da linguagem menos gramatical, menos rebuscada, chique, como a gente vê nos grandes centros.

Em vários dos enunciados, observamos a recorrência à atribuição de juízo de valor em relação aos diferentes falares. Assim, é possível notar a oposição entre sentidos de língua: “*certo*” X “*errado*”, “*português correto*” X “*português incorreto*”, *falar legítimo* X *ilegítimo*, *ideal* X *real*, entre outras *contraposições*.

A oscilação entre sentidos nos enunciados não se restringe à opinião dos sujeitos sobre o funcionamento da língua na sociedade. Ela se apresenta também nas marcas linguístico-discursivas que nos remetem a memórias distintas: a da língua nacional e a da língua materna. Distinguindo estas duas noções, Guimarães define língua nacional como aquela que caracteriza um povo, dando aos falantes uma relação de pertencimento a este povo. Enquanto a materna “se representa (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes”. (GUIMARÃES, 2006, p.14)

Pensamos a presença da oscilação nos enunciados como interferências que, de acordo com Payer, ocorrem nas situações em que a relação do sujeito com discursos outros não é indiferente ao próprio modo de dar sentido. Assim, “*tocado pela presença do outro, ele se desconcerta em seus parâmetros de representação, até então protegidos de maiores abalos.*”⁴² (PAYER, 1993, p. 67). Observamos esse funcionamento na formulação de uma egressa do curso de

⁴² Maria Onice Payer desenvolve um estudo bastante produtivo sobre a interferência do discurso do outro (cf. em *Educação Popular e Linguagem*, 1993).

letras que ilustra a possibilidade do sujeito sofrer a interferência do discurso científico que teve acesso nas aulas de linguística ao longo dos seus estudos:

Conheço várias pessoas que *falam errado*, né? Porque a gente sabe que *não existe português errado*, existe a má colocação das palavras e *esse falar errado*, na verdade, é ele conceituado porque existe a gramática. [...] eu creio que hoje pra mim *não existe o certo* existe você fazer as colocações corretas, na hora certa, no lugar certo, com as pessoas certas.

Nesta sequência discursiva, vemos a oscilação de sentidos nas marcas linguísticas: eu creio/a gente sabe; “conheço várias pessoas que falam errado” X “não existe o errado”; “*não existe o certo*” X “existe você fazer as colocações corretas, na hora certa, no lugar certo, com as pessoas certas”. O que poderia parecer contraditório está relacionado ao interdiscurso, ao dizível, aos sentidos que estão disponíveis.

Também é interessante notar que os sentidos dados à língua independem da faixa etária, do nível de escolaridade, de região de origem, pois, como sabemos, toda formação social é múltipla. Nessa direção, concordamos com o que Mariza da Silva afirma em relação à língua:

[...] há toda uma série de pré-construídos que circulam pelas diferentes classes sociais, formando um bloco aparentemente homogêneo e coeso. [...] os locutores têm como uma capacidade ‘natural’ para hierarquizar as produções do falante de uma sociedade, distribuindo-as, também naturalmente, entre as diferentes classes sociais e atribuindo como causa dos erros e faltas, o locutor. (SILVA, 2007, p. 157).

Pensamos que seja produtivo relacionar a afirmação de Silva à de Pagotto⁴³ (2007, p. 36) que trata da universalização do acesso à escrita. Ele afirma que “ao universalizar a língua, submetem-se *todos* os falantes ao *processo*

⁴³ Emílio Pagotto é um dos autores que se inscrevem na teoria Sociolinguística. No entanto, ao longo das discussões que propõe, percebemos que o autor recorre a algumas noções da Análise de Discurso que são produtivas à sua reflexão. (2007)

normativo. Todos passam, então, a ter que responder pela língua que falam e pela língua que escrevem”. (PAGOTTO, 2007, p. 36). (grifos meus). E, como diz o autor, “o preço da normatização é a exclusão.” (2007, p. 51).

III.1.1.4 Discurso sobre a língua: o desconforto do sujeito com a sua língua materna e a possibilidade de “enfeitar” o modo de falar⁴⁴

Em relação à pergunta sobre conhecer ou não alguém que ‘enfeita’ o jeito de falar e por qual motivo o fazem, temos uma quantidade de paráfrases que nos remetem ao desejo do falante de ser superior em relação aos demais: “por querer ser ‘alguma coisa’”, “para se exhibir”, “para aparecer ou parecer melhor que os outros”, “para ser mais importante”, “para parecer que é mais ‘Inteligente’, ‘culto’”.

Assim, pensamos que o desconforto com o próprio modo de falar e o desejo de “ser ou ao menos parecer superior” estão relacionados ao fato de não termos controle sobre os sentidos que (re)produzimos, sobre o modo como esses sentidos se constituem e produzem seus efeitos. Enfim, está ligado ao funcionamento ideológico, numa sociedade capitalista como a nossa, em que os sentidos são divididos de forma a separar também os que falam “melhor” dos que falam “pior”, os que são “mais importantes”, “mais cultos”, “mais inteligentes”...

Brasileiros que “enfeitam” o modo de falar			
Naturalidade/ Estado	Idade	Escolaridade	Enunciados
MA	80 anos	Não-alfabet.	Conheço. (risos) Ah, eu não sei não. Pra se exhibir.
TO	18 anos	Ensino médio completo	Sim. Na minha opinião, existem pessoas que gostam de aparecer.

⁴⁴ A nosso ver, a discussão que trazemos nesse ponto está estreitamente ligada com a produção da “hipercorreção”, que abordamos no próximo capítulo.

TO	77 anos	Não-alfabet.	Sim. Talvez por querer parecer melhor que os outros.
MT	26 anos	Graduação em direito	Sim. Existem pessoas porque tem muitas informações, outras porque querem se exhibir.
Brasileiros que “enfeitam” o modo de falar (continuação)			
Naturalidade/ Estado	Idade	Escolaridade	Enunciados
BA	76 anos	Não-alfabet.	Sim, sim, existe. Conheço. É pessoas da roça. Pessoas analfabetas como eu sou. Deve ser... eu, eu, no meu entendimento, acho que as pessoas, coitadas, que queria ser igual outras que estudou. Como não tive essas condições fica com vergonha de falar muito errado.
MT	25 anos	Ensino fundamental incompleto	Conheço. É uma mulher. Tem mais ou menos uns 45 anos. Quando tá conversando na frente dos outros, porque ela <i>quer ser alguma coisa, importante</i> .
GO	38 anos	Graduação em história	Sim, conheço várias. Talvez para mostrarem que assim serão tidos como 'Inteligentes', 'cultos' que dominam a retórica, ou mesmo para ocultarem alguma deficiência. (grifos do entrevistado).
MG	32 anos	Graduação e pós-graduação em geografia	Sim. Geralmente as pessoas que não tem um bom vocabulário e não conseguem se expressar na forma culta. Estas quando tentam falar 'difícil' acaba falando 'feio'. (grifos do entrevistado).
MT	20 anos	Ensino médio completo	Sim. São pessoas de classe social mais elevada, mais ricas, que estudam nas melhores escolas particulares quando falam com um garçom, por exemplo, falam de qualquer forma, por se acharem alguma coisa.
GO	24 anos	Graduação em Zootecnia	[...] Conheço, conheço. Depende do lugar e de quem tá em volta. Procuro enfeitar, depende do lugar, das pessoas, eu procuro me policiar pra não puxar muito o <i>caipirês</i> . [...] Querer estar inserida no meio de pessoas que falam bem, ou então para <i>manter uma certa superioridade</i> em relação a pessoas com menos formação, querer falar melhor para se sentir superior.
MT	12 anos	Cursando o 5º ano	[...] <i>todo mundo</i> enfeita. <i>Todo mundo</i> quando vai falar com o professor, aí fica tentando falar <i>melhor</i> . [...] Porque às vezes tem vergonha, tem respeito por aquela pessoa.
MT	13	Cursando o 7º	Minha mãe. [risos] A minha mãe... Eu percebo. Quando a gente tá só em casa, ela fala 'nóis' e

	anos	ano	quando ela tá com outras pessoa ela fala 'nós' (risos). [...] Por formalidade. Pra mostrar que é... (risos) que fala bem a língua.
MT	11 anos	Cursando o 5º ano	Sim. Ela estuda na minha escola ela fala corretamente e eu vejo que ela força o jeito de falar, ela força a voz, ela pára pra pensar o jeito que ela vai por as palavra. [...] Eu acho que é porque a mãe dela é professora de português e puxa muito o pé dela porque de vez em quando ela fala errado.

Aqui, retomamos a noção de *mecanismo de antecipação* que, de acordo com Orlandi, a partir de Pêcheux (1997), é a “capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta” (ORLANDI, 2006, p. 16). A nosso ver, a noção de antecipação possibilita um entendimento melhor a respeito da produção de efeitos de sentidos nas respostas às questões: você “enfeita” o seu modo de falar? Conhece alguém que faz isso?

- a) enfeito, sim! Quando estou dando aula, procuro as palavras certas pra fazer bonito.
- b) minha mãe. Quando a gente tá só em casa, ela fala 'nóis' e quando ela tá com *outras pessoa* ela fala 'nós'.
- c) [...] depende *do lugar e de quem tá em volta, das pessoas*, eu procuro me *policia* pra não puxar muito o *caipirês*.

Os enunciados citados apontam para a divisão entre o jeito de falar em público, e um outro de falar em casa, na privacidade. Ou seja, o imaginário de língua divide o mesmo sujeito entre o espaço público e o privado. Lembrando que não é o sujeito em si, mas uma posição sujeito constituída pelo imaginário.

O terceiro enunciado, além de também remeter ao par público/privado, provoca o questionamento sobre o lugar do “caipirês” entre as línguas faladas, e a decorrente censura que sofre o falante a ponto de ser necessário um policiamento para não falar esse “idioma”.

O motivo de as pessoas procurarem enfeitar o seu dizer está relacionado à hierarquia entre os modos de falar. Considerando que há a

superioridade de algumas formas em relação a outras, não se deseja falar como a maioria. Ao contrário, procura-se um “destaque” em relação às demais pessoas:

- a) Acho que as pessoas enfeitam o modo de falar *apenas para destacar-se* das outras.
- b) [...] *manter uma certa superioridade* em relação a pessoas com menos formação, querer falar melhor para se sentir superior.
- c) São pessoas de classe social mais elevada, mais ricas, que estudam nas melhores escolas particulares quando falam com um garçom, por exemplo, falam de qualquer forma, *por se acharem alguma coisa*.

Em uma sociedade em que a maioria das pessoas se constitui por uma memória de língua que não é legitimada como “a” língua, a apropriação de determinadas marcas da língua do Estado soa como pretensão de superioridade, como exibicionismo. Este efeito de sentidos de exibicionismo se produz quando as palavras de um outro são tomadas em contraposição à língua que o constitui. Dito de outro modo, esta recorrência de sentidos nestes enunciados aponta para a hierarquização posta na nossa sociedade que inclui o modo como as pessoas falam.

Dentre os enunciados acima mencionados, chamamos a atenção também para uma afirmação da senhora de 76 anos, nascida na Bahia, quando se refere a outras pessoas que são “analfabetas” como ela. Esse modo de enunciar remete-nos à reflexão de Silva:

[...] o indivíduo é reconhecido e se reconhece como ‘analfabeto’ através de uma identificação construída em uma exterioridade discursiva – a memória do dizer da escrita – que se projeta para dentro e para fora deste mesmo sujeito, configurando-o de forma a excluí-lo de uma sociedade que se organiza e legitima pela escrita. (SILVA, 2001, p.141).

De acordo com essa senhora, há pessoas que procuram enfeitar o seu modo de falar, porque são umas “coitadas, que queriam *ser igual a outras que estudou*. Como não *tive* essa condições fica com vergonha de falar muito errado.” Interessante notar a falha que se instala no enunciado, a oscilação entre a

primeira pessoa do singular, “não tive”, no momento em que se refere a outros. É possível observar que há um movimento em que ela se distancia do grupo dos coitados que gostariam de ter estudado, na sequência se inclui entre os que não tiveram condições de estudar, para depois se afastar novamente, referindo-se à terceira pessoa.

Chama-nos, também, a atenção o fato de a senhora ter mencionado o verbo “ser”: “ser igual a outras que estudou”. Ela não disse: “falar como outras que estudou”. Para nós, o verbo “ser”, neste enunciado, aponta para a indissociabilidade entre sujeito e linguagem.

Outra questão que a leitura dos enunciados nos possibilitou foi notar o funcionamento da categoria genérica “todo mundo” utilizada por alguns entrevistados. Podemos dizer que, na perspectiva discursiva, esta é uma regularidade enunciativa que indica o modo como funciona a ideologia com seus efeitos de inquestionabilidade. O efeito de evidência de sentidos constituídos pela ideologia se materializa, em determinadas expressões. Em outros termos, o efeito de inquestionabilidade produzido pela ideologia se materializa na língua, conforme é possível ser observado nos enunciados que mencionamos. Não se tratam de expressões individuais, pois constituem práticas linguísticas de diferentes sujeitos. São regularidades enunciativas e estão relacionadas ao funcionamento do mecanismo ideológico que apaga para o sujeito seu próprio gesto de interpretação. Lembrando que a “interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeitos, língua e história, resultando em diferentes formações discursivas”. (ORLANDI, 2012, p. 153).

Conforme Orlandi, “ela [a ideologia] se define pelo fato de que o sentido tem *uma* direção historicamente determinada em um imaginário social que é político.” (*ibidem*, p. 296). Ainda para enfatizar a respeito do funcionamento da ideologia, trazemos Paul Henry que explica:

[...] Para a ideologia, é a *dimensão da história que desaparece* sob o sujeito falante constituído em *sujeito universal* e, com ela, a

dimensão do discurso. O discurso do 'sujeito universal' só pode ser um discurso *fora da história*, um discurso *sem história*, cuja *verdade é sempre já estabelecida e universal*. Não me parece necessário redemonstrar que a própria ideia de tal discurso só se sustenta com uma *concepção* profundamente *idealista da verdade histórica*. Lembrarei simplesmente que a projeção do '*sujeito universal*' sobre o sujeito falante implica essa concepção de verdade teórica e *oculta* a dimensão do discurso na medida em que esta representa a dimensão da história na linguagem. (HENRY, 1992, p. 198). (grifos nossos).

Assim, apagando a historicidade que constitui os sujeitos e os sentidos, a ideologia é que produz uma interpretação em uma dada direção, como se fosse “a” interpretação. No mesmo movimento em que ela é produzida como a única possível, são anuladas outras possibilidades de dar sentido.

Olhando para os enunciados, na busca de entender o modo como produzem sentido, podemos perceber a ideologia enquanto processo de instauração de um imaginário, no caso, o imaginário de língua. Há marcas nos enunciados que nos permitem perceber a ideologia enquanto mecanismo que produz uma determinada interpretação que resulta em uma fixidez de sentidos às palavras, em um determinado contexto. Dizendo de outra forma, é pelo funcionamento da ideologia que sentidos são eternizados, tidos como evidentes para “todo mundo”.

III.1.2 O discurso sobre a língua em comentários num blog

Para iniciar esta seção, ressaltamos que a publicação de um livro que aborda uma discussão sobre a não unidade da língua e o respeito às pessoas que falam diferente da norma teve uma repercussão nacional. Trata-se do livro didático de língua portuguesa *Por uma vida melhor*, da coleção *Viver, aprender*, adotado pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Este livro se fundamenta na concepção sociolinguística de linguagem e o acesso aos princípios desta teoria resultaram, em mais do que um incômodo, numa revolta de uma grande parcela da sociedade. Essa manifestação quase que

generalizada pode ser vista no espaço dos comentários em um dos blogs⁴⁵ que traz a matéria com o seguinte título: “Livro usado pelo MEC ensina aluno a falar errado”.

Recortamos alguns enunciados de uma série de comentários que consta no referido blog e chamamos a atenção para a enorme quantidade de postagens. Do dia 12/05/2011, quando a matéria foi publicada, até o dia 11/08/2011 foram escritos 1176 comentários.

Para orientar a nossa reflexão sobre a produção de sentidos em relação à publicação do livro, retomamos a afirmação de Orlandi: “o jogo ideológico está na dissimulação dos efeitos de sentido sob a forma de informação, de um sentido único, e na ilusão discursiva dos sujeitos de serem a origem de seus próprios discursos”. (1996, p. 32).

Assim, tomamos alguns destes enunciados com o intuito de chamar a atenção para o funcionamento da ideologia que, independentemente, do lugar em que vive o falante produz efeitos de sentidos com os quais ele se identifica ou não.

III. 1.2.1 Discurso sobre a língua: enunciados constituídos pela crítica aos sujeitos que (re)produzem sentidos que remetem à multiplicidade linguística

Os enunciados abaixo ilustram a discursividade que se constitui por argumentos que sustentam um discurso em que os sentidos atribuídos à língua é de unicidade, homogeneidade, padronização. Em outros termos, um discurso sobre a língua com sentidos diferentes dos que fundamentam o livro pivô da polêmica.

⁴⁵Disponível em <http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado/> (12/05/2011). Mantivemos a forma escrita dos comentários.

Discurso dogmático da gramática normativa
Falar errado que em <i>qualquer lugar do mundo, desde que o mundo é mundo</i> , é sinônimo de falta de educação formal ou ignorância, passa a ser incentivado pela entidade que deveria zelar pela nossa língua! Onde vamos parar?
A meu ver a língua popular não passa de gíria, a língua portuguesa, <i>só tem uma norma que todos devem seguir, escrever, falar</i> , alternativas são uma deseducação.
Estão derrubando <i>todos</i> os níveis de medidas e valores da cultura, comportamento, moral, respeito e tudo o mais, que deveriam reger a sociedade.
Mas que barbaridade, agora por que as pessoas falam errado, as escolas não tem que ensinar o correto???? que <i>inversão de valores</i> é esse???
Que país é esse???? Onde vamos parar? O que vamos deixar para as novas gerações? Pelo visto praticamente nada!!!! <i>A inversão de valores é inacreditável</i> . Como o MEC aprova uma literatura como essa?
<i>Pelo amor de Deus, o que é isso?????</i> Como bem comentado, o problema é a qualidade do ensino no Brasil. <i>Língua viva?</i> Daqui a pouco tempo estaremos numa torre de Babel, cada um falando e escrevendo como quer. Não consigo me conformar com o que li nessa matéria...
<i>Meu Deus, como esse Lula e sua herança ignorante transformaram os valores e referências da nossa juventude! Lamentável!</i>
Pena que não posso dizer outras palavras obscenas e que vão contra a lei. Bem Esse livro já é um ato obsceno e <i>vai contra a lei natural</i> das coisas. Valha-me Deus!

Neste embate entre sujeitos e sentidos, entre comentaristas e pessoas envolvidas na produção e circulação do livro em pauta, práticas linguísticas diferentes são consideradas como uma “inversão de valores”, uma “transformação de valores e referências da nossa juventude”, “vai contra a lei natural das coisas”. Nesse ponto, lembramos que observar a língua produzindo sentidos possibilita-nos o acesso ao modo como a ideologia se apresenta na constituição dos sujeitos e dos sentidos. De acordo com Orlandi, a ideologia “está em que o sujeito, na ilusão de transparência e sob o domínio da memória discursiva – alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente – pensa que o sentido só pode ser ‘aquele’ quando na verdade ele pode ser outro”. (ORLANDI, 2012, p. 153).

O efeito ideológico produz a evidência dos sentidos e o modo com que se configura a transparência da linguagem, nos argumentos que sustentam a contraposição a uma forma outra de língua: “em qualquer lugar do mundo, desde que o mundo é mundo”; “só tem *uma* norma que *todos* devem seguir”. O sentido de língua com o qual o sujeito se identifica “só pode ser aquele”, em todo o lugar, em todos os tempos, pois é “o” sentido e não há outro possível. Enfim, o efeito

ideológico produz a naturalização dos sentidos, des-historicizando-os. Para Orlandi, enunciados como estes têm

[...] a força do funcionamento da *memória* que, por não se mostrar como memória, se alarga, funcionando por um efeito de não atestação, efeito *ideológico* que dá ao dizer uma realidade irrecusável, o dizer sempre lá, que não se alinha na necessidade da prova, que não se mostra como interpretação, mas como *verdade imemorial*. (ORLANDI, 2012, p.175). (grifos nossos).

Podemos dizer que nas práticas de linguagem que predominam em nossa sociedade (re)produz-se um sentido de língua sedimentado ao longo da história das ideias linguísticas. Ou melhor, nos enunciados que tomamos para análise, observamos a trajetória de sentidos de língua imaginária construída sócio-historicamente.

Desse modo, práticas linguísticas são constituídas pela censura, pela negação a quaisquer possibilidades de outras formas de língua que não seja a nacional. Em outros termos, há uma luta ideológica entre a manutenção do ponto de vista em relação à língua cristalizada e outra possibilidade de perspectiva.

A nosso ver, a relação de oposição entre sentidos de língua e sujeitos que neles se inscrevem pode ser melhor compreendida se mobilizarmos o funcionamento da *inter-incompreensão*. Noção esta que E. Orlandi, a partir de Maingueneau (1984), define como sendo “necessária para a constituição dos discursos em suas distâncias relativas às diferentes formações discursivas”. (ORLANDI, 1990, p. 237).

A contraposição entre sentidos de língua e de sujeitos que (re)produzem estes sentidos pode ser observada na argumentação construída de variados modos, inclusive, na acusação de “assassinato da língua”. Trazemos alguns enunciados enquanto paráfrases desse gesto de interpretação:

Imagem de língua externa ao sujeito: “assassinato” da língua
Isso é um <i>duplo assassinato</i> . Estão <i>assassinando a Língua Portuguesa e as crianças</i> . Como esses jovens chegarão ao ensino médio sem noção nenhuma da norma culta ???
Tudo para legitimar a conduta do nosso digníssimo ex presidente Lula, que sempre falou ‘nóis vai’, ‘nóis vem’ e ‘nóis vorta’ e <i>sempre assassinou a gramática</i> .
Continuem votando no Lula (analfabeto) e sua turma de imbecis... é um <i>assassinato da língua portuguesa</i> . Não faltava mais nada.

Vale notar que há um discurso sobre a língua que se constitui pelo imaginário de língua externa, apartada do sujeito. As formulações que circulam em nossa sociedade e os sentidos inscritos nessa posição sujeito se constroem em uma argumentação sustentada no discurso autoritário da moral que nega espaço para outras discursividades.

Conforme Orlandi (1990, p. 159) “os discursos funcionam heterogeneamente, ou seja, um discurso traz em si a sua relação com vários outros, que contribuem igualmente para os seus efeitos de sentido.”. E esse funcionamento é passível de ser notado, a partir da análise de nosso material. Há um discurso social sobre a língua que é afetado por vários outros discursos. Em outros termos, o discurso sobre a língua que constitui os enunciados trabalhados é atravessado por outros discursos, como o da violência, o religioso, da economia capitalista, discurso homofóbico, o da linguística, o discurso irônico.

a) Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da violência

Como dissemos, há um discurso que se constitui pelo desrespeito e por propostas de práticas de violência em relação a sujeitos que se inscrevem em outros sentidos de língua que não os predominantes. Isso também podemos notar nos enunciados que trazemos a seguir, não sem antes nos referirmos à contradição entre a advertência⁴⁶ que consta junto ao local destinado à escrita dos comentários e os comentários em si:

⁴⁶ <http://inforum.insite.com.br/9134/3355146.html> -- **Atenção:** A prática, indução ou incitação de discriminação ou preconceito de *raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*, por meio da Internet, constitui crime punido com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, conforme

ANTES DE ESCREVER SEU COMENTÁRIO, LEMBRE-SE: o iG não publica comentários ofensivos, obscenos, que vão contra a lei, que não tenham o remetente identificado ou que não tenham relação com o conteúdo comentado. Dê sua opinião com responsabilidade! (grifos do autor do blog).

Para nós, esta advertência é *pro forma*, à medida que não é levada a sério e o espaço para opinar funciona como um lugar em que o desrespeito se textualiza abertamente como notamos em vários comentários. A nosso ver, não há censura em relação às formulações, às vezes, bastante cruéis com que se opõem à possibilidade de se (re)produzir outros discursos sobre a língua, por exemplo o que traz à tona a noção de língua fluida.

Nessa direção de sentidos, é possível afirmar que o responsável pelo blog também se inscreve na mesma discursividade da maioria dos comentaristas.

O antagonismo entre sujeitos e sentidos se estende aos falantes que não se enquadram na forma de língua posta como nacional e isso se manifesta na materialidade linguística, como observamos nos enunciados abaixo:

a) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso da violência	
xingamentos, ofensas	Deixem o povo <i>mais burro!!!</i> É isso que todos os governantes querem. Língua popular e língua culta... <i>Ora vão plantar batatas seus cretinos.</i>
	É isso, o Brasil é o país da imbecilidade, eta povo bruto do caralho. Vai tudu tomá no kuw, seu cambada de fio de pulllta. Por iço que us gringu tá tudo vindo aqui e virando ricu. Esse MEC fio de uma pulllta num pode fazê içu com noças criança.
desejo de punição	Essas pessoas <i>estão cometendo um crime mesmo</i> , deveriam estar presas como bandidos comuns.
	Pessoalmente acho que esse 'ministro' Haddad <i>deveria ir para a prisão</i> , para sentir (literalmente) a 'norma' popular (sexual) que prevalece por lá...

determina a Lei 7.716/89 em seu artigo 20, § 2º. [Denuncie aqui](#) sites e/ou mensagens de fóruns hospedados na Insite contendo qualquer violação.

	<p>ISSO É UM CRIME, E POR TRATAR-SE DE CRIME, A POLÍCIA É O CAMINHO, COM A PRISÃO DOS RESPONSÁVEIS, INCLUSIVE. [...] Nem nos meus piores pesadelos poderia ver os meus pais nessa situação, nas <i>mãos de verdadeiros bandidos</i>. Como não se trata de uma “pegadinha”, a nação precisa tomar conhecimento amplo sobre o fato, os responsáveis chamados a dar explicações, serem levados às barras dos tribunais e responsabilizados. A sociedade, como um todo tem o direito de saber e de se manifestar. ESSE CRIME NÃO PODE PROSPERAR E FICAR IMPUNE. SOCIEDADE, REAJA.</p> <p><i>Isso é caso de Polícia! Masmorra para os 'AUTORES', irresponsáveis.</i></p>
proposta de extermínio	<p>Onde está a Academia Brasileira de Letras que não pede o descredenciamento destes impostores e pretensos professores que <i>querem enchovalhar nosso idioma</i>; digo de minha parte que <i>deveriam ser executados em praça pública</i> juntamente com quem autorizar tamanho disparate.[...] Fizeram isso com homens sérios como Tiradentes, Castelo Branco, Juscelino Kubtscheck, e outros. Por que não fazer <i>isso com esses desequilibrados mentais que vem das trevas tentando acabar com o que resta de bom na nossa cultura que é a língua bem falada e entendida?</i></p>

A inscrição desses sujeitos em um discurso sobre a língua possibilita que proponham, inclusive, a eliminação de falantes como algo “natural”.

Nessa perspectiva, é preciso se levar em conta que o desejo de extermínio desses falantes é de natureza ideológica, histórico-socialmente constituído. Não nasce nesses sujeitos, eles nem ao menos têm consciência de como esse desejo homicida vem constituí-los e, quando enunciam trazem à tona sentidos que foram constituídos ao longo da história, na ilusão de serem fonte e origem desses sentidos.

b) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso religioso

Na posição sujeito em que se nega a possibilidade de uma simetria entre as diferentes formas de dizer, constrói-se uma argumentação em que são bastante recorrentes as marcas que remetem ao discurso religioso.

Como sabemos o discurso religioso produz um efeito de inquestionabilidade que tem sustentado, ao longo da história, outras formas de discurso preconceituoso, não só o linguístico. Alguns enunciados que trazem o discurso sobre a língua sustentados pelo discurso religioso constituem a

argumentação em que a figura de Deus é mobilizada, assim como outras formas linguísticas que, de algum modo, remetem a essa discursividade:

b) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso religioso
Definitivamente, isto <i>faz parte dos sinais dos tempos</i> . 'É como dizem os políticos: <i>a voz do povo é a voz de Deus</i> '?!?!?!?
Bem que disseram que o mundo ia acabar em 2011. Só pode ser <i>sinal do final dos tempos</i> .
[...] e <i>os capeta vão gargaíar e infernizar as almas desses autor</i> quando eles morrerem, pois ficarão sozinhos com o errado, mas defendem como se certo fosse.
Que pena que a Academia Brasileira de Letras seja omissa e inerte neste tema. <i>Que pena que todas as igrejas também o são</i> , neste assunto. <i>No início veio o verbo</i> . Já pensou <i>se Deus dissesse</i> : Crie o universo? Os planetas seriam ovais, que nem a <i>visão dos descrentes</i> ."
A palavra bonita, quando bem falada é divina. Mas quando desrespeitada, é infernal.
Tem alguma coisa errada nessa matéria. Tem que ter... <i>pelo amor de Deus</i> . TENHA!
<i>MEU DEUS DO CÉU</i> . E eu que me orgulhava disso, fazer o quê.

A possibilidade de uma mudança nos sentidos de língua já cristalizados, uma "revolução" nos sentidos (im)postos historicamente é vista como algo extremamente negativo, ameaçador, ao mesmo tempo que remete a pecado:

Neste momento já é consabido que o MEC aprovou o livro 'Por uma Vida Melhor', da professora Heloísa Ramos, que defende a ideia revolucionária de ser fisicamente possível falar 'nós pega o peixe', *sem punição divina imediata com um raio nos fundilhos*.

c) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso da economia capitalista

Continuando a nossa reflexão, trazemos alguns enunciados que nos auxiliam no processo de compreensão do discurso sobre a língua numa sociedade capitalista como a nossa. O imaginário de língua "correta" como essencial para ingressar no mercado de trabalho.

c) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso da economia capitalista
[...] Isso é um achincalhe não só às pessoas que se esforçam para falar e escrever corretamente, como também é um tapa na cara dos pais que se matam de trabalhar para dar aos filhos uma <i>chance de estudar e ser alguém na vida</i> .
A 'gente vamos' continuar jogando um <i>bando de ignorantes no mercado do trabalho</i> .
Pobres dessas crianças, não terão nenhuma condição de concorrer com as outras crianças que estudam em escolas particulares; <i>no mercado de trabalho serão sempre preteridos para os cargos</i>

que exijam maior saber.

Em relação a argumentos que constituem os enunciados acima e que nos remetem à forma-sujeito capitalista, é interessante pensar com Orlandi (2007) o modo de submissão do sujeito na forma mesma como o Estado o individualiza:

[...] a questão da língua nacional é uma questão que faz parte de qualquer Estado. Ter um Estado soberano é poder representar na variedade concreta da língua, uma unidade imaginária que dá identidade aos sujeitos desse Estado. E em se tratando de formas de controle da subjetividade, a *normalização da linguagem*, com toda a *violência* contra o imaginário que ela implica, tem um papel crucial. (ORLANDI, 2007, p. 13-14). (grifos nossos).

É interessante notar também que, somada à crítica ao Ministério de Educação por haver publicado o livro didático citado, há também a crítica relacionada à entrega de material didático que discute o respeito à diversidade sexual.

d) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso homofóbico

Os enunciados citados, a seguir, apresentam um cruzamento com o discurso homofóbico. Dito de outra forma, estas construções se constituem tanto pelo preconceito linguístico como pelo preconceito contra a homossexualidade. Este fato aponta para o desrespeito à dignidade humana como um todo que, conforme Orlandi (2012, p. 165), constitui a estrutura e o funcionamento da sociedade burguesa. Enfatizamos que questão social é questão ética e política.

d) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso homofóbico
[...] Não se assustem! Se o Lula teve a pachorra de ligar para um casal de <i>homossexuais</i> para parabenizá-los, só falta agora a liberação da pedofilia no país.
É o PT tornando o povo brasileiro mais burro. <i>Depois do casamento gay</i> , mais uma grande contribuição da presidente Dilma.
Sinceramente. Estranho tamanha surpresa. E o <i>kit gay</i> , é ótimo? A falta de merenda nas escolas é normal? [...] Deus me livre!

Para nós, o modo recorrente como os comentários/críticas ao livro do MEC são formulados remete ao que afirma Orlandi (2012, p. 67): “estruturalmente, é um mesmo texto falado por muitas vozes”⁴⁷. Notamos que há um discurso recorrente que podemos chamar de discurso social, o discurso do consenso, em que os mesmos sentidos ressoam em diferentes construções enunciativas. São vozes múltiplas que soam de forma uníssona. No caso de nossa análise, são sequências discursivas que são produzidas por diferentes sujeitos em que é possível notar a insistência em um sentido de língua enquanto hierarquização de uma forma linguística à outra.

e) O discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da linguística

Do mesmo modo que citamos uma série de comentários/enunciados que apontam para o discurso sobre a língua e o cruzamento com outros discursos: religioso, homofóbico, da economia capitalista, irônico, trazemos também, neste espaço, algumas sequências discursivas atravessadas pelo discurso da linguística. Ou seja, pensamos que há outra discursividade, sentidos outros que estão sendo atribuídos para a notícia “O livro do MEC ensina a falar errado”. Refletimos, a partir de Herbert (1995, p.66), que o processo de constituição dos sentidos dos enunciados citados remete a uma série de ‘efeitos de conhecimento’ de tipo *científico*. (grifos do autor).

e) Discurso sobre a língua atravessado pelo discurso da linguística
Não vejo nada grave nas orientações do autor. <i>Ele está falando do uso da língua, que é um direito de todos</i> . É claro que juntamente com essas orientações, o aluno deve ser esclarecido quanto ao uso adequado ou inadequado das mesmas. <i>Linguisticamente, está tudo correto</i> .
Calma, leitora Marim, tem coisa errada sim. <i>O que está errado é a maneira como a reportagem retratou o assunto, desvirtuando os estudos de linguagem</i> , para criar polêmica sobre um assunto muito discutido hoje em <i>Linguística</i> . A reportagem deveria deixar claro o que são os estudos de <i>variação linguística</i> .
Galera eu estudo <i>linguística</i> e entendo perfeitamente a proposta do livro. Existem vários tipos de linguagem entre elas a formal e a informal. [...] negar a existência de uma <i>variação</i> é ridículo!
Creio que toda essa polêmica criada em torno do livro de Heloísa Ramos, deixa clara a divisão

⁴⁷ A autora se refere a esse processo como inverso à polifonia, em que há diferentes vozes no mesmo texto (ORLANDI, 2012, p. 67).

social existente em nosso país, e as diferenças gritantes entre o ‘*povo*’ e a *elite*. No fundo, tudo gira em torno da política, do jogo de interesses, em que a linguagem ‘popular’ falada pelos cidadãos e menosprezada agora torna-se ‘língua *universal*’ apenas em tempos de eleição.

Embora dentre o universo dos enunciados produzidos, aqueles que apresentam um sentido diferente para língua sejam bastante reduzidos, é importante mostrar que nas diferentes práticas linguísticas os sentidos não se dão em bloco, visto que são plurais os sentidos que constituem a nossa sociedade. Pois, como diz Orlandi, onde há interpretações, entram distintas versões. (ORLANDI, 2012, p. 15). Daí a possibilidade de haver interpretações constituídas pela diferença de sentidos em relação ao livro publicado pelo MEC.

Assim, o discurso da linguística disponibiliza argumentos em torno do “respeito à diferença”, mantendo categorias, a nosso ver, estanques, como as oposições entre “adequado/inadequado”, “formal/informal”, “povo/elite”, “popular/universal”, entre outras. Muitas vezes, pode haver um cruzamento destas noções no discurso produzido por um sujeito numa posição em que se inscreve em sentidos outros que circulam em nossa sociedade.

Para “fechar” esta seção compreendendo melhor o processo que constitui os sentidos de língua (e de sujeitos) postos nos enunciados analisados, tomamos a reflexão de Zoppi-Fontana:

Embora a indeterminação dos processos históricos seja constitutiva, abrindo a história para um campo não fechado nem previamente definido de possibilidades de ação, a própria ação é processo, é prática, e por isso é afetada pelas relações de poder, pelo funcionamento das instituições e pelas contradições que conformam toda formação social. Ou seja, não se nega as diversas ordens de determinação que surgem como efeito dos processos históricos, mas se subsume sua necessidade à contingência de sua origem. (ZOPPI-FONTANA, 2011, p.73).

f) O discurso irônico como sustentação de um discurso sobre a língua

A nosso ver, convém chamar a atenção para enunciados marcados pela ironia, por duas razões: primeiro pelas inúmeras vezes que aparecem entre

os demais comentários e, segundo, porque há profunda semelhança nas marcas linguísticas que constituem a ironia.

f) Discurso sobre a língua constituído pelo discurso irônico
E assim nós vai a <i>merda</i> . Ou seria: assim nós vamos à <i>merda</i> ?
Ostimu comentariu!!! Num sabia qui quem iscreveu esse livru foi o seu Creisson?
E si vc me permiti acrescentar, os brasileiros vaum até melhorar sua fomassão nas facultade. Acho que escrevi essa palavra errado, <i>mais não emporta</i> .
Sem probrema. Oje quem termina a quinta séria sai sem saber ler como mostrou a Grobo. Aki no nosso país a chente faz as coisa pro povo se virá.
que qui é iço? se meus presta o vestibula e na ora da redassão eles iscreve assim vai aprová eles? Pur favor me respondi a essa pergunta.
Huauauauaua Expetacular! Agora nós não precisa mais se preocupá cum essa chatura de norma culta. O próssimo paço é a abolissaum das regra ortográfica, afinal a língua tá viva e vc fala i iscreve u q kiser.[...] fico feliz de ver q o dinheiro dos meus imposto ta sustentando tanta gente competenti.

Vários comentaristas do referido blog para criticarem o livro adotado pelo MEC recorrem a determinadas marcas linguísticas marginalizadas, indicando por meio de seus enunciados escritos aquilo que é condenado no discurso da escrita e no discurso da oralidade, aquilo que é tratado como “erro”.

Nos enunciados acima mencionados, há traços de oralidade que não se restringem a expressões de pessoas desescolarizadas. Trazem à tona a relação entre oralidade e escrita sem levar em conta que estão se referindo a um modo de falar que, atualmente, é bastante comum entre os brasileiros, independentemente das condições de produção do enunciado. Por exemplo, palavras como “dinheru”, “iscreve”, “qui”, “competenti”, “livru”, são citadas, entre outras. Em meio a esses traços, acrescentam formas postas como “incorretas”: rotacismo (probrema), ditongação (nóis), forma de concordância verbal (nós vai), falhas de ortografia (expetacular, próssimo, iço, formassão, etc).

A nosso ver, para produzirem sentidos relacionados à publicação do livro didático, estendendo a crítica aos autores do mesmo, os sujeitos trazem em seus enunciados uma forma de língua que os próprios sujeitos censuram, configurando um processo de significação que se constitui em um discurso irônico. Para nós, eles recorrem à ironia como uma estratégia, um recurso para resistir a outros sentidos de língua e de relação entre língua/sujeitos. Dito isso, é

fundamental acrescentar que não tratamos de um sujeito intencional e, por isso, como diz Orlandi, “a ironia não depende da intenção do (sujeito) locutor ou da sagacidade do (sujeito) interlocutor. Mesmo enunciados não intencionalmente irônicos podem sê-los na prática discursiva”. (ORLANDI, 2012, p. 40).

Nessa perspectiva, tomamos outro ponto da reflexão de Orlandi para compreender melhor o funcionamento da ironia e o que acontece para o sujeito falante:

[...] a ironia pode ter finalidades mais ou menos ‘nobres’. O sujeito falante pode usar a ironia para romper o estabelecido, ou *para evitar que isso aconteça*; para dar a palavra a outrem ou *para impedi-lo de falar etc.* Mas qualquer que seja sua finalidade prática, ele estará operando, no nível do funcionamento da linguagem e de seus processos de significação, com a ruptura e a dissonância. (ORLANDI, 2012, p. 37). (grifos nossos).

Entre as possibilidades de produção de sentidos da ironia pensados pela autora, os comentários irônicos que tratamos neste espaço são produzidos “para evitar que se rompa o estabelecido”. Isto é, esses enunciados produzem um efeito de sentido que fortalece o que ao longo da história vem sendo dito: há uma forma de língua que ‘todos’ devem falar em contraposição à outra que é “errada”. Em relação a essa questão, Orlandi argumenta que:

[...] na ironia, joga-se com a relação entre o estado de mundo tal como ele se apresenta já cristalizado – os discursos instituídos, o senso comum – e outros estados de mundo. Essa é uma característica básica da ironia.

Não se trata, pois, de um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário do que se pensa. A diferença vai muito mais além e significa multiplamente.

Ao considerarmos a ironia como tipo de discurso, negamos que ela seja um desvio: ela é o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico. Esse lugar [...] mostra, com sua forma própria e específica, a relação entre o mesmo e o diferente, o fixado e o possível. (ORLANDI, 2012, p. 26).

Ainda para entender o funcionamento do discurso irônico é necessário lembrar que a ironia “se dá pelo estabelecimento de uma região significante, de

um espaço de linguagem em que não só simulações, mas também *alusões* e mesmo *rupturas de significação* podem ser desenvolvidas”. (grifos nossos). Assim podemos dizer que o sujeito produz a sua crítica censurando as diferentes possibilidades de formas de língua. Para isso, recorre a uma forma de escrita e de oralidade que ele mesmo critica, produzindo determinados efeitos de sentido.

III.1.2.2 Oscilação entre sentidos de língua emerge nos comentários do blog

Aqui trazemos comentários do referido blog que também se constituem pela oscilação entre sentidos. Pensamos ser produtivo trazer alguns enunciados que em sua materialidade apontam diferentes sentidos quando o sujeito se posiciona em relação à polêmica sobre o livro didático publicado pelo MEC.

Se analisássemos de outra perspectiva que não a discursiva, poderíamos considerar tal deslizamento como contraditório. No entanto, podemos compreendê-lo quando levamos em conta que há memórias distintas que sustentam os sentidos de língua que circulam em nossa sociedade.

Na superfície das sequências discursivas, há formas linguísticas que são recorrentes, entre elas alguns conectivos ou expressões articuladoras que indicam contraposição entre argumentos: *mas, porém, por outro lado, em contrapartida*. Outro recurso utilizado é a própria pontuação que demarcam a alternância entre sentidos.

Para esta reflexão, tomamos duas sequências discursivas em que podemos observar como o sujeito lida com os discursos sobre a língua cruzando o discurso da gramática com o da linguística.

Enunciados oscilantes entre o discurso da linguística e o da gramática
a) Engraçado como as pessoas não questionam o que lêem. Quem garante que, de fato, tal livro didático está ‘ensinando’ a falar errado? A norma culta existe e deve ser ensinada, sempre. Porém , do ponto de vista da linguística não há ‘certo’ e ‘errado’. E mais: a linguagem coloquial, que falamos no dia a dia, é nossa língua viva. A gramática é a língua morta. Deve ser ensinada? Sim! <i>Deve ser ensinada instrumentalmente, como uma ferramenta de acesso à cultura ou mesmo de ascensão social.</i> Mas , por favor, não pensem que a norma culta é mais correta que a língua que falamos despreocupados com as regras. Associar a gramática à correção é um atestado de ignorância.

Discurso da linguística	Discurso da Gramática
Engraçado como as pessoas não questionam o que lêem. Quem garante que, de fato, tal livro didático está 'ensinando' a falar errado?	A norma culta existe e deve ser ensinada, sempre.
Porém , do ponto de vista da linguística não há 'certo' e 'errado'. E mais: a linguagem coloquial, que falamos no dia a dia, é nossa língua viva. A gramática é a língua morta.	Deve ser ensinada? Sim! <i>Deve ser ensinada instrumentalmente, como uma ferramenta de acesso à cultura ou mesmo de ascensão social.</i>
Mas , por favor, não pensem que a norma culta é mais correta que a língua que falamos despreocupados com as regras. Associar a gramática à correção é um atestado de ignorância.	
b) ACHO A NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA MUITO BONITA, PORQUE SOA MELHOR OUVI-LA. MAS ACHO TAMBÉM QUE, POR OUTRO LADO , MUITOS NÃO TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDÊ-LA. ENTÃO, A UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR PODE SIM SER CONSIDERADA, CLARO ATÉ CERTO PONTO. EXISTEM PALAVRAS, OU ATÉ MESMO FRASES, QUE SÃO ABSURDAS, DURAS DE SE OUVIR, MAS, EM CONTRAPARTIDA , EXISTEM AQUELAS QUE PODEM SER ACEITAS SEM PROBLEMAS ⁴⁸ .	
Discurso da linguística	Discurso da Gramática
MAS ACHO TAMBÉM QUE, POR OUTRO LADO , MUITOS NÃO TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDÊ-LA. ENTÃO, A UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA POPULAR PODE SIM SER CONSIDERADA	ACHO A NORMA CULTA DA LÍNGUA PORTUGUESA MUITO BONITA, PORQUE SOA MELHOR OUVI-LA.
MAS, EM CONTRAPARTIDA, EXISTEM AQUELAS QUE PODEM SER ACEITAS SEM PROBLEMAS	CLARO ATÉ CERTO PONTO. EXISTEM PALAVRAS, OU ATÉ MESMO FRASES, QUE SÃO ABSURDAS, DURAS DE SE OUVIR

A oscilação está marcada na língua pela presença recorrente a operadores argumentativos como “mas”, “porém”, “em contrapartida”, “por outro lado”.

No modo como o sujeito diz sobre a língua, é possível se perceber que os sujeitos são afetados tanto pelo discurso da gramática quanto pelo da linguística e se movimentam entre diferentes sentidos. A dispersão do sujeito nos enunciados é uma dispersão de discursos, de recortes do interdiscurso. Chamamos a atenção para a primeira sequência discursiva em que aparece o verbo “dever” que aponta para o discurso autoritário, como censura ou negação de um espaço para outra possibilidade de interpretação.

⁴⁸ Reproduzimos o comentário em letra caixa alta como consta no blog.

III. 4 Discurso sobre a língua em verso e prosa

O que me move é a dimensão divina da palavra, que não apenas nomeia mas que inventa e produz encantamento. (COUTO, 2010, p. 14).

Para continuar a nossa reflexão, no intuito de compreender os sentidos que se constituem no discurso sobre a língua, optamos por trabalhar com enunciados que, direta ou indiretamente, remetem a esse discurso.

Importa dizer que não tomamos, aqui, sequências produzidas por gramáticos, linguistas, filólogos, lexicógrafos ou quaisquer outros que tomam a língua enquanto objeto de estudo. Neste espaço, ocupamo-nos, sim, de observar o modo que alguns poetas, escritores, músicos compõem textos em que colocam sentidos de língua em circulação, seja em verso ou prosa.

Nesse espaço, lembramos que a produção desses textos remete-nos à Orlandi quando afirma que “é a constituição que determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Isso significa que todo dizer se encontra em confluência dos dois eixos, o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)”. (ORLANDI, 2001, p. 33).

Notamos que, nos sentidos produzidos pelos artistas da palavra que citamos, há, por um lado, textos constituídos por imagens de língua que reforçam o que já está bastante solidificado em nossa sociedade. Por outro lado, há textos que apontam para outros sentidos de língua e, conseqüentemente, para uma possibilidade de outra discursividade sobre a língua que não seja a que, atualmente, é predominante.

Assim, selecionamos enunciados que remetem às noções de língua imaginária e de língua fluida⁴⁹, sendo que a primeira constitui-se por formulações que atualizam sentidos inscritos numa memória de língua una, homogênea. A última traz sentidos de uma língua corrente, em movimento. Melhor dizendo, para

⁴⁹ Essas noções são retomadas no IV Capítulo, visto que, a nosso ver, estão intimamente ligadas à produção da “hipercorreção”.

compreender melhor a constituição do discurso sobre a língua é preciso pensar “a projeção da língua imaginária (a que tem como ponto de referência a sistematicidade, a escrita, a gramática) sobre a língua fluida (a que se faz no movimento, na prática, na mudança contínua). (ORLANDI, 1990, p. 159).

Para a nossa reflexão, tomamos alguns enunciados que também constituem o *corpus* de nossa pesquisa: sequências discursivas de letras de música, de poemas, de excertos de textos em prosa, entre outros exemplos que, direta ou indireta, remetem a um discurso sobre a língua.

III.4.1 Sentidos que remetem à noção de língua imaginária

Aqui, tomamos enunciados de autores que remetem ao sentido de hierarquização entre formas de língua. Nesse discurso, prioriza-se um modo de falar que é considerado como padrão, em detrimento de outros. Enfim, nessa regionalização de sentidos, legitima-se a atribuição de juízos de valor entre formas linguísticas com a ancoragem em aspectos morais, estéticos, econômicos, entre outros, naturalizando-se expressões para qualificar diferentes formas de expressão linguística: “certas”/“erradas”, “boas”/“ruins”, “bonitas”/“feias”, “pobres”/“ricas ou rebuscadas”.

Para ilustrar, trazemos algumas estrofes de músicas bastante conhecidas, que mencionam a noção de língua que se constitui na relação do eu-poético com uma forma de português marginalizado, considerado “ruim”, repleto de “erros”, o que não é considerado língua. O poeta aponta para o imaginário de língua que sustenta do discurso da gramática normativa:

[...] Eu sei que um outro
Deve estar falando
Ao seu ouvido
Palavras de amor
Como eu falei
Mas eu duvido!
Duvido que ele tenha
Tanto amor
E até os *erros*
Do meu português ruim

E nessa hora você vai
Lembrar de mim
(*Detalhes*: Roberto Carlos)

[...] escrevo-te estas *mal traçadas* linhas, meu amor,
Porque veio a saudade visitar meu coração
Espero que desculpe os meus *errinhos*, por favor,
Nas frases desta carta que é uma prova de afeição
[...]Escrevo-te
Estas mal traçadas linhas
Espero que desculpe
Os *meus erros*, por favor
Oh! Oh!
Meu amor, meu amor!
Oh! Oh! Oh! Oh!

(*A carta*: Erasmo Carlos).(grifos nossos).

Ainda tomando para a nossa reflexão as formulações poéticas acima, é possível dizer que o sujeito-poeta aponta para uma possibilidade de pensar o funcionamento social da língua, mas que não corresponde ao modo em que se inscreve na língua. Ou seja, ele fala em “seus erros de português ruim”, no entanto recorre à memória da língua oficial, à da língua considerada correta.

Levando em conta que o modo como se diz é o que importa para o analista de discurso, observamos que há uma distinção na forma de representar esteticamente a relação com a língua. Nesse sentido, diferentemente dos poetas acima citados, Xangai e Patativa do Assaré apontam para uma prática da língua de quem “não sabe o português” recorrendo a esse uso. Assim, podemos observar o uso e a menção funcionando simultaneamente.

A divisão entre língua e falantes é representada esteticamente pelos sujeitos-poeta na maneira como dizem sobre a língua que lhes constitui, colocando em funcionamento, nesses poemas, a metalinguagem. Trazem à tona um imaginário de língua que possibilita falar de “um português que não é português”:

[...] Andam falando que nós é caipora
Qui nós tem qui aprender ingrês
Qui nós tem que fazê xuxéxu fora
Deixe de bestage

Nóis nem sabe o portugueses
Nóis somo é caipira pop
Nóis entra na chuva e nem moia
Meu ailoíú
Nóis é jeca mais é joia
(*Nóis é Jeca mais é joia: Xangai*)

Patativa do Assaré assinala em seus versos a relação entre a escolarização e o “bem falar” em contraposição à falta de escolarização e, nesse ponto de vista, a conseqüente falta de uma língua, “a” língua. O poeta também pede licença para se expressar e, ao fazer isso, remete o fato de, historicamente, ser negado o direito dos não letrados à manifestação linguística:

Poetas niversitário
Poetas de Cademia
De *rico* vocabularo
Cheio de mitologia;
Se a gente canta o que pensa,
Eu *quero pedir licença*,
Pois mesmo *sem português*
[...] Sou um caboco rocêro,
Sem letra e sem instrução [...]
(ASSARÉ, 2001, p. 17) (grifos meus)

Os sentidos inscritos nos versos de Patativa de Assaré remetem-nos ao fato de aqueles que não têm uma tradição da escrita na posição social em que se encontram estão no lugar de quem “não sabe falar”, “não tem português”, ou “tem um português ruim”. A nosso ver, essa argumentação está relacionada ao funcionamento social da escrita e o que “acontece a esse instrumento, em termos de valor social e político, e com o sujeito que dele se apropria – ou não [...]” (SILVA, 1999, p. 29). Ainda conforme Silva:

[...] Ser letrado sempre foi uma marca de diferença, que se manifesta de distintas formas nas sociedades. E esta marca tem história e faz história. Em meados do século XVIII era a possibilidade de ascensão e de destaque social e político.[...] Afinal o acesso às letras – ao estudo – era privilégio de pouquíssimos representantes da classe proletária e dos cidadãos livres. (SILVA, 1998, p. 99).

Daí a possibilidade de se formular um pedido de desculpas por não ser letrado, conforme Patativa do Assaré coloca em seu poema.

III. 4. 2 Discurso sobre a língua: outras possibilidades de sentidos

A língua é minha Pátria
e eu não tenho Pátria: tenho mátria
eu quero frátria.
(Caetano Veloso, 1984)

Respeito as oralidades.
Eu escrevo o rumor das palavras.
Não sou sandeu de gramáticas.
(Manoel de Barros, 2009)

Neste espaço, em que procuramos refletir sobre sentidos outros para a língua, partimos dos versos do poeta Caetano Veloso em que chama a atenção para o sentido de uma relação em que é estabelecida uma hierarquização entre língua e sujeito. Esse enunciado remete ao desejo (inconsciente) do poeta de uma relação língua/sujeito em que não haja uma sobreposição da primeira em relação ao segundo.

Além de Caetano, citamos M. de Barros que menciona em seus versos a pluralidade de modos de dizer, sem determinação de qual seria a ideal. Ao fazer isso, remete à noção de língua fluida, contrapondo-se à língua imaginária que constitui as gramáticas.

Na mesma direção de sentidos, trazemos a seguir um excerto de Guimarães Rosa⁵⁰, em que, além de se referir ao preconceito linguístico, enfatiza o modo como trata da relação com a língua: “não como a mãe severa, mas com a bela amante e companheira”:

Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me, por completo,
de que algum dia já tiveram existido septos, limitações, tabiques,
preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas

⁵⁰ Guimarães Rosa consagrou-se enquanto escritor brasileiro, justamente, por se inscrever em uma posição diferente de outros autores. Rosa trabalhava com a língua de um modo diferenciado, compondo a fala de seus personagens com marcas de um português “vivo”, “livre” das amarras da academia e rico em neologismos.

literárias, doutrinas, conceitos, atitudes e tradições – no tempo e no espaço . [...] De certo que eu amava a língua. Apenas, não a amo como mãe severa, *mas* como bela amante e companheira. (ROSA, 2001, p. 4).

Chamamos a atenção para a existência de dois sentidos de língua nas sequências produzidas por Caetano Veloso e Guimarães Rosa. Sentido de uma relação hierarquizada e sentido de uma relação horizontal. Enquanto na sequência produzida pelo primeiro está subentendida a oposição, na sequência produzida por Guimarães Rosa existe um “mas” para dividir os dois sentidos.

Pensando a língua na sua unidade imaginária e na sua diversidade real, recorreremos ao poema “Português amigo”,⁵¹ de Thiago Puccinelli Nogueira, em que aponta para a contradição que constitui o imaginário de língua imposta como a correta. É importante lembrar que a data de produção deste poema (12/05/2011) é a mesma da notícia que foi lançada em outro blog e que inspirou uma série de comentários que analisamos na terceira parte deste capítulo: “Livro usado pelo MEC ensina aluno falar errado”. Supomos que não se trata de uma coincidência entre as datas de publicação, mas do fato de haver um incômodo em relação aos sentidos de língua divulgados na mídia naquela oportunidade.

Eu falo
Tu falas
Ele fala...
E todos nós o falamos!
Todavia temos de aprendê-lo
Ah! Português amigo
Por que impões tantas
regras a nossa gostosa
[amizade?
Tu és tão saboroso
Quando saís das
Bocas úmidas dos
[poetas e poetisas
Doce como as nuvens
[de mel
E loucamente melodioso

⁵¹ Esse poema está disponível em <http://beijosvgrocnroll.blogspot.com.br/2011/05/portugues-amigo.html>, blog de Thiago Puccinelli. (12/05/2011).

P'ra ouvidos apaixonados
Entretanto, meu caro
 Tu trais minha confiança
 Com tais injustas regras
 Querendo eliminar meus
 Sonhos de poeta...
 (NOGUEIRA, 2011)

No poema, também encontramos um modo diferenciado de trazer ao fio discursivo a forma de uma língua fixada pelos gramáticos que deve ser apre(e)ndida e outra falada por “todos”: “Eu falo, tu falas, ele fala... E todos nós o falamos!”. O autor remete ao modo como a escola trabalha com essa imposição e, na sequência, contrapõe-se a esse português falado que “temos de aprender” a um português que constitui alguns poetas. Para isso, articula a divisão entre duas formas de falar com operadores que marcam uma oposição entre duas posições diante da língua: *todavia* e *entretanto*, sendo que o primeiro é utilizado com maior frequência em textos escritos e é mais citado no espaço escolar: “todavia”.

Nos questionamentos feitos ao português, Nogueira traz à tona um movimento em que se contra-identifica com o discurso impositivo da norma e traz um léxico em que trata de uma língua viva, em que há a possibilidade do poeta sonhar:

Contra-identificação com o discurso normativo/prescritivo	Tratamento dado ao português “vivo”, fluido
“[...] Por que impões <i>tantas</i> regras a nossa gostosa amizade?	“[...]Tu és <i>tão saboroso</i> quando sais das bocas úmidas dos poetas e poetisas/
“[...]Tu <i>trais</i> minha confiança com tais <i>injustas</i> regras querendo <i>eliminar</i> meus sonhos de poeta...	Doce como as nuvens de mel e <i>loucamente</i> melodioso [...]

Assim, em seu poema, Nogueira instaura uma crítica em que contrapõe um “português amigo” ao português que trai a sua confiança. Enquanto poeta depara-se com a imposição de “injustas” regras de uma língua imaginada por gramáticos.

O curioso é que, ao fazer isso, o sujeito-poeta instaura um espaço de polêmica, de contradição nas sequências discursivas que produz. Ao mesmo

tempo em que critica o português estandarizado, ele o utiliza para fazer a sua crítica. Assim, o modo como diz sobre a língua normatizada indica que independe do seu desejo, visto que a ideologia está funcionando. Daí ser um espaço de contradição, pois ao mesmo tempo em que o poeta questiona a norma não consegue escapar dela. Podemos dizer que é efeito do discurso sobre a língua que circula na escola.

Nessa perspectiva, também recorreremos à posição do poeta e músico Chico Buarque. Para isso, citamos alguns enunciados de um texto disponível na internet⁵² e que tem como título “Chico Buarque fala sobre erros de português em suas canções”. O autor dessa matéria comenta que Chico Buarque:

[...] falou sobre a **liberdade** que se permite em relação ao uso da língua portuguesa. [...] o músico citou o escritor português **Camilo Castelo Branco** ao dizer que, durante o momento de criação de suas letras, se dá o *direito de cometer* certos ‘**erros gramaticais**, que, no entanto, são conscientes, mantidos por opção estilística. Ele explica que [...] numa das canções do novo disco manteve um verso que diz: ‘*Não se atreve* num país distante como o meu’, embora saiba que a regência adequada não seria esta. ‘Eu sei que quem se atreve não se atreve ‘numa’ coisa. Mas o meu atrever-se aí é intransitivo. Eu não me atrevo e ponto. É uma liberdade que eu estou tomando que **algum gramático** pode me contestar, mas eu vou discutir com ele’ [...]. Se um gramático vier falar comigo eu vou discutir com ele. (publicado em 16/07/11) (grifos do texto original, em itálico; os nossos em negrito).

Em relação à citação acima colocada, chama-nos a atenção a importância dada ao fato de Chico Buarque ter utilizado uma forma de regência que não está prevista na gramática normativa, ao ponto de valer uma matéria sobre esse uso. O poeta justifica a escolha da regência e remete à injunção à norma que se dá de um modo tão forte que suscita a recorrência à palavra “liberdade”. O que nos remete ao oposto: “prisão, arcabouço” de algumas formas linguísticas a que são submetidos os falantes da língua.

⁵² Matéria disponível em <http://www.a23online.com/2011/07/16/chico-buarque-fala-sobre-erros-de-portugues-em-suas-cancoes/>.

⁵² A heterogeneidade mostrada, de acordo com Authier (1990, p. 34), indica a presença do outro no discurso do locutor. As aspas é uma das formas de heterogeneidade mostrada marcada.

Também importa notar as aspas em “erros’ gramaticais” que constam nas palavras que seriam de Chico Buarque. Esse uso traz à tona noção de heterogeneidade mostrada e marcada⁵³, indício do distanciamento em relação ao sentido de “erro” utilizado pelo editor no título da matéria. A nosso ver, tal distanciamento não é suficiente para pensarmos na inscrição do autor em um discurso sobre a língua distinto do que é retomado pelo editor da matéria. O poeta está tomado imaginariamente pelo sentido de correção que configura, por sua vez, o imaginário da língua escolarizada, da língua nacional, dos que “sabem falar”.

Ressaltamos o comentário do compositor sobre a possibilidade de discussão entre ele e o gramático: “é uma liberdade que eu estou tomando que *algum gramático* pode me contestar, mas eu vou discutir com ele’ [...]. Se um *gramático vier* falar comigo eu vou discutir com ele”. Chico Buarque só cogita uma discussão com algum gramático, porque ele não apenas sabe “a” língua, mas porque “ele sabe que sabe a língua”⁵⁴.

Nesta reflexão, trazemos também as palavras do escritor moçambicano, Mia Couto. Este autor tem em comum com Guimarães Rosa o fato de, na escrita de suas obras, recorrer a formas linguísticas distintas das registradas nas gramáticas e nos dicionários, apresentando outras possibilidades de formação lexical e sintática. Assim, citamos um excerto que nos possibilita perceber que Mia Couto se inscreve em um discurso sobre a língua em que produz um dizer que remete ao funcionamento da língua, em sua relação de constituição do sujeito:

As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas ‘servem’. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, *as línguas fazem-nos ser*. Outras, elas *fazem-nos deixar de ser*. Nascemos e morremos naquilo que falamos, *estamos condenados à linguagem* mesmo depois de perdermos o corpo. Mesmo os que nunca nasceram, mesmo esses existem em nós como desejo de palavra e como saudade de um silêncio. (COUTO, 2010, p. 13-4).

⁵³ Cf. Orlandi (2002, p.242) quando trata da escola indígena e da relação dos índios com a escrita.

Levando em conta as palavras de Couto, importa dizer que, por um lado, contrapomo-nos ao que ele afirma: “às vezes, as línguas fazem-nos ser”, pois pensamos que “sempre as línguas fazem-nos ser”, não se reduz a determinado tempo.

Por outro lado, concordamos com o autor quando acrescenta que em outras vezes “elas fazem-nos deixar de ser”, pois vemos como possível pensar que o autor refere-se ao fato de inscrevermo-nos em uma formação discursiva que não é a nossa predominante. Dito de outro modo, observamos uma alusão à possibilidade de denegação do modo de falar que é próprio do sujeito.

As palavras de Couto também nos fazem pensar o fato de sofrermos uma injunção à linguagem, quando afirma que estamos “condenados a ela.” Além disso, os argumentos do autor trazem em si a noção de interdiscurso: “existem em nós como desejo de palavra e como saudade de um silêncio”. Assim, em uma perspectiva discursiva, as sequências citadas nos possibilitam vislumbrar que Mia Couto trata a língua em sua dimensão fluidica, ampla. Não a restringe à função de comunicação, tampouco se fixa no imaginário predominante de língua.

A nosso ver, diferentemente de Guimarães Rosa e dos outros autores citados, nos textos de Mia Couto não há uma noção de língua exterior ao sujeito. Ele a trata de forma poética, considerando a indissociabilidade entre língua e sujeito.

Podemos dizer que, embora tenham sido produzidos em espaços e/ou tempos diferentes (condições de produção distintas), os textos de Caetano Veloso, Guimarães Rosa, Tiago Nogueira, Chico Buarque e Mia Couto trazem sentidos sobre língua nacional numa materialidade discursiva, em que o estético está funcionando. Notamos em seus enunciados uma forma de resistência a uma língua madrasta, uma língua que carrega uma hierarquia que desassossega o sujeito que por ela é constituído. Enfim, um dos pontos em comum entre esses autores é que a escrita produzida, de um modo ou de outro, traz em si o desejo de resistir e/ou de se libertar das amarras ditadas por uma forma da língua que

historicamente é tida como legítima. Conforme vimos no decorrer do capítulo, uma legitimação que vem da autoria na escrita.

Dando um “fecho” ao capítulo...

Neste capítulo, analisamos alguns enunciados que se constituem por um discurso sobre a língua e o atravessamento por outros discursos. Discutimos algumas questões que, a nosso ver, estão ligadas à produção de sentidos que foram construídos ao longo da história e que predominam em nossa sociedade.

Como dissemos, é o mecanismo ideológico que produz o desassossego do sujeito em consequência da tensão que existe entre a língua materna que o constitui e a língua nacional que é legitimada como “a” língua. Essa relação tensa produz o desejo de falar/escrever “corretamente” para não sofrer a censura no convívio/confronto em diferentes situações.

Assim, relacionando o funcionamento da ideologia com os enunciados que citamos, é-nos possível entender a razão pela qual “ninguém” quer ser chamado de “assassino” da língua, “burro”, “ignorante” “caipira”. Dito de outro modo, há uma naturalização do desejo de “todos” quererem falar como os que estudam, como quem mora na zona urbana, “todos” desejam falar/escrever “certo”, “bem”, “bonito”. E se ajustar às normas do “bem falar” resulta num esforço por parte do sujeito falante.

Para nós, as questões que aqui levantamos possibilitam-nos compreender melhor a discursividade sobre a língua que circula em nossa sociedade enquanto uma das condições de produção dos fatos de “hipercorreção”, que serão discutidos no próximo capítulo.

Capítulo IV

NOÇÃO DISCURSIVA DE “HIPERCORREÇÃO”: UMA PROPOSTA DE DESLOCAMENTO TEÓRICO

É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momentos de sua definição: corpo e emoções da/na linguagem. Sulcos no solo do dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação – pelo equívoco, falha na língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam. (ORLANDI, 2001, p. 9).

Para iniciar este capítulo, trazemos uma pergunta desafiadora que nos acompanhou durante o processo de construção deste trabalho: como explorar uma noção teórica que vem sendo discutida, ao longo dos anos, nos estudos de Sociolinguística, para colocá-la no domínio da Análise de Discurso? O que poderia ser dito deste lugar a que nos filiamos?

Nesse sentido, remetemo-nos à questão que nos foi feita há algum tempo, ainda no início de nossas reflexões sobre o funcionamento da “hipercorreção”⁵⁵, depois de uma comunicação em um congresso de linguagem: “como separar o que é ‘erro’ das chamadas ‘hipercorreções’”? Dizendo de outro modo: “o que poderia ser chamado de ‘hipercorreção’ e não de ‘erro’”?

Naquela oportunidade, procuramos explicar de forma breve a diferença entre esses fatos linguísticos. Não nos recordamos exatamente das palavras que usamos, mas definimos “erro” como “palavra, expressão ou frase constituída por traço(s) refutado(s), rejeitados, por serem interdito(s), recebendo alguma forma de censura”⁵⁶. Ilustramos com o rotacismo, fenômeno linguístico em que há troca

⁵⁵ Há alguns termos utilizados como sinônimos de hipercorreção: hiperurbanismo; ultracorreção; superurbanismo.

⁵⁶ Em *Formas de Silêncio: no movimento dos sentidos* (1995), Eni Orlandi reflete sobre o silêncio constitutivo e o silêncio local. Enquanto o primeiro diz respeito a todo apagamento necessário para se poder dizer, o último é concernente à política da interdição do dizer. A autora cita a *censura* como um exemplo do silêncio local

do fonema // pelo fonema /r/. Entre outros exemplos, o que ocorre em [bisi'krEta]; [ˈkraru]; [pro'brema].

A “hipercorreção”, por sua vez, não seria propriamente um “erro”, no entanto, de modo contraditório, seria produzida em uma tentativa de evitá-lo. Para ilustrar, citávamos os exemplos corriqueiros de “galfo”; “malmita”; “poblema”.

Percebíamos, sim, que havia um funcionamento distinto entre os fatos de “hipercorreção” e aqueles que eram considerados, simplesmente, como “erros”. Levando em conta que do ponto de vista da Análise de Discurso “não há o mesmo no diferente, isto é, formas diferentes significam diferentemente” (ORLANDI, 1996, p. 119) o que poderíamos, então, dizer em relação à diferença entre dizer “galfo” e dizer “bicicleta”? Pareceu-nos interessante refletir sobre esses traços linguísticos e a produção de efeitos distintos, considerando que a diferença que se repete faz sentido.

Outra questão relevante que se colocava/coloca é que pensar na relação sujeito/língua na produção da “hipercorreção”, enquanto objeto de conhecimento a ser estudado pelo prisma discursivo, nos põe diante do fato de que este e qualquer outro objeto de conhecimento é sempre produto do nosso trabalho de pesquisador, é “um modo de olhar para essa realidade, uma forma particular de compreendê-la e jamais ela mesma.” (DE NARDI, 2003, p.67).

Para nós importa compreender a diferença, pois a relação do sujeito com a língua é diversa no “erro” e na “hipercorreção”. Ou seja, a relação com quem pratica torna-se outra, há gestos de autoria na relação com a língua.

Assim, a compreensão desse objeto de estudo é um desafio que só é passível de realização se levamos em conta a relação indissociável entre língua, discurso e história e, nesse sentido, nos ocupamos dos efeitos discursivos produzidos a partir dos enunciados tomados para a análise.

IV. 1 Pensar a língua na perspectiva discursiva...

No intuito de pensar a “hipercorreção” numa perspectiva discursiva, é necessário abordar o modo como a Análise de Discurso trata a questão da língua, pois isso faz a diferença.

Para iniciar esta discussão, trazemos Orlandi que afirma que essa teoria “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato”. Ela trabalha, sim, com a língua em funcionamento, “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, enquanto sujeitos e enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”. (ORLANDI, 2001, p.15-6). Nessa perspectiva, a língua é tomada como condição de base dos processos discursivos e o discurso não é apenas veículo de comunicação, de informação e de expressão, mas funciona pela constituição da subjetividade, dos processos identitários, da produção mesma dos sentidos, como argumentação, etc. Além disso, considera que a relação da língua com a sociedade não é de correlação, mas de constituição. A língua é um fato social. Já dizia Saussure que “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1969, p.17).

Também sobre a relação que se constitui entre língua e sociedade vale lembrar a afirmação de Orlandi no sentido de que a primeira “tem a capacidade de projeção - da situação social para a posição no discurso - e, ao trabalharmos isto estamos elaborando uma das formas de compreender a língua como fato social. Há, assim, uma relação da forma da língua com a forma da sociedade, no imaginário.” (ORLANDI, 1999b, p. 7).

Além disso, é necessário lembrar que, por um lado, “não se trabalha com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto.” Por outro lado, tampouco se trabalha com “a história e a sociedade como se elas fossem

independentes do fato de que elas significam”. (ORLANDI, 2001, p. 16). Sendo assim, nesse lugar teórico temos uma relação de constituição, em que não se dissociam *língua, sujeito, história, sociedade*.

Frisamos que, na perspectiva discursiva, não basta reconhecer o fato de os falantes serem de uma determinada região ou classe social e, desse modo, a noção de comunidade linguística para nós não é tomada da mesma maneira como para a Sociolinguística. Orlandi (2007, p. 30) argumenta que nessa perspectiva são consideradas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais que funcionam no discurso.

A questão é que lidamos com outras noções teóricas, como a de imaginário e ideologia. Em relação a estas noções, interessa-nos saber como a ideologia vai fazer significar o fato de pertencer a uma região ou classe social. Dito de outra forma, o que é relevante é o imaginário constituído sobre essas determinações de região ou classe social. Com Orlandi entendemos que “não são os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso”. (*op.cit.*, p. 30).

Assim como afirma Payer, compreendemos a linguagem “em sua íntima relação com os sujeitos e com a sociedade [...] Relação tão estreita que compreender o modo como a linguagem funciona leva a compreender muito do que se passa com o sujeito e com a sociedade.” (PAYER, 2005, p. 11).

Pensando, ainda, a língua no campo da Análise de Discurso, remetemo-nos à De Nardi quando cita Milner e nos lembra o fato de que “toda língua possui uma divisão que se sustenta pela existência de um impossível inscrito na língua, estando ela representada pela distinção entre o correto e o incorreto.” (DE NARDI, 2003, p. 68). A autora ainda trata da incompletude da língua, da falta, fala-nos da “língua cindida, cheia de brechas pelas quais o novo se infiltra, fazendo vir à tona o que é latente e se mascara numa forçada unicidade.” (*op.cit.*). Para nós, esta é a língua sujeita a falhas, em que é possível

se instalar um elemento “estranho” a ela e mesmo assim produzir sentido, língua em que é possível a “hipercorreção”.

Também é fundamental nesta discussão retomar o que Pêcheux (1997, p. 82-87) afirma sobre o jogo de formações imaginárias que preside todo discurso. Assim, consideramos “A” o locutor, a pessoa que fala; “B” o interlocutor, a pessoa com quem se fala, e “R” o referente, o assunto sobre o qual se fala, e citamos esses elementos como constitutivos do processo discursivo:

$I_A(A) \rightarrow$ imagem do lugar de A para o sujeito de A, ou seja, a imagem que A tem de si mesmo
 $I_B(B) \rightarrow$ imagem do lugar de B para o sujeito de B, ou seja, a imagem que B tem de si mesmo
 $I_A(R) \rightarrow$ imagem que A tem do referente, ou seja, o ponto de vista de A sobre R
 $I_B(R) \rightarrow$ imagem que B tem do referente, ou seja, o ponto de vista de B sobre R

Além das imagens acima relacionadas, ainda faz parte do processo discursivo a imagem que A tem da imagem que B tem do referente: $I(A(I(B(R))))$. Nesse sentido, os diferentes sujeitos, considerando a imagem que têm de si mesmos, a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele, assim como a imagem que têm do referente, no caso, a língua, buscam reproduzir os traços linguísticos legitimados como “os corretos”. Assim, o jogo discursivo de formações imaginárias constitui o processo de produção de enunciados com “hipercorreção”. Sobretudo a formação imaginária: $I(A(I(B(R))))$ citada acima, levando em conta que o mecanismo de antecipação faz parte do funcionamento da hipercorreção.

IV. 2 O verbete “hipercorreção” em alguns dicionários: apagamento e/ou circularidade

O dicionário, enquanto instrumento linguístico, exerce uma função pedagógica. Mas ele opera sob o efeito da completude e sustenta uma legitimidade do saber sobre a significação. Nesse sentido, nele se inscreve uma relação dos falantes com a língua. E trata-se de uma relação historicamente sustentada. (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 33).

Levando em conta a afirmação de Dias e Bezerra, pensamos ser produtivo tecer algumas considerações a respeito de como é tratado o verbete “hipercorreção”, em diferentes dicionários.

Importa dizer, aqui, que de acordo com Nunes⁵⁷ vemos o dicionário enquanto um espaço em que é possível a observação dos “modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas.” Ainda conforme o autor, no dicionário “as significações não são aquelas que se singularizam em um texto tomado isoladamente, mas sim as que se sedimentam e que apresentam traços significativos de uma época.” (NUNES, 2006a, p. 11).

Assim, para o nosso estudo, procuramos observar diferenças e/ou semelhanças entre as definições do verbete “hipercorreção” registradas em alguns dicionários, pois, afinal, há o imaginário de que o dicionário é “um lugar onde se sabem as palavras de nossa língua”. (ORLANDI, 2002, p. 108). Para a nossa observação, selecionamos alguns dicionários, levando em conta a data de publicação (antigos e atuais), o fato de serem bastante consultados e outros por serem da área das ciências da linguagem.

a) “Hipercorreção” em duas edições do dicionário de Silveira Bueno

Para iniciar, citamos a observação de Hildo do Couto sobre o termo “hipercorreção”:

[...] aparentemente quem cunhou o termo foi Labov (1971). Entretanto, bem antes disso o fenômeno já tinha recebido o nome de **superurbanismo** no Brasil, como se pode ver em *Bueno (1963)*, embora às vezes o fenômeno fosse chamado também de brasileirismos viciosos e até mesmo de solecismos. Como sempre que há competição entre um termo brasileiro e um norte-americano o último vence, aqui não seria exceção. É hipercorreção que ficou⁵⁸. (COUTO, 2007, s/p). (negrito: grifo do autor; itálico, nosso).

⁵⁷ Fundamentando-se na Análise de Discurso, José Horta Nunes desenvolveu com profundidade uma pesquisa sobre o funcionamento dos dicionários produzidos no Brasil entre os séculos XVI e XIX, em sua tese de doutorado (1992-1996), publicada em 2006.

⁵⁸ Em relação ao fato de o termo “hipercorreção” não ter sido cunhado por Labov, embora assim seja divulgado, lembramos o que afirma Orlandi sobre o “silenciamento para fora no plano da

Considerando a referência feita por Couto, - e em um procedimento que não é o da sociolinguística mas que tem por base o discurso da produção de conhecimento sobre a língua (história das ideias linguísticas, ancorada no discurso) - pensamos ser interessante tomar duas edições do dicionário de Francisco Silveira Bueno como ponto de partida da nossa busca pelo significado do verbete “hipercorreção”, numa série de onze dicionários.

Como não encontramos a edição de 1963, tomamos para a reflexão o *Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa* de 1965, uma das produções de Bueno.

Percebemos que havia diferença entre a afirmação de Couto e o que consta nessa edição, pois o verbete “hipercorreção” já se encontra lá e, ao final da definição, o lexicógrafo apenas menciona o termo *superurbanismo* enquanto sinônimo, mas não aparece enquanto verbete com o seu respectivo significado. Assim, Bueno define “hipercorreção” como:

s.f. Correção exagerada: êrro proveniente do excessivo cuidado de não errar. Ex.: dizer *melha, salha, entremelho* por *meia, saia, entremeio*, julgando que estas formas sejam erradas e aquelas correção destas. O mesmo que *superurbanismo*. (BUENO, 1965, p. 1765). (grifos do autor).

Chama a nossa atenção o sinônimo dado à hipercorreção: *superurbanismo*. Este fato, a nosso ver, está relacionado com a indissociabilidade entre língua, história e sociedade.

Lembramos que o processo de urbanização brasileira foi intensificado na década de 50, quando foi implantado um imenso número de indústrias estrangeiras favorecidas pela política de governo de Juscelino Kubitschek. Política que acelerou o processo de industrialização no país e, em consequência, houve um deslocamento de uma enorme quantidade de pessoas da zona rural, provocando um crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, principalmente, dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, com o

política científica internacional que apaga a nossa autoria frente aos autores estrangeiros [...]” (ORLANDI, 2003).

processo do êxodo, foi se constituindo uma supervalorização do urbano em relação ao rural e, como não se separam sujeito e linguagem, conseqüentemente, constrói-se o imaginário em que se sobrepõe a linguagem urbana em relação à rural.

Pensamos que essa pode ser uma hipótese plausível para o que tenha interferido na formação do termo “superurbanismo” e na inclusão deste nos dicionários. Assim, é necessário pensar no modo como foi constituído esse sentido, explicitando o processo de sua produção.

Para a nossa pesquisa, também recorreremos ao *Dicionário da Língua Portuguesa* (1972) produzido por Silveira Bueno, editado depois de transcorridos sete anos. Nesta publicação, o lexicógrafo define “hipercorreção” como “s.f. *Erro* proveniente do excessivo *desejo* de *ser correto*. Ex. *Palhol* em vez de *paiol*, pensando que esta forma seja errada e aquela, certa.” (BUENO, 1972, p. 572). (grifos nossos).

Ressaltamos que há diferenças entre os dois dicionários que não se restringem ao título que foi reduzido a *Dicionário da Língua Portuguesa*. Entre outras alterações, somam-se as seguintes: a) na definição do termo “hipercorreção” aparece a qualificação de “erro” como resultante do “desejo” de acertar e não mais como “proveniente do cuidado de não errar”, dito de outro modo, é possível observar o deslizamento metafórico entre “acertar” e “não errar”; b) os exemplos não são os mesmos apresentados no dicionário anterior, mas os apresentados na definição do adjetivo *hipercorreto*⁵⁹; c) não se refere mais a *superurbanismo* enquanto sinônimo de “hipercorreção”, no entanto, acrescenta-o

⁵⁹ Percebe-se diferença também na definição do adjetivo. No dicionário de 1965, *hipercorreto* é definido como “Correto ou corrigido por excesso de querer falar bem. Ex.: *Palhol* em lugar de *paiol*, pensando que *paiol* provenha de *paia* (palha). O mesmo que *superurbano*”. (BUENO, 1965, p. 1765). No dicionário editado em 1972, na definição “errado pelo excesso de querer ser correto. Veja o precedente.”, observamos que não aparece exemplo, tampouco há uma remissão ao adjetivo *superurbano*. (BUENO, 1972, p. 572).

⁵⁹ Este dicionário foi organizado pelo linguista Francisco da Silva Borba com a colaboração de Beatriz Nunes de O. Longo, Maria Helena de Moura Neves, Marina Bortolotti Bazzoli e Sebastião Expedito Ignácio.

como verbete: “s.m. (Gram.) vício de linguagem que consiste em supor errôneas as formas corretas; ex.: *palhol* (paiol), *tramolha* (tramóia)”. (BUENO, 1972, p. 572).

Em outras palavras, percebemos alterações nas definições de “hipercorreção” produzidas pelo mesmo autor, em épocas diferentes. A definição escrita em 1967 surgiu quatro anos antes da reflexão posta por Labov, em seu livro *Sociolinguistic patterns*, conforme foi mencionado por Couto (2007), e a outra um ano depois da publicação do sociolinguista (1972). Não é possível saber se Silveira Bueno teve conhecimento do que Labov escrevera sobre o verbete “hipercorreção”. A questão é que o lexicógrafo passou a defini-lo de forma distinta do que fizera outrora.

Nesse sentido, retomamos a afirmação de Nunes em que enfatiza que o dicionário tem uma “aura de ‘discurso’ do sério, de um espaço sem falhas e de uma definição modelar e estável [...] tem sua historicidade: ele se reproduz, se transforma, se renova, se atualiza.” (NUNES, 2006a, p. 11).

b) O verbete em dicionários atuais

A fim de observar como consta o verbete “hipercorreção” em dicionários atuais, fomos ao *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*⁶⁰, editado em 2004. Agimos da mesma forma que na consulta dos demais dicionários, mas não encontramos esse verbete.

Na sequência, procuramos pelos termos “hiperurbanismo” e “ultracorreção” e também não os encontramos. Para nós, é curioso que eles não constem neste dicionário, considerando que foi elaborado por vários linguistas e, além disso, por constar no prefácio a referência ao público a quem é dirigido, assim como os objetivos almejados pela equipe de linguistas:

[...] àqueles que se servem da língua escrita em algum momento da vida social e, especificamente, aos escolares não só do ensino médio, mas até dos primeiros anos do ensino superior de qualquer área [...] servir de ponto de apoio para o professor em

sala de aula [...] estimular a pesquisa vocabular e a reflexão sobre o uso da língua. (BORBA, 2004, p. VIII).

Fizemos outra busca em um dicionário mais recente: *Dicionário do livro*: da escrita ao livro eletrônico, editado em 2008. O nosso interesse em examiná-lo foi em decorrência de ter sido publicado recentemente e também pelo próprio prefácio da obra que anuncia apresentar termos atuais, incorporando aqueles que já fazem parte do léxico de usuários da informática.

Nesse dicionário, também não foi incluído o verbete “hipercorreção”. Consta “ultracorreção” definida como “substituição de uma forma linguística que se supõe *correta*, produzindo um *erro*; hipercorreção.” (FARIA; PERICÃO, 2008, p.717). (grifos nossos).

Resumindo, com a pesquisa do vocábulo “hipercorreção” feita nesses dois últimos dicionários, é possível dizer que, dependendo do recorte feito pelos lexicógrafos ao produzirem a lista de verbetes que constituirão seus dicionários, alguma informações são desconsideradas mesmo que haja um conhecimento em relação a tais verbetes que circule há algum tempo. Para sermos mais exatos, há quase meio século, como é o caso do referido verbete que já em 1963 foi definido por Silveira Bueno e não consta em vários dicionários.

Outra observação feita, ao longo da leitura desses dicionários, pensando-os em seus discursos (de especialistas) sobre a língua, diz respeito à fixidez de sentidos. Por exemplo, aqueles relacionados ao imaginário de “correção” de língua que constitui a nossa sociedade há séculos e que produz efeitos até hoje, como vemos na definição de “hipercorreção”. O fato é que o discurso da normatividade que institui o sentido de “erro”, “de vício de linguagem” para as formas que não sejam a da língua oficial está salvaguardado, por mais atualizadas que sejam as fontes bibliográficas, como o dicionário editado em 2008, citado anteriormente.

c) “Hipercorreção” em dicionários bastante consultados

Tomamos para a nossa observação alguns dicionários em que levamos em conta o critério de serem bastante consultados⁶¹: *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (1986), (1999); *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) e *Dicionário_28 Léxico e Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa* (1970).

Notamos que, nestes dicionários, não consta uma definição para o verbete “hipercorreção”. Tanto o dicionário *Aurélio* quanto o *Houaiss* restringem-se ao verbete, remetendo-nos, imediatamente, à “ultracorreção”.

Assim, começamos por reproduzir a definição do *Novo Dicionário de Língua Portuguesa* (mais difundido como Dicionário Aurélio, ou como alguns preferem, o *Aurelião*). Vale dizer que ele teve a primeira edição em 1975. De acordo com Dias e Bezerra (2006, p. 30), este dicionário é considerado o mais conhecido e utilizado, apresentando palavras relacionadas a áreas as mais diversificadas (gírias, literatura, ciências, tecnologia, entre tantas outras). Como é utilizado por pessoas de diferentes grupos sociais, é possível dizer que há mais de 35 anos vem legitimando um saber sobre a língua enquanto instrumento linguístico bastante consultado.

Decidimos observar a definição em duas edições do dicionário, 1986 e 1999, levando em conta que, no prefácio desta última, os editores anunciam a inclusão de outros termos. Nesta edição, também não consta o verbete “hipercorreção”, somente “ultracorreção”.

“Ultracorreção” no <i>Dicionário Aurélio</i>:	
Edição de 1986	Edição de 1999
[De ultra- + correção.] S.f. <u>Gram.</u> Preocupação de falar bem que redundando em <u>erro</u> ; hiperurbanismo, hipercorreção. Ex.: <i>atocalhar</i>	[De ultra- + correção.] S.f. <u>E.Ling.</u> 1. Preocupação de falar bem que redundando em <u>erro</u> ; hiperurbanismo, hipercorreção. Ex.:

⁶¹ Para esse levantamento, tivemos como base a informação de uma das funcionárias da biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas

por <i>atocaiar</i> , <i>descortínio</i> por <i>descortino</i> ; <i>qites</i> por <i>quite</i> ; <i>púdico</i> por <i>pudico</i> ; <i>rúbrica</i> em vez de <i>rubrica</i> . (FERREIRA, 1986, p.1734). (grifos do autor).	<i>atocalhar</i> por <i>atocaiar</i> , <i>descortínio</i> por <i>descortino</i> ; <i>qites</i> por <i>quite</i> . 2. Palavra, frase ou uso <u>linguisticamente incorreto</u> , resultante de ultracorreção. (FERREIRA, 1999, p. 2026) (grifos em itálico do autor; sublinhado nosso).
---	---

Notamos que, na edição de 1999, permanece a referência a “erro”, embora tenha transcorrido mais de uma década e a acepção da palavra não ser mais fundamentada na Gramática, mas nos Estudos Linguísticos. Inclusive na acepção que foi acrescentada encontra-se a qualificação “linguisticamente incorreto” para a frase, palavra ou uso decorrente da ultracorreção.

Passemos, então, ao *Dicionário Houaiss*, publicado pela primeira vez em 2001. Comparando-o com os outros dois dicionários que tomamos para a nossa observação, este teve a publicação mais recente.

Assim como o *Aurélio*, o *Dicionário Houaiss* também não traz uma definição para o verbete “hipercorreção”, encaminhando-nos ao verbete “ultracorreção”:

S.f. GRAM 1 fenômeno que se produz quando o falante estranha, e interpreta como incorreta, uma forma correta da língua e, em consequência, acaba trocando por uma outra forma que ele considera culta; nessa busca excessiva de correção (seja na fonética: *mantor* por *mantô*, seja na acentuação: *rúbrica* por *rubrica*, seja na escolha do vocabulário: genitora por mãe), nota-se em geral o temor do falante de revelar uma classe de origem socialmente discriminada; hipercorreção, hiperurbanismo. 2 p.met. palavra, frase, pronúncia etc. que resultou incorreta ou mal selecionada para um dado contexto, em virtude da procura exacerbada da correção. <cometer uma u.> ETIM ultra + correção; ver ‘reg- . (HOUAISS, 2001, p. 2800). (grifos em itálico: do autor; sublinhados: nossos).

No *Houaiss*, assim como no *Dicionário Aurélio*, foi incluído o verbete “hiperurbanismo”. Embora não apareça qualquer definição do que seja. Do mesmo modo como consta em “hipercorreção”, há uma remissão ao verbete “ultracorreção”.

Observamos que o autor se fundamenta na gramática tradicional para construir o verbete e o trata como um fenômeno em que o falante *interpreta* como

incorreta uma forma correta da língua. Isso remete ao funcionamento ideológico, visto que o fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia. Conforme diz Orlandi, “diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” Para a autora, “nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação.” (ORLANDI, 2001, p. 45).

Aqui, tecemos nossos comentários em relação ao terceiro dicionário mais consultado na biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp: *Dicionário 28 Léxico e Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa*. A nosso ver, é curioso que seja bastante consultado, visto que foi publicado em 1970, há mais de 40 anos, antes ainda da penúltima mudança ortográfica. Possivelmente, o motivo da recorrência a este dicionário como fonte de informação esteja nos argumentos inscritos no seu prefácio:

[...] dicionário de acôrdo⁶² com as normas aprovadas pela Academia Brasileira de Letras, e no qual se incluem termos enciclopédicos que abrangem matérias técnicas, científicas, históricas e artísticas. Além de extensas monografias de todos os países do mundo e dos Estados e Territórios brasileiros, e muitas biografias. Também numerosos esquemas e quadros sinópticos intercalados no texto. Mais de 2000 ilustrações coloridas, 100.000 verbêtes. [...]. (BARILI, 1970).

Neste dicionário, *não* consta o verbete “hipercorreção” tampouco o menciona. Também não aparecem “ultracorreção” e “hiperurbanismo”.

Pensamos que a ausência desses verbetes possa estar relacionada ao fato de, na época de edição do dicionário, os estudos da Sociolinguística estarem ainda muito incipientes e ainda não terem circulado de forma efetiva.

Antes de irmos aos dicionários de linguística, também consultamos o *Michaellis*. Não apenas por ser um dicionário considerado como politicamente correto em suas definições, mas por ser influenciado por estudos linguísticos e

⁶² Reproduzimos as citações mantendo a ortografia que consta na(s) obra(s) citada(s).

ter um considerável número de verbetes e subverbetes: mais de 200.000, conforme consta em seu prefácio. O que, de acordo com Dias e Bezerra (1996, p.31), reflete o desejo de ser completo, considerando que há um imaginário de completude que constitui um dos critérios que sinaliza um dicionário de qualidade.

O dicionário *Michaellis*, como os anteriores, somente traz a entrada para o verbete “hipercorreção”. Encaminhando-nos para “ultracorreção”: SF (ultra+correção) correção excessiva; preciosismo. (*op.cit.*, 1683).

Neste dicionário, também consta a palavra “hiperurbanismo”: sm (hiper+ urbano+ ismo) Gram Erro de pronúncia que resulta de um excessivo cuidado de correção. Ex.: *Advinhar* por *adivinhar* (MICHAELLIS, 1998, p.1101). Assim como outros dicionários citados, este também apresenta definições sustentadas no discurso da gramática normativa e a referência a ser um “erro”.

d) “Hipercorreção” em dicionários especializados em estudos da linguagem

Ao verificarmos a ocorrência desse verbete em dicionários especializados em linguagem (Linguística, Filologia ou Gramática), observamos que Mattoso Camara Júnior, no seu *Dicionário de Linguística e Gramática* (1985), também não se menciona “hipercorreção”. No entanto, diferentemente de outros autores, este traz “hiperurbanismo” e “ultracorreção” não como sinônimos. Ele propõe definições distintas para esses dois verbetes que reproduzimos, embora sejam longas:

HIPERURBANISMO – Nome especial que se dá à ultracorreção (v.) no âmbito fonológico. *Resulta de um esforço excessivo para a correção (v.) na pronúncia.* O nome hiperurbanismo (que é um hibridismo consagrado – *gr. hipér* – para a ideia de ‘excessivo’, lat. Urbano - ‘relativo à cidade’, suf. –ismo, de origem grega) provém de ser comum esse erro entre a gente do campo ao procurar cingir-se à pronúncia urbana. No português atual notam-se principalmente os seguintes tipos de hiperurbanismo no uso, que quer ser elegante, da língua. a) esforço para articular o -s- mudo em verbos como - crescer, nascer; b)

supressão de uma vogal, considerada erroneamente como anaptítica (ex. pronunciar e escrever adivinhar com o grupo –dv- à maneira de advogado); c) troca de acentuação, como sutil feito paroxítono, rubrica feito proparoxítono, por causa dos sufixos –il e –ico átonos de fácil e fatídico, etc. A este último grupo pode-se ligar os casos de hiperurbanismo (v.) da poesia clássica portuguesa que são hiperurbanismos prestigiados pela moda literária. (CAMARA JÚNIOR, 1985, p. 139).(grifos nossos).

ULTRACORREÇÃO – ‘*Equivocação no desejo de falar bem*’ (Pidal, 1944, p.194), quando se modifica, *num indevido intento de correção* (v.) o que é da norma espontânea linguística (v.). Pode resultar: a) de um raciocínio gramatical em falso; b) de um esforço confuso de resistência a certas tendências para mudanças (v.), no qual se impõe uma solução única a fatos linguísticos diversos. São ultracorreções, contraditórias entre nós, por exemplo: a) a substituição para *copo com água* da expressão *copo de água*, no pressuposto de que a preposição *de* sugeriria aí necessariamente a matéria; b) a substituição, na língua escrita do Brasil, para - *à rua...* da expressão *na rua...*, em complementos de lugar indicando domicílio, como reação ao vulgarismo do tipo – *sentar na mesa* (v. vulgarismos). (Cf. Câmara, 1962, 145s). É próprio das ultracorreções aplicarem-se de maneira incoerente e incompleta. Assim, nas acima citadas, não se abrange – a) expressão como – *garrafa de vinho, frasco de perfume*, b) expressão como – *morar no Largo do Machado*, com nome de logradouro masculino. A ultracorreção na pronúncia constitui o hiperurbanismo (v.). (CAMARA JÚNIOR, 1985, p. 237).(grifos nossos).

É interessante observar essa distinção feita por Camara Júnior e que não encontramos em outros autores. O fato linguístico “hiperurbanismo”, nas palavras do autor, “provém de ser comum esse erro entre a gente do campo ao procurar cingir-se à pronúncia urbana” (*op.cit.*, p. 237). Como colocamos anteriormente, no imaginário de língua ideal, há um sentido depreciativo para o falar rural que circulou e ainda circula em nossa sociedade. Ou seja, o termo “hiperurbanismo” está relacionado ao imaginário de língua correta que, por sua vez, se sustenta no modelo de falar urbano. Há uma sobreposição do urbano em relação ao rural que ainda funciona, nas abordagens feitas do meio rural, uma fala caricaturizada dos camponeses, embora o campo já não seja o campo lá

distante, pois está presente nos arredores e no meio da cidade. Ou seja, há outra forma de configuração nos referenciais simbólicos rurais e urbanos. (PAYER, 1996, p. 98).

Na definição de “ultracorreção”, Camara Júnior cita Menéndez Pidal, autor do *Manual de Gramática Histórica español*⁶³. A referência feita é a publicação de 1944, mas essa obra foi publicada pela primeira vez em 1904. Ressaltamos o fato desse *Manual* de Pidal ter sido mencionado por Camara Júnior, para mostrar que há muito tempo a “ultracorreção” foi definida como “equivocação no desejo de falar bem”. Camara Júnior complementa esta definição como sendo produzida “num indevido intento de correção”.

Relacionamos duas questões que valem enfatizar:

a) o fato de a definição produzida por Pidal ter sido construída há um tempo anterior ao que foi posto pela Sociolinguística. Desse modo, a definição feita por Menéndez Pidal vem confirmar o que foi dito por Couto (2007) e que citamos anteriormente. Ou seja, é mais um argumento a respeito de não ter sido Labov⁶⁴ quem cunhou o termo “hipercorreção”.

b) a menção à ‘equivocação’ podemos dizer que é da ordem da pragmática, considerando que Camara Junior trata esta equivocação como um “esforço excessivo”; ‘indevido intento’ de correção”. Na perspectiva discursiva, uma “hipercorreção” não é produzida intencionalmente. Ou seja, o ‘desejo’ ao qual o autor se refere, na nossa perspectiva, é inconsciente/ideológico.

Nesse ponto, trazemos a definição de “hipercorreção” que consta no

Dicionário de Linguística:

⁶³ Ultracorrección – Llamaremos así un fenómeno fundado en el natural deseo de purismo. A menudo conviven en el lenguaje usual una forma correcta con otra vulgar más o menos desprestigiada; por ejemplo: *comido, comida, cansado, enredo, etc.*, conviven hoy con vulgarismos en que se pierde la *-d-*: *comío, comía, cansa, enreo, etc.* Cuando el que **habla es de poca cultura** habituado a saber que donde él pronuncia un hiato entre dos vocales los **más cultos** intercalan *d*, se **equivoca**, y cree que en vez de *mío, tardío, correo, Bilbao, debe decir, para ablar bien, mido*, «fruta tardida», «en el corredo de Bilbao». (PIDAL, 1944, p.193-4). (grifos em itálico: autor; em negrito: nossos).

⁶⁴ Labov apresenta uma reflexão intitulada “A hipercorreção pela classe média baixa como fator de mudança linguística.” Nesse capítulo, o termo “hipercorreção” é definido como “[...] aplicação equivocada de uma regra aprendida imperfeitamente.” Na versão traduzida por Bagno [et al] (2008) esta definição consta na p. 155.

hipercorreção: Busca do uso correto que se eleva ‘acima da correção’. (V. HIPERURBANISMO.) [...]

hiperurbanismo: Correção ‘acima do nível da linguagem urbana’. Fenômeno linguístico que consiste na busca excessiva de correção – na fonética, na acentuação, no uso de termos -, que acaba por levar a pronúncias e a **usos incorretos**, por temor de incidir em **erros populares**. É do domínio da sociolinguística, freqüente em casos de pessoas que **ascendem** a uma **nova classe social**, por motivos **sócio-econômicos** (mudança para a cidade, casamento com pessoa de outra classe, enriquecimento, etc.). (DUBOIS et al., 1993, p. 323-4). (grifos dos autores: aspas; negrito: nossos).

Temos pontos de discordância em relação a esta definição de “hipercorreção”. Enfatizamos que tal definição é um exemplar do que, tradicionalmente, circula em dicionários especializados em linguagem como o citado, assim como em dicionários de língua portuguesa.

Entre os pontos que chamamos a atenção é a hierarquia naturalizada entre os níveis de uso. Pensando discursivamente, não se trata de uso, mas da relação do sujeito com a língua. Além disso, o fato de a linguagem colocada como “urbana” constituir-se heterogeneamente, não se dar em bloco e sujeitos “urbanos” também produzirem fatos de “hipercorreção”. Ou seja, tais fatos não são restritos à produção de falantes da zona rural, ideia que também constitui o imaginário do falar “errado”.

Outra consideração relevante é que, a nosso ver, não é necessária a ascensão social para que se produza “hipercorreção”. Essa afirmação é possível ser feita, visto que recolhemos enunciados produzidos por reeducandos⁶⁵ de unidades prisionais que não mudaram de posição social, tampouco têm essa perspectiva e, no entanto, produzem vários traços linguísticos “hipercorrigidos”.

Também é importante dizer que não é indispensável o contato direto com a escola, pois o discurso escolar relacionado ao modelo de língua “correta” não se constitui somente naquele espaço. Crianças que ainda não foram para

⁶⁵ Os enunciados citados fazem parte do IV capítulo em que apresentamos uma análise de diferentes traços de “hipercorreção”

escola também produzem “hipercorreções”⁶⁶. A esse respeito, podemos dizer que o imaginário de uma língua una, homogênea que circula em relação à língua em nossa sociedade é produzido ideologicamente e pensamos como Pêcheux que “[...] essa penetração-inculcação não tem origem na Escola, que não passa de um dos lugares de sua [a da ideologia] realização.”(PÊCHEUX, 1995, p. 224).

Em relação ao funcionamento do dicionário, é importante enfatizar que “como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos”. (NUNES, 2006, p. 18).

Nessa perspectiva, observamos que os autores ao produzirem seus dicionários fazem diferentes recortes. Tanto ao omitirem o verbete “hipercorreção” como ao falarem sobre ele. Para isso, às vezes, utilizam-se de outros termos como forma de referência, às vezes, apresentando exemplos, noutras não. De qualquer modo, na maioria dos dicionários observados, tais definições constituem-se de um repetível: o fato “hipercorreção” é concebido como um “erro” ou como um “vício de linguagem”. Conforme Orlandi, em seu texto “Ética e Política Linguística”, “o saber metalinguístico que produzimos, e que deve estar à disposição de todos na sociedade, já traz inscritas suas direções e consequências no momento mesmo em que o formulamos.” (ORLANDI, 1998, p. 15),

As definições de “hipercorreção” registradas nos diferentes dicionários possibilitam-nos perceber o funcionamento do imaginário de língua que constitui a hierarquização entre diferentes formas linguísticas e, conseqüentemente, entre os diferentes sujeitos. A nosso ver, a repetibilidade de sentidos negativos atribuídos a esse fato da linguagem é um efeito do funcionamento ideológico⁶⁷, produzido por um imaginário de língua una, homogênea, que se mostra nos gestos de

⁶⁶ No capítulo em que apresentamos a análise de alguns fatos de “hipercorreção” recorrentes, citamos o enunciado de uma criança com apenas quatro anos sem nunca ter frequentado uma escola. “Você não vai escovar as minhas línguas?”. Ressaltamos que, segundo a mãe desta criança, ela falava “muito melhor do que sua irmã mais velha”.

⁶⁷ Vale retomar as noções de memória constitutiva e memória institucionalizada (cf. Orlandi, 2007, p. 67-68) que já foram discutidas na seção em que tecemos considerações sobre o preconceito linguístico, mas que também contribuem para fundamentar a reflexão que aqui desenvolvemos.

interpretação que constituem as definições que estão, entre outros, nos dicionários que observamos.

Os gestos de interpretação que constituem os dicionários se repetem na maioria das gramáticas e em outros espaços como os manuais do “bem falar/escrever”, mídias impressa, eletrônica, televisiva, radiofônica.

Enfim, a nossa busca do verbete “hipercorreção” e os seus sinônimos relaciona-se ao fato de uma leitura discursiva de dicionários ser uma possibilidade de lidar com os efeitos ideológicos que constituem esses instrumentos tecnológicos. Daí podermos observar a recorrência em que alguns sentidos são apagados, silenciados, enquanto outros são repetidos, oficializados, postos como únicos.

IV. 3 “Hipercorreção”: não “erro”, mas equívoco

Considerar a *língua* como instância possível da diferença implica, sobretudo, abalar a noção de totalidade, admitir o fato de que nela há espaço para o possível e o impossível. Este último, emergente pela via do *equívoco*, onde encontra abrigo a *variação*, compreendida como diferença, como interdito ou mesmo como vacilo. (RASIA, 2010, p. 61).

Retomando a definição do verbete “hipercorreção” e de seus sinônimos: *ultracorreção*, *superurbanismo*, *hiperurbanismo* presentes nos dicionários especializados em linguagem, assim como em vários dicionários de língua portuguesa, é recorrente a afirmação de que seja “erro” ou “vício” de linguagem.

A nosso ver, a “hipercorreção” não é um “erro”, mas equívoco, materialidade da relação entre língua com a historicidade. Nas palavras de Gadet e Pêcheux, o equívoco⁶⁸ “aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

⁶⁸ Aqui, trazemos a definição dicionarizada de equívoco, a fim de ficar mais visível o deslocamento feito por Pêcheux: adj. Que tem duplo sentido: palavra equívoca. Suspeito, duvidoso: reputação equívoca. S.m.. Engano por *má* interpretação; *erro*. Trocadilho, jogo de palavras. [Disponível em http://www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br) . (grifos nossos).

Em relação a isso, Orlandi chama a atenção para o fato de a Análise de Discurso trabalhar “justamente no lugar em que o equívoco faz parte da língua e esta se inscreve na história. Ou seja, no lugar em que a língua faz sentido.” Por isso dizer que a “materialidade discursiva é linguística e histórica”. (ORLANDI, 1994, p. 306) e que o equívoco é dessa ordem.

Assim, o que produz o equívoco “é a inscrição da língua (capaz de falha) na história”. (ORLANDI, 1999, p. 21). Ainda conforme a autora, o equívoco é a “falha da língua na história”. Desse modo, “já é fato de discurso”. Isso porque “o sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar (se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia. (*op. cit.* p. 21).

Para Leandro Ferreira (2000) equívoco é “a emergência do jogo do significante na materialidade da língua que desestabiliza o previsto e sinaliza a irrupção do desejo inconsciente, a falta, o excesso, o parecido, o absurdo, fatos que rompem o fio do discurso e provocam impacto diretamente no fazer e desfazer sentidos”. Ainda de acordo com a autora, dizemos que:

[...] a relação com o *equívoco* afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da *falta*, do *excesso*, do *repetido*, do *parecido*, do absurdo, do non sense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há em comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 108). (grifos nossos).

Vemos os casos de “hipercorreção” como ruptura do fio discursivo e o nosso interesse é analisá-los enquanto lugares de explicitação da relação entre língua e história, na falha da língua.

A nosso ver, a “hipercorreção” se constitui enquanto modo específico de produção de equívocos. Nessa perspectiva, citamos Nunes que também enfatiza que a noção de equívoco não corresponde a ideia de “erro”:

[...] não se trata de um mal entendido ou de um engano. O *equivoco* da língua é estruturante para o discurso, é ele que permite que haja cruzamentos de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico. É igualmente o que faz com que a *ideologia não* seja uma máquina de assujeitamento sem falhas, estando sempre passível de reestruturação. (NUNES, 2006a, p.31).

Consideramos fundamental a reflexão de Nunes, quando pensamos a “hipercorreção” enquanto equívoco, pois, conforme o autor “permite o cruzamento de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico”. (*op.cit.*, p.31).

Merece ser ressaltado o fato de pensarmos esta questão como equívoco e não como contradição, porque, como sabemos, a contradição é constitutiva de todo e qualquer processo discursivo. Ou, ainda, como diz Courtine, “a contradição constitui um *princípio teórico* que intervém na representação do real histórico”. (COURTINE, 2009, p.35). (grifo do autor).

IV.3.1 Sujeito da “hipercorreção”: clivado, heterogêneo, desassossegado, vacilante⁶⁹ ...

Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi um só. Aí, o problema. (COUTO, 1987, p. 85). (Grifos nossos).

Nesse ponto, ressaltamos o fato de o sujeito, na perspectiva discursiva, ser concebido como descentrado, cindido e heterogêneo, embora haja um processo que produz um apagamento do que o constitui. Um processo que está relacionado ao que Pêcheux (1997, p.163) trata como dois esquecimentos.⁷⁰

⁶⁹ O termo “vacilante” foi inspirado na tese de doutorado de Rosana Paulillo (2004), em que a autora desenvolve um estudo sobre os modos com que se configura a enunciação vacilante no discurso sobre si (instância estritamente subjetiva em situações de conversação íntima).

⁷⁰ Para evitar uma compreensão equivocada em relação ao termo “esquecimento”, Pêcheux alerta que não se trata de um “distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próximo* o ‘sujeito falante’, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda ignorância de causa.” (PÊCHEUX, 1997, p. 238). (grifos do autor).

Segundo o teórico, por este processo apaga-se para o sujeito aquilo que o determina. Assim, pelo esquecimento *nº 1*, denominado de esquecimento ideológico, o sujeito é afetado pela ilusão de ser a origem do que diz, como se as palavras fossem de sua propriedade e surgissem no momento em que enuncia. O esquecimento *nº 2*, por sua vez, concerne à ilusão do sujeito de que o enunciado que produz só poderia ter sido do modo como ele produziu.

Como o sujeito é capaz de “[...] um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro.[...]”, Pêcheux trata o 2º esquecimento como “do tipo pré-consciente ou consciente”. Enquanto o esquecimento nº 1 é de natureza inconsciente, produzido numa zona inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. (1997, p.177).

Para pensar sobre o que faz com que o sujeito produza “hipercorreção”, trazemos Payer que trata da relação do sujeito com a língua, refletindo sobre o incômodo que as pessoas sentem com a língua que usam no cotidiano, a ponto de procurarem “enfeitá-la”:

[...] mesmo uma criança pode notar – ainda que sem compreender inteiramente – em seu grupo social, os familiares, seus pais, por exemplo, ‘arrumarem’ a própria língua diante de estranhos, publicamente. Situação em que o *sujeito* se encontra exposto aos efeitos de um certo modo de *relação com a língua* que parece abrir aspas sobre a linguagem comum de todo dia, tornando-a estranha ao suspender-se a familiaridade com que é normalmente praticada. Cria-se assim para a língua familiar o efeito de ser outra, diferente das evidências de si própria, mas o que pode fazer com que a língua comum de todo dia possa incomodar, levando os sujeitos a se apresentarem a si próprios como estranhos, isto é, como fora da evidência natural do seu dizer? – pode se perguntar a criança. (PAYER, 2006, p.14) (grifos nossos).

Podemos relacionar a reflexão de Payer à sequência discursiva de uma das entrevistadas que apresentamos no III Capítulo. O fato é que, quando perguntamos se conhecia alguém que ‘enfeita’ o jeito de falar, ela nos disse que

conhecia e que se tratava de sua mãe: “Eu percebo. Quando a gente tá só em casa, ela fala ‘nóis’ e quando ela tá com outras pessoa ela fala ‘nós’ (risos)”.

Consideramos a necessidade de nos remeter, novamente, ao funcionamento da noção discursiva de *ideologia* pois, a nosso ver, está estreitamente ligada não só aos efeitos de sentidos em enunciados como o citado acima, mas também à produção de “hipercorreção”.

Em outros termos, não conseguimos pensar o processo de formulação desses fatos linguístico-discursivos sem levar em conta o funcionamento ideológico.

VI.3.2 O funcionamento ideológico na produção da “hipercorreção”

Orlandi esclarece como o processo ideológico é concebido na Análise de Discurso:

[...] não definimos a ideologia como resultando de relações entre classes com seus conteúdos já dados, mas sim discursivamente como transposição de certas formas materiais (isto é, linguístico-históricas) em outras, ou seja, como simulação [...] em que sentidos são projetados em outros, transparências são construídas para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas. Nessa transposição apaga-se a materialidade específica das condições de produção dos sentidos. O efeito-interpretação produz pois sentidos de um só lugar universalizando-os, estabelecendo assim a imagem do ‘preciso’, do ‘pleno’, do ‘único’, do ‘eterno’, do ‘definido. É assim que consideramos a ideologia no encontro do simbólico com o imaginário, o que nos autoriza a dizer que a ideologia não é ‘x’, mas o mecanismo de produzir ‘x’. (ORLANDI, 1997, p. 11).

Ainda explicando o que é a ideologia na perspectiva da Análise de Discurso, Orlandi afirma que “ela [a ideologia] se define pelo fato de que o sentido tem uma direção historicamente determinada em um imaginário social que é político.” (*ibidem*, p. 296).

Diante disso, a “hipercorreção” pode ser tratada enquanto uma forma material discursiva, que acontece porque há uma normatividade, um imaginário de

“correção” de língua construído ao longo da história. Ou seja, há uma injunção de “uma forma correta” da língua que constitui o desejo⁷¹ do falante de se expressar “corretamente”.

Essa noção pode ser vista como um gesto de interpretação, um ato simbólico porque se trata de uma relação do sujeito com a língua de algum lugar da história e com uma certa direção. Ou seja, aponta para o funcionamento ideológico e para a relação constitutiva entre língua e a historicidade posta na relação do sujeito com a língua;

Para nós, a “hipercorreção” é um indício do trabalho da ideologia no próprio significante, considerando que é no discurso que a ideologia se materializa, e é na língua que o discurso tem sua materialidade específica. Assim se produz o equívoco que está na base da “hipercorreção”.

Nesta reflexão, também é produtivo retomar a distinção proposta por Orlandi (2009, p. 18), entre duas noções de língua: a *língua imaginária* e a *fluida*. A primeira trata da “língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações [...] a língua gramatical” (*op.cit.*, p. 18). A segunda noção é a de língua fluida: “a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição dos sentidos, nas condições de produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente”. (*ibidem*). A autora afirma que quando trabalhamos com a língua em funcionamento trabalhamos “com esta relação tensa e contraditória entre a língua fluida/língua imaginária”. (ORLANDI, 2009, p. 19). Isso porque, “não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos”. (*op.cit*, p.18.).

Assim, podemos pensar a “hipercorreção” como sinal do (des)encontro entre o efeito da língua *imaginária* e o funcionamento da língua *fluida* (cf. Orlandi, 2009, p. 18-19). Nesse sentido, diríamos que é produto da disjunção entre essas duas noções de língua. Também podemos tratar a “hipercorreção” enquanto

⁷¹ Frisamos que esse desejo é sempre inconsciente

indício da tensão existente entre a língua imaginária e a fluida, constituindo uma instância de vacilação discursiva. O sujeito que produz “hipercorreção” diz sobre a língua sob o efeito de memórias distintas: a memória discursiva ou interdiscurso e a memória de arquivo, a institucional. (ORLANDI, 1996). A nosso ver, este fato discursivo emerge da memória discursiva que constitui o sujeito falante e funciona para ele como uma evidência da linguagem, como indissociável da língua que fala.

Além disso, compreendemos um traço linguístico “hipercorrigido” como um indicio de que o sujeito está desassossegado com o modo de falar que lhe é “próprio”. Nessa perspectiva, a “hipercorreção” está relacionada ao desejo de acertar do sujeito, (re)produzindo uma imagem de alguém que “sabe falar/escrever”, ou seja a I(A(B(R))). É um desejo inconsciente do sujeito, não do indivíduo em si, pensado empiricamente, pois se trata de posição sujeito.

O desejo, assim como o desassossego a que nos referimos, não é produto da individualidade, já que é constituído ideologicamente. Não é do indivíduo, visto que é social, mas se realiza nele. Nesse sentido, é necessário lembrar que na “hipercorreção” há o funcionamento do preconceito e “pela teoria do discurso se pode considerar que ideologia e inconsciente estão materialmente ligados na produção de sentidos”. (ORLANDI, 1994, p. 294).

Observamos, na própria materialidade da “hipercorreção”, fica marcado ou o desassossego do sujeito, quando rejeita formas “marginais” da língua (“paia” > “maquilhar”; “craro” > “pomal”; “nós fala” > “o estudo revelaram”); ou o seu desejo de não ser humilhado pelo modo como fala, quando busca “imitar” traços linguísticos tidos como constitutivos de um “bem dizer” (“ele vai cantar” > “ele estar aqui”; “vassoura” > “professoura”).

Os fatos de “hipercorreção”, a nosso ver, são traços de um imaginário de língua una, em que há somente uma forma de realização que é considerada “correta”, que coincide com a materialidade da escrita. Conforme Pfeiffer, há, na escrita, “a legitimação de uma forma linguística em confronto com várias outras que estão em funcionamento em um mesmo espaço linguístico” (PFEIFFER,

2005, p. 34). Acrescentaríamos que não é só na escrita que se impõe uma forma como a legítima.

Assim, a “hipercorreção” pode ser vista como um sintoma de que o sujeito “sabe” que “não saber ‘a’ língua” significa ficar “fora”, “à margem”, ou seja, vestígio da busca do sujeito/falante em participar dos sentidos legitimados já postos ao reproduzir determinados significantes.

Nessa direção, os fatos de “hipercorreção” são traços linguístico-discursivos constitutivos de uma língua outra, a língua institucionalizada⁷², e marcam um (des)encontro destes universos. Tais fatos presentes num enunciado nos permitem pensar na formulação enquanto um dos momentos do processo discursivo.

Assim, pensamos a formulação de um traço linguístico “hipercorrigido” como um espaço privilegiado de escuta, “de entrada no modo de constituição do sujeito, no sentido e na história.” (ORLANDI, 2001, p.15).

Refletir sobre o processo de produção dos fatos de “hipercorreção” nos possibilita pensar a divisão da nossa sociedade presente nos próprios modos como os sujeitos são constituídos pela língua. Além disso, esses fatos permitem-nos perceber como os sujeitos são divididos neles mesmos. Melhor dizendo, esses traços “intrusos” funcionam como um observatório do modo como os sujeitos dividem-se entre o modo de falar que lhe é próprio e o modo de falar que lhe é (im)posto sócio-histórica e ideologicamente.

IV.3.2.1 No fio de nossas reflexões, outra contribuição sobre os “traços intrusos”

Para a nossa discussão, também são bastante proveitosos os trabalhos que Payer desenvolve há algum tempo. Além da relação entre o italiano e a língua

⁷² Conforme dissemos anteriormente, quando falamos em língua institucionalizada levamos em conta que há todo um processo de constituição da língua nacional que se intensifica no século XIX, e que, neste processo, se constitui a “institucionalização da relação do sujeito (brasileiro) com a língua (portuguesa), ao mesmo tempo em que se constituem os lugares de representação (escola, gramática, manuais, literatura) de nossa forma de sociedade [...]. (ORLANDI, 2002, p. 155).

nacional, a autora também discute a relação sujeito imigrante e essas línguas, considerando o silenciamento a que foi submetido o italiano pelas políticas linguísticas de Estado.

Importa lembrar que, diferentemente da abordagem feita por ela, tratamos da relação de sujeitos brasileiros com a língua nacional, tomando como observatório fatos de “hipercorreção”. Assim, enquanto Payer faz uma abordagem sobre a presença de traços da língua italiana na língua portuguesa, nós trabalhamos com traços da língua nacional presentes na língua materna de alguns brasileiros.

Embora tenhamos objetivos distintos, consideramos valiosa a reflexão feita pela autora para compreendermos melhor a relação entre a língua institucionalizada e a materna e/na produção da “hipercorreção”.

Conforme Payer (2006, p. 12), “a língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva que a acompanha, de um material inseparável do sujeito que ela constitui.” Assim, ao levarmos em conta a afirmação feita pela autora no que concerne ao português produzido pelo sujeito imigrante marcado por traços do italiano, podemos pensar no estranhamento do sujeito brasileiro em relação à língua nacional.

Também é interessante retomar outros questionamentos feitos por Payer, no que diz respeito à distinção entre as línguas materna e nacional, já abordadas ao longo deste trabalho. De acordo com a autora, é necessário distingui-las tanto de modo empírico (analítico), questionando “[...] quais são as línguas em questão, qual a sua materialidade, qual o seu funcionamento nas práticas de linguagem; quanto de modo teórico: [...] como funcionam no mesmo sujeito de linguagem as diferentes dimensões de língua nacional e de língua materna?” (PAYER, 2009, p. 51). Como o mesmo sujeito lida com a tensão existente entre essas duas dimensões de língua?

A nosso ver, é bastante produtivo o fato de a autora estender a sua reflexão sobre a memória da língua, na imigração italiana, para o contexto que envolve a nossa pesquisa. Dito de outra forma, interessa-nos o que Payer afirma

sobre o fato de que “[...] mesmo para contextos e sujeitos monolíngues, as dimensões de língua nacional e de língua materna funcionam [...] Elas se expõem como dimensões discursivas resultantes de mecanismos de poder, que engendraram a concorrência entre língua nacional e língua materna como parte mesmo do dispositivo de objetivação do sujeito moderno.” (PAYER, 2009, p.53).

A “hipercorreção” pode indicar “um lugar de língua, modo de presença que funciona nas formas próprias do trabalho simbólico do esquecimento.” (PAYER, 2003, p. 223). Desse modo, é-nos possível tratar os fatos de “hipercorreção” enquanto traços da memória discursiva, enquanto elementos estranhos à forma da língua portuguesa que está sendo falada/escrita. Melhor dizendo, os sujeitos que produzem tais fatos linguístico-discursivos, numa tentativa de deslocamento, de “fuga” da forma de língua que lhe é própria, recorrem a traços da língua portuguesa em sua forma institucionalizada. Forma que tem a sua legitimidade por ter uma gramática, ser dicionarizada, ensinada na escola. Daí ser uma língua desejada: “todos” querem ter a língua legítima.

Nessa perspectiva, a produção de traços “hipercorrigidos” pode estar ligada com o fato de que mesmo que “a língua não seja falada mas tenha sido ouvida indica uma forma de presença opacificada, diluída. Sua memória é difusa. Seu lugar no sujeito é remoto. Sua matéria é esgarçada.” (PAYER, op.cit., p. 224).

Assim, pensamos na forma da língua brasileira que se apresenta como uma língua “estranha” para algumas pessoas que não a falam, mas que a ouvem e sabem que há traços dessa língua que dividem os brasileiros de forma muito violenta. Acrescentamos, vemos as “hipercorreções” como traços intrusos de uma forma de língua cujo funcionamento é estranho a alguns brasileiros que a conhecem vagamente, que têm uma relação frouxa com a língua normatizada.

Relacionando as palavras de Payer com o nosso estudo, pensamos os fatos de “hipercorreção” como vestígios de denegação de marcas da língua materna dos sujeitos envolvidos em diferentes práticas linguísticas.

Para nós, a produção de “hipercorreção” tem a ver com a relação do sujeito com a memória de língua gramatizada que se impõe para ele. É nesta

relação que se produz um desassossego⁷³ e o conseqüente desejo do sujeito “arrumar” a língua diante do olhar do outro. A preocupação com o falar “correto” faz com que fatos de “hipercorreção” sejam produzidos na oralidade e na escrita.

A nosso ver, a produção destes fatos linguísticos pode estar diretamente relacionada à questão de nossa sociedade ser constituída pelo preconceito linguístico que é um preconceito contra o próprio sujeito. Essa censura que vem junto com a normatividade atinge as possibilidades do sujeito de se significar, atinge o sujeito como um todo, pois, conforme foi dito, não se separam *sujeito e linguagem*.

IV.4 Análise/sistematização de “hipercorreções” recorrentes no *corpus*

No âmbito do quadro discursivo, vai importar não o que está dentro, mas tudo aquilo que está fora dos limites formais da língua, por constituir indício de ruptura. Assim, o que falta (a elipse) ou o que excede (a incisa), ao romper o ideal de completude da linguagem, rompe igualmente o fio discursivo e, por isso mesmo, passa a interessar como objeto de análise, como espaço de reflexão. (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 106).

Para iniciar esta seção, relacionamos as palavras de Leandro Ferreira com fatos de “hipercorreção” que estão fora dos limites formais da língua, rompem o fio discursivo.

Para a nossa análise, selecionamos alguns fatos de “hipercorreção”⁷⁴ e encaminhamos a nossa discussão em relação a eles enquanto exemplos de espaços privilegiados para observarmos o trabalho histórico na/da língua. Conforme Payer (2006, p. 12), “a língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva que a acompanha, de um material inseparável do sujeito que ela constitui.”

⁷³ O termo “desassossego” tomamos emprestado de S. Rolnik, citado por Orlandi (2009b, p. 226).

⁷⁴ Há vários outros fatos linguísticos que, a nosso ver, poderiam ser considerados como “hipercorreção”, mas que não são parte de nossas reflexões. Por exemplo, alguns que são da ordem da escrita e estão relacionados à acentuação (uso dos acentos agudo, circunflexo e crase) e à pontuação (vírgula deslocada, pontos de exclamação, interrogação ou final). O que nos leva a pensar é o fato de, no processo de alfabetização, a aprendizagem desses sinais ser posterior a outras convenções características da modalidade gráfica.

Nesse sentido, enfatizamos que tais fatos como marcas linguísticas “não valem por sua evidência empírica e formal”. Como pistas “não são auto-evidentes. As evidências já são efeitos, matéria produzida. [...] são construções com efeitos de caráter ideológico.” (ORLANDI, 1994, p. 302-3).

Assim, pensamos os fatos de “hipercorreção” em sua constituição ideológica. O que significa dizer que é necessário ter o cuidado para não restringir a análise a uma descrição de fatos de “hipercorreção” sem nos remeter às formações imaginárias, levando em conta que o falante tem, entre outras, uma imagem de si, de seu interlocutor e da língua que está funcionando. E é esse jogo de imagens que faz com que busque se inscrever na posição-sujeito que fala “bem”.

Muito mais do que enumerar os casos de “hipercorreção”, o nosso objetivo é observar o que rege a produção desse fato linguístico. Em outras palavras, para nós interessa perceber o modo como o funcionamento ideológico se materializa nessas formas linguístico-discursivas. Assim, o que nos interessa é compreender o funcionamento discursivo da “hipercorreção” e, embora não tenhamos o objetivo de elaborar uma tipologia de fatos de “hipercorreção”, à medida que avançamos em nossas análises, observamos que há um funcionamento distinto entre eles, há regularidades a serem discutidas e sistematizadas.

Citamos como exemplo de funcionamentos diferentes de “hipercorreção”, o contraponto entre o lambdacismo como [‘sElebru]; [flor de ziaco] e a ditongação [profe‘soura]; [pra‘zeirozo]⁷⁵, sendo que o primeiro fato de “hipercorreção” pode estar ligado ao desassossego do falante diante de formas linguísticas censuradas em nossa sociedade. Ou seja, este fato de “hipercorreção” se produz para escapar do rotacismo que é tido como um “erro” relacionado a pessoas que “não sabem falar/escrever”.

⁷⁵ Referência a “cérebro”; “afrodisíaco”; “professora”; “prazeroso”, respectivamente.

A ditongação, por sua vez, podemos relacionar com formas linguísticas que, no imaginário de língua homogênea, funcionam como as “corretas”, considerando que estão associadas à língua escrita. Ou seja, esse modo de “hipercorrigir” é, a nosso ver, distinto do anterior porque não se trata de evitar uma forma, ao contrário produz-se a “hipercorreção” no desejo de imitar um traço ligado diretamente à escrita e, sendo assim, funciona no imaginário como traço produzido por falantes que “sabem falar/escrever”.

Em relação ao nosso estudo, o que nos chamou/chama a atenção no que concerne à recorrência de casos de “hipercorreção” é o fato de considerarmos que o repetível é histórico. Nessa perspectiva, considerar os fatos de “hipercorreção” como objeto de análise discursiva é considerar a sua materialidade linguística, a opacidade da língua, a sua historicidade. Dito de outro modo, é procurar articular esses fatos linguístico-discursivos às condições em que são produzidos.

Nesse sentido, observamos que há uma contraposição entre alguns traços que caracterizam a forma de língua que tomamos como materna e outros traços que identificamos como sendo da língua institucionalizada. E o nosso interesse é refletir sobre essas diferenças ao tomarmos fatos de “hipercorreção” como objeto de análise.

Conforme dissemos, olhamos a “hipercorreção” de uma perspectiva diferentemente da tradicional, que a trata como “erro”. Consideramos esse fato como equívoco e, conforme Orlandi (2002, p.68), o equívoco é a possibilidade do sentido outro: “é a falha da língua na história.” Ou seja, é fato da significação.

A nossa proposta, aqui, é dar visibilidade a sentidos dados a determinadas marcas linguísticas resultantes do funcionamento ideológico no/pelo apagamento do trabalho histórico e político inscrito em enunciados que circulam, recorrentemente, em nossa sociedade. Como dissemos, para o sujeito que enuncia, essas marcas funcionam como constitutivas da língua, como evidência produzida pelo mecanismo ideológico.

Na formulação dos fatos de “hipercorreção” podemos observar como a memória discursiva se atualiza, materializando-se de diferentes formas, enquanto efeito de pré-construído. Dito de outra maneira, é possível se notar como o discurso se textualiza em traços fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais.

Para nós, é relevante lembrar que Payer afirma que “enquanto sujeitos de linguagem somos colocados, constantemente, em condições de re-produzir discursos, com suas memórias próprias”. Conforme a autora, utilizamos: “palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer etc” (PAYER, 2006, p.13), embora não nos demos conta das memórias que carregam e/ou que desencadeiam em outros.

IV.4.1 Algumas regularidades observadas no *corpus* constituído

Conforme dissemos, o objetivo geral de nosso estudo é procurar compreender melhor a relação sujeito/língua observando fatos de “hipercorreção”. Para isso, em nossa análise consideramos o funcionamento discursivo de tais fatos como marca formal da eficácia ideológica do discurso da norma, da língua una, considerando a homogeneidade ideal em contraposição à diversidade real.

Outro ponto a ser enfatizado concerne ao fato de as marcas linguísticas não serem suficientes para atingirmos o discurso. Nesse sentido, é fundamental que a sua exterioridade seja considerada.

Nesse ponto, trazemos exemplos de “hipercorreção”, traços linguístico-discursivos frequentes em textos orais e escritos que constituem o *corpus* de análise. Enfatizamos que pensamos as regularidades como gestos de interpretação que remetem a formas linguísticas enquanto pre-construídos,⁷⁶ aqueles que “fornecem a ancoragem linguística da tomada do interdiscurso”, traços de construções anteriores (MALDIDIER, 2003, p. 35), combinações da

⁷⁶ Chamamos a atenção ao fato de o pre-construído ser uma das noções que se situam no fio das reflexões de Pêcheux, no entanto é um termo que foi proposto por Paul Henry e que “designa uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação. [...] remete-se às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação.” (COURTINE, 2009, p. 74).

língua, já ‘usados’ em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência. Tais traços podemos observar tanto nos traços que nos remetem a formas linguísticas a serem imitadas, quanto naqueles que nos remetem a formas a serem evitadas.

Para nós, é possível tomar a noção de pré-construído e relacioná-la com os traços linguísticos “hipercorrigidos”, considerando que são fatos linguísticos que nos permitem “pensar e apreender o interdiscurso”. (MALDIDIER, 2003, p. 36). Relacionada a essa questão, reportamo-nos a distinção entre *marcas e propriedades do discurso*, que nos é importante no processo de entendimento de nosso objeto de estudo:

[...] segundo esta distinção, as marcas dizem respeito à organização interna do discurso e as propriedades põem em causa a totalidade do discurso em relação com suas condições de produção. Ao apreendermos *certas marcas* [no nosso estudo, as de ‘hipercorreção’] temos de considerar o *modo* como elas aparecem no discurso, ou seja, temos de estabelecer sua função em relação à propriedade do discurso que é o objeto da análise. Só quando referimos o esquema gramatical (traços ou marcas) às propriedades é que estamos caracterizando um discurso em sua especificidade. (ORLANDI, 1994, p. 305).

Há um imaginário de “correção” de língua que se materializa em traços linguísticos que constituem a língua materna em contraposição a traços que caracterizam a forma legitimada de língua. Em relação a esse fato, importa considerar o que dizem Megid e Furlan:

A construção desta ou daquela pronúncia assim como daquilo que se definiu como variedade padrão da língua não é ancorada em conceitos linguísticos que indicam uma forma melhor, superior ou mais eficiente do que outra. Ao contrário, essa *seleção valorativa* é feita com base em *processos ideológicos* produzidos em momentos históricos específicos e que se inscreveram no discurso sobre a *língua nacional*. (MEGID; FURLAN, 2009, p. 17) (grifos nossos).

Tomando alguns traços linguísticos do nosso material de análise, ligamos ao que Silva Neto, em 1946, publica em seu livro⁷⁷, sobre o fato de, no seu ponto de vista, a estrutura linguística corresponder à estrutura social. Ele acentua que a “nossa sociedade semelha uma pirâmide em que os grupos sociais estão dispostos uns acima dos outros”. Nesse sentido, ele cita Veblen que “provou que cada grupo ou camada social procura assimilar as particularidades da camada adjacente superior e evitar as da camada adjacente inferior.” (SILVA NETO, 1946, p. 29). Assim:

[...] cada língua apresenta certo número de camadas, que se caracterizam por tendências *positivas* (imitação ao estrato superior) e *negativas* (evitar o estrato inferior). A classe superior caracteriza-se, sobretudo, pelas tendências *negativas* – ela evita tudo o que é característico das outras camadas da sociedade. (SILVA NETO, 1946, p. 30).

Para Schaller (2001): “não temos mais a representação de classes, verticais, formando uma pirâmide em que estariam na base os mais pobres e no ápice a classe alta, podendo haver mobilidade em relação à ascensão. Os sujeitos seriam então incluídos ou excluídos socialmente.” Ainda citando o autor, Orlandi enfatiza que, na contemporaneidade, não se trata dessa representação da relação de classes. Atualmente, a representação desta relação é horizontal: “ou se está dentro ou se está fora. As relações não são de inclusão/exclusão mas de segregação. Uma vez segregado, é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais.” (ORLANDI, 2009, p. 20).

De acordo com o que dissemos anteriormente, a questão da (re)produção de determinados traços linguísticos não se restringe a um lugar social, pois o que consideramos é o funcionamento ideológico. É ele que faz com que “*todos* queiram” reproduzir traços que se sustentam no imaginário de língua “correta”. Imaginário este em que ainda reverbera a separação do falar urbano e o rural, entre outras. A divisão que se põe distingue quem “sabe falar” e quem “não

⁷⁷ Referimo-nos a essa obra de Serafim Silva Neto no III capítulo em que discorremos sobre a relação sujeito/língua ao longo da história. (1946).

sabe” e esta distinção está relacionada ao desejo de se evitar traços linguísticos que imaginariamente caracterizam um falar “da roça e de analfabetos”, como disse um dos entrevistados de nossa pesquisa.

Considerando que, conforme Orlandi “a análise das formas linguísticas em si são marcas, traços materiais cujo sentido não é visível por si. Não dizem, em si, nada sobre as regularidades de um discurso” (ORLANDI, 1994, p. 305), citamos algumas das regularidades encontradas nas “hipercorreções” que constituem o nosso *corpus* de análise.

Pensamos numa operação metodológica que não reduza a reflexão a uma tipologia e é nesse sentido que trazemos alguns fatos de “hipercorreção” para observar seu funcionamento. Dito de outro modo, descrevemos algumas das sistematicidades da língua inscritas nos fatos de “hipercorreção” que, nessa perspectiva, merecem um olhar mais atento ao seu funcionamento, considerando as suas condições de produção.

IV. 4.2 Exemplos de “hipercorreção” em diferentes ordens do sistema linguístico

Para nos contrapor a exemplos de “hipercorreção” que tocam apenas a ordem fonológica⁷⁸ da língua, bastante recorrentes em dicionários de língua portuguesa, consideramos necessário citar fatos discursivos que sinalizam que o imaginário de língua “correta” (ou de língua “errada”, “feia”...) pode se constituir de sistematicidades de diferentes ordens: fonológica, morfológica, sintática, semântica, não se restringindo a uma ordem específica. Para ilustrar, citamos alguns exemplos que constam no nosso material:

Ordem	Alteração	Exemplares
<i>Fonológica</i>	/r/ > /l/	“derrame cerebral” > “derrame celebral”
<i>Morfológica</i>	/Ø/ > /s/	“eneØ coisas” > “enes coisas”

⁷⁸ Em vários dicionários em que examinamos a definição de “hipercorreção”, observamos a recorrência de exemplos que remetem a ordem fonológica: “paiol” > “palhol”; “saia” > “salha”; “tramoia” > “tramolha”; “atocaiar” > “atocalhar”, entre outros.

<i>Sintática</i>	Sintagma nominal no singular concorda com sintagma verbal no plural ⁷⁹	[o problema acabou] > [o problema acabaram]
<i>Semântica</i>	≠s significados	“adrenalina” > “naftalina”

Diante disso, podemos pensar a “hipercorreção” enquanto fato linguístico-discursivo que se apresenta em um enunciado e que pode ser da ordem da fonética, morfologia, sintaxe ou da semântica. Equívoco produzido pelo desejo constituído ideologicamente de falar/escrever de acordo com a forma linguística considerada como ideal e sinaliza um descompasso entre língua materna e língua nacional (gramaticalizada, normatizada, institucionalizada).

Nessa perspectiva, pensamos na língua nacional que se constitui por traços de diferentes ordens (fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos, semânticos) e muitos falantes não têm acesso ou têm acesso insuficiente para que percebam o sentido que constituem alguns traços linguísticos quando estão em funcionamento. Assim, a nosso ver, a “hipercorreção” sinaliza que o sujeito desconhece o sentido que alguns traços produzem quando em funcionamento em um enunciado. No entanto, estes traços vêm à tona.

IV.4.3 Regularidades nos fatos de “hipercorreção”: traços linguísticos evitados/rejeitados/censurados e/ou imitados/reproduzidos

Lembramos que todo o discurso é constituído pelas formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997), e os diferentes sujeitos, considerando a imagem que têm de si mesmos, a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele, assim como a imagem que têm do referente, no caso, a língua, produzem esses diferentes traços linguísticos.

Nesse ponto, voltamos à noção de mecanismo de antecipação que é bastante cara à análise que desenvolvemos. Conforme esta noção, o sujeito

⁷⁹ Dino Pretti coloca entre as características da “norma popular” a “economia nas marcas de plural”. Nesse fato de “hipercorreção” ocorre exatamente o inverso (1994).

antecipa o que seu interlocutor irá pensar ao seu respeito e organiza seus enunciados sustentado nesse mecanismo. Como diz Orlandi,

[...] todo sujeito tem capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor 'ouve' suas palavras". Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 2001, p. 39).

Assim, o sujeito que produz "hipercorreção", coloca-se no lugar de seu interlocutor e constrói seu enunciado de um determinado modo que traz à tona traços linguísticos que constituem as formas da língua que ele imagina que o outro diria, considerando o imaginário de língua que circula. O efeito de sentidos que "deseja" produzir e a imagem que "gostaria" de constituir é de alguém que "sabe" falar "a" língua.

Ainda levando em conta o mecanismo de antecipação, podemos dizer que o sujeito na posição de quem produz "hipercorreção" traz à tona, também, o imaginário de povo que predomina em nossa sociedade como "pessoas que não sabem falar/escrever". Este sujeito, inconscientemente, não deseja ser visto como uma delas.

É necessário chamar a atenção para o fato de que os exemplos citados foram produzidos nas mais diferentes condições de produção. Não só porque os enunciados são de diferentes naturezas (gráfica e oral), mas também porque ocorrem em diferentes regiões do país, em lugares os mais distintos, por pessoas ocupando lugares sociais bastante diversificados. Diríamos que são enunciados produzidos em diferentes espaços discursivos.

Fazemos referência a esses aspectos para enfatizar que eles são importantes no ponto de vista da Sociolinguística, em que são tidos como questões que apontam para a correlação entre a produção linguística e a sociedade. No entanto, na perspectiva discursiva, tais elementos são considerados enquanto constitutivos das condições de produção e são levados em

conta como argumento para enfatizar que a identificação ideológica do sujeito, em relação à língua, acontece pelo imaginário de quem seja ele, em que local vive, que posição social ocupa, entre outras questões. Como a significação se produz na ordem do imaginário, a pessoa pode não ser mas pensa que é.

Conforme enfatizamos desde o início deste texto, um dos objetivos que temos com o trabalho é a proposta de um deslocamento teórico da noção de “hipercorreção”. Assim, podemos dizer que, ancorados na teoria da análise de discurso, o nosso estudo implica em uma abordagem da linguagem em sua relação de constituição pela exterioridade. A propósito, vale repetir que as variáveis como condição social, espaço geográfico, faixa etária, nível de escolarização, entre outras não são trabalhadas do mesmo modo que na Sociolinguística,⁸⁰ enquanto elementos correlacionados à produção de linguagem, mas como uma relação de constituição pelo imaginário, considerando-as enquanto condições de produção das práticas linguísticas dos diferentes sujeitos.

No movimento enunciativo, ao trazer traços de um modo outro de dizer o sujeito nega a sua própria maneira de falar, os modos de formulação próprios de sua posição social posta em situação de inferioridade. Para nós, esse gesto de interpretação é produzido pelo estranhamento do sujeito em relação ao seu próprio modo de enunciar, o que produz um distanciamento, um recuo do sujeito falante, ao mesmo tempo que se remete ao Outro (enquanto interdiscurso), trazendo-o para dentro de sua produção enunciativa.

É possível constatar algumas regularidades⁸¹ que constituem traços considerados como característicos da língua brasileira institucionalizada,

⁸⁰ Gadet, no prefácio de *A língua inatingível* (2004), entre outros pontos se pergunta se teria mudado de orientação teórica ao longo de vinte anos, saindo da Análise de Discurso para a Sociolinguística. Ela mesma responde: “[...] o que busco NO sociolinguístico nada tem a ver com o projeto simplista dado como objetivo DA sociolinguística (uma co-variação banal e monótona, entre social e linguístico ou languageiro).” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 14). (grifos da autora). Continuando, ela argumenta que resume a sua busca “como uma interrogação sobre o que fazem os seres humanos quando produzem discurso ou texto, quando pensam produzir sentido ou algo que pareça fazer sentido para outros locutores.”

⁸¹ Maria Onice Payer, em seu livro *Memória da Língua: imigração e nacionalidade* (2006), apresenta uma análise de traços da memória da língua dos imigrantes italianos que contribuiu efetivamente para o nosso trabalho. A ela agradecemos pela valiosa inspiração.

legitimada pelo processo de gramatização. São traços que nos remetem as ordens distintas das línguas nacional e materna e que relacionamos com o modo que Orlandi distingue o português brasileiro do português macarrônico, falado por imigrantes italianos. A autora afirma que:

[...] as ordens das diferentes línguas sofrem uma aproximação necessária, pela história, e são atingidas em sua capacidade de jogo. Abrem-se os espaços de equívoco, rompem-se tecidos da formalidade (estruturantes). É o sujeito se trabalhando e sendo trabalhado na sua exposição aos efeitos do simbólico, aí representados por duas línguas. (ORLANDI, 1997, p. 124).

Podemos dizer que nesse trabalho com as duas ordens de língua o sujeito produz traços que constituem o “falar/escrever bem”: como as marcas de plural, as concordâncias nominais e verbais, expressões lexicais, entre outras características. Nesses traços, vêm à tona marcas que estão relacionadas a um valor maior, por isso predominam nos discursos produzidos publicamente.

Além dessas marcas, há fatos de “hipercorreção” que apontam para traços linguísticos que caracterizam formas da língua brasileira que ficam à margem. Vale ressaltar que não são os traços em si, mas vestígios de traços que se opõem à língua brasileira em sua forma institucionalizada. Traços evitados justamente por serem de uma forma “indesejada” da língua e, por isso, são censurados e colocados como “errados”: rotacismo, despalatalização, economia nas marcas de plural, concordância nominal e verbal diferente da (im)posta como “correta”.

Assim, podemos dizer que as “hipercorreções” são traços “emprestados” de outro lugar e o fato de o sujeito mobilizar tais traços em suas sequências discursivas possivelmente seja resultado ou do desassossego e/ou do desejo – inconscientes - de apagar um modo de dizer que aponta para o sentido de “não saber falar/escrever” a língua. Como dissemos, consideramos que os traços “hipercorrigidos” remetem ao interdiscurso, à outra memória discursiva.

Para ilustrar a nossa discussão, trazemos fatos de “hipercorreção” que poderíamos dizer que são vestígios do desassossego do sujeito em relação a

traços censurados da língua materna marcada pelo preconceito. Também apontamos fatos que nos parecem ser indícios do desejo do sujeito de imitar/reproduzir traços característicos da língua institucionalizada.

Para evitar qualquer classificação que, de algum modo, poderia resultar em tipologia, detemo-nos em algumas regularidades enunciativas que, a nosso ver, caracterizam formas “hipercorrigidas”. Entre elas citamos:

- 1) lambdacismo
- 2) excesso nas marcas de plural, nas concordâncias nominais
- 3) excesso nas marcas de plural, nas concordâncias verbais
- 4) palatalização de vocábulos
- 5) ditongação
- 6) escolha lexical com sentido inadequado para o contexto
- 7) ênclise e/ou duplicação de pronomes oblíquos
- 8) acréscimo de /r/ final
- 9) troca de vogais: rebaixamento⁸² na articulação dos fonemas /i/ e /u/ que passam a /e/ e /o/
- 10) emprego da letra “h”

IV.4.4 Comentários sobre as formas de “hipercorreção”

1) Lambdacismo (troca de “r” por “l”)

Importa lembrar que o rotacismo⁸³ é um traço linguístico estigmatizado em nossa sociedade, frequentemente relacionado com os falantes da zona rural ou entre os “exemplos indicativos de pertencente à fala de grupos situados abaixo na escala social”.(ALKMIN, 2003, p. 35).

⁸² Rebaixamento: fenômeno fonético inverso ao que comumente acontece. Ou seja, há uma tendência, na fala da maioria dos brasileiros, a produzir um alçamento nos fonemas /e/ e /o/ que passam a ser pronunciados como /i/ e /u/. Em outros termos, as vogais médias /e/ e /o/ são *geralmente* pronunciadas como /i/ e /u/” por exemplo: [me] > [mi]; [me'nino] > [mi'ninu].

⁸³ Alkmim cita o rotacismo, passagem do fonema vibrante /r/ para o fonema lateral /l/, como acontece em ‘brusa” e “grobo”.

É curioso o fato de já no *Appendix Probi*⁸⁴ aparecer a alternância entre os fonemas líquidos /l/ e /r/ com a indicação de que uma forma era correta e que a outra não deveria ser pronunciada: *flagellum* non *fragellum*. Embora haja muitas palavras, ao longo da história, que sofreram mudança de /l/ > /r/, como em *igreja* (ecclesia) e *brando* (blandus). (cf. GOMES; SOUZA, 2004, p. 76).

Há muitas pessoas que já sofreram e/ou sofrem críticas relacionadas ao seu modo de falar constituído por rotacismo⁸⁵, entre outros traços desprestigiados. Isso podemos notar tanto no nosso cotidiano, como nos exemplares apresentados na mídia em geral. A nosso ver, essa situação de desconforto do sujeito faz com que a produção de lambdacismo seja frequente. Além dos típicos *galfo*, *malmita* e *solvete*, citamos alguns exemplos de lambdacismo recorrentes em enunciados orais e, na sequência, em enunciados escritos:

Enunciados orais:
As <u>plóteses</u> que eu faço são as melhores da região. (Dentista prático que passou a cursar Odontologia/GO)
Meu pai, coitado, está usando <u>flaldas</u> ! (Moça contando sobre o estado de saúde do seu pai em uma viagem de ônibus/SP)
[...] porque é grande demais o <u>pomal</u> , tem de tudo. (enunciado oral: senhora não-alfabetizada comentando com a amiga)

Enunciados escritos:



The sign lists services like 'TRATAMENTO DE COLUNA - NERVO CIÁTICO - DERRAME CEBRAL' and 'TRATAMENTO ESTÉTICO: DRENAGEM LINFÁTICA * CELULITE * ESTRIAS * FLACIDEZ'. A red arrow points to the word 'FLALDAS' written in yellow on the sign.



The sign is hand-drawn on a light blue background. It reads 'SERVIMOS SUCO NATURAL DO PÓ DO GUARANÁ A FLÔR DE ZIACO DO AMAZONAS'. There is also a small note in the top right corner: 'c/2 CASAS - 5 x 25 c/ 6 - COMODOS F6496 - 0020'.

⁸⁴ Glossário, formulado em torno no Séc. III, que traz formas do latim dito “vulgar” em contraposição ao latim clássico (cf. no capítulo II).

A nosso ver, o imaginário de língua “correta” que funciona nesse espaço está relacionado à hierarquia constitutiva de nossa sociedade. Hierarquia relacionada à divisão entre sujeitos, já que se atribuem valores às diferentes formas linguísticas. Nessa direção de sentidos, há uma materialidade simbólica indesejável na língua materna de muitos brasileiros, na língua que é própria de posições sociais que são postas em situação de inferioridade. Lembrando que a relação do sujeito com a língua é atravessada pela ideologia, há uma relação do simbólico com o político. Chamamos a atenção para o fato de, na segunda placa, não haver somente um equívoco de ordem fonética, o lambdacismo. Pode-se ver que, na forma de segmentação da palavra, está posto que também há um desconhecimento do significado de “afrodisíaco”.

2) Acréscimo de morfemas de plural, nas concordâncias nominais

Para refletir sobre essa forma de “hipercorreção”, lembramos que há no imaginário de língua em nossa sociedade, a ideia de que as marcas de plural se constituem enquanto característica do falar “correto”. Em contrapartida, a ausência dessas marcas, ou a economia do plural em sintagmas nominais caracterizaria o falar popular.

Vale dizer que o acréscimo de traços que marcam o plural é um dos mais recorrentes. Esse traço “hipercorrigido” foi-nos possível observar não só nos textos dos alunos de pós-graduação⁸⁶ que constituem o nosso material de análise, como também se faz presente em enunciados produzidos por sujeitos em posições sociais as mais diversas, independente do grau de letramento. A presença do morfema [s] em final de algumas palavras como indicativo de plural quando não haveria necessidade de colocar pode ser interpretada como uma marca da memória da língua escolarizada.

⁸⁶ Nos textos dos alunos de pós-graduação, praticamente, não encontramos construções em que o determinante esteja no plural e o termo seguinte, no singular. Ao contrário, encontramos uma série de “hipercorreções” ligada ao excesso de morfemas marcadores de plural. De acordo com Dino Preti (1994), a forma de língua posta como modelo apresenta como uma de suas características o paradigma em que, com raras exceções, “deve haver” uma concordância entre os constituintes do sintagma nominal. Assim, os enunciados citados “deveriam ficar no singular”.

Para ilustrar o que estamos afirmando, apresentamos no quadro abaixo algumas formulações:

Você escova os meus dentes?[...] Você não vai escovar <u>as minhas línguas</u> ? (Menina de 04 anos que ainda não ingressara na escola/MT)
Ele contou <u>noves histórias</u> . (Palestrante quando explicava o Evangelho/GO)
[...] cada vereador dispõe de <u>cinco</u> minutos.; “é nós como <u>noves</u> colegas aqui de trabalho [...]” (vereador, em um pronunciamento na Câmara Municipal/GO)
Estive esses <u>cinco dias</u> fora, por isso só estou te respondendo agora, me desculpe. (email de pós-graduando/MT)
Palavras-chaves: [...]. (artigo de aluna no mestrado/MT)
São <u>enes</u> questões que estão envolvidas... (professora universitária/GO, em reunião institucional)

Lembramos que dadas as condições de produção que constituem os diferentes enunciados escritos e orais acima citados, é assim que se apresenta a materialidade linguística. Além disso, é importante dizer que os sujeitos são bastante diversificados em relação à idade e à escolaridade. Por um lado, temos o primeiro exemplo em que a criança que “hipercorrige” não teve acesso direto ao discurso escolar, pois nunca havia ido à escola. Por outro, temos enunciados de mestrandos e especialistas em áreas distintas.

Outro aspecto das condições de produção é o fato de os enunciados terem sido produzidos em Mato Grosso e Goiás, Estados marcados por um acentuado preconceito linguístico. Há um imaginário que circula de que “não se sabe falar” naquele espaço.

Na pesquisa de Bisinoto, em relação aos falantes cacerenses, um dos entrevistados comentou que “diziam que a gente do Mato Grosso não sabe falar direito.” (BISINOTO, 2007, p. 55). Uma pesquisa realizada em Goiás⁸⁷, intitulada de “O imaginário do goiano sobre o próprio falar”, indicou que uma grande parcela dos falantes atribui um sentido negativo ao seu modo de se expressar: “O goiano fala *muito feio*. É uai pode vê o tanto que nós fala feio. [...] Ah! Goiano fala *muito mal falado*”.

⁸⁷ “O imaginário dos goianos sobre o próprio falar”, monografia de Claudiene Lourenço da Silva Santana, Dayane Moura Melquíades e Gábya Machado Borges, apresentada como trabalho de conclusão do curso de Letras, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2006. A elas os meus agradecimentos pelas reflexões compartilhadas.

Chamamos a atenção para os espaços geográficos onde foram produzidos esses fatos de “hipercorreção”, pois poderíamos pensar em uma relação entre a imagem dos falantes sobre o próprio modo de falar e o esforço de identificação com a posição sujeito que “sabe falar/escrever bem”. Sempre lembrando que não nos referimos à imagem que o indivíduo empírico goiano ou mato-grossense faz de si enquanto falante, também não tratamos de um “esforço” de um sujeito com vontade própria, um sujeito pragmático, mas de uma posição sujeito determinada sócio-histórica e ideologicamente. Portanto, não é só uma questão regional, mas social, histórica... Ideológica, sobretudo.

3) *Casos de equívocos na concordância verbal*

Outra forma de “hipercorreção” que observamos que acontecem com bastante frequência está relacionada às marcas de concordância verbal típicas dos falantes com acesso à escolarização. A nosso ver, essas produções resultam da crítica que sofrem aqueles que se expressam utilizando o paradigma em que o sintagma verbal se constitui por um sujeito no plural acompanhado por um verbo no singular (“nós foi”, “nós vai”, “eles é”). A imagem que se tem em relação a esse paradigma é negativa, “errada” e, por essa razão, é uma das formas linguísticas que deve ser evitada.

Importa enfatizar que, nos enunciados analisados, observamos que raramente os alunos utilizaram um paradigma de concordância verbal em que o sujeito esteja no plural e o verbo no singular. Dito de outro modo, praticamente, não há formas verbais características da norma popular nos enunciados da maioria dos textos dos alunos de pós graduação. Em contraposição, há um grande número de formas “hipercorrigidas” pelos alunos, em que colocam o verbo no plural, mesmo quando, no português padrão, seria necessário um verbo no singular.

A nosso ver, esses fatos de “hipercorreção”, assim como outros são bastante significativos, visto serem consequência da censura imposta aos sujeitos

com menor escolarização e que, muitas vezes, colocam o verbo no singular. Ou seja, a imagem que se tem em relação à posição-sujeito escolarizado é contraposta a imagem do sujeito com pouca ou nenhuma escolarização. É sempre conveniente enfatizar que esta imagem foi construída socio-historicamente e está relacionada ao funcionamento ideológico.

[...] penso que não seja possível que <u>eu os vejam</u> no aeroporto [...]. (enunciado oral de doutoranda em Linguística, comentando sobre alguns amigos/MT)
Não tinham <u>quem ajudassem</u> na colheita. Não achava <u>quem comprassem</u> [...]. (texto escrito de aluno de pós-graduação/MT)
E <u>isso fortalecem</u> as relações sociais [...]. (texto escrito de aluno de pós-graduação/MT)
O estudo desenvolvido com a comunidade karajá da aldeia krehawã no município de Luciara-MT, <u>revelaram</u> informações importantes sobre a fauna medicinal [...]. (texto de aluno de pós-graduação/MT)

Como no exemplo da menina de quatro anos que pluraliza o que não seria necessário (“meus dentes”/“minhas línguas”), há também uma memória de uma prática escolar que corrige a concordância verbo-nominal a todo instante. Isso aponta para o fato de que não é necessário ir à escola para estar no imaginário de seu processo.

4) *Palatalização de vocábulos*

Embora esse fato de “hipercorreção” seja um dos traços sonoros menos recorrentes no material coletado, optamos por citá-lo, pois é uma das formas utilizadas como exemplo nas definições dos dicionários de língua portuguesa⁸⁸ já citados neste capítulo.

Entre os falantes urbanos escolarizados circula a imagem bastante negativa da pronúncia [λ] no dígrafo escrito *lh*, como em “telha > teia, abelha > abeia, palha > paia, mulher > muié etc”. Nessa perspectiva, a imagem em relação

⁸⁸ Em sua definição de “hipercorreção”, Bueno utiliza como exemplo o equívoco na palatalização: “dizer *melha, salha, entremelho* por *meia, saia, entremeio*, julgando que estas formas sejam erradas e aquelas correção destas. [...]”. (BUENO, 1965, p. 1765). O *Dicionário Aurélio* também traz exemplo de palatalização: “atocaiar” > “atocalhar”.

à iodização⁸⁹ pode estar ligada com a baixa escolarização do próprio sujeito ou de seu grupo de “origem”, além de ser possível ser relacionada com os poucos recursos econômicos dos falantes e como característica do modo de falar de moradores da zona rural (cigarro de paia; paia de mio). Levando em conta os exemplos abaixo, essa “hipercorreção” não se restringe ao espaço geográfico ocupado por tais sujeitos, nem ao grau de instrução, tampouco às condições econômicas.

[...] vão ajudar na olaria <u>encalherar</u> tijolos. (Texto escrito de aluno de pós-graduação/MT)
Você não tirou as <u>telhas</u> de aranha como eu te pedi. (enunciado oral: patroa reclamando à empregada/MT)
E aí hoje você se <u>maquilhou</u> ? (enunciado oral: senhora não-alfabetizada perguntando à amiga/SP).

Considerando a inscrição do sujeito numa memória de língua una, homogênea, há uma busca constituída ideologicamente em evitar esse traço linguístico produzindo, então, a “hipercorreção”. Chamamos a atenção, novamente, para o funcionamento do mecanismo de antecipação, assim como do jogo de formações imaginárias já citado neste texto.

De acordo com a reflexão de Orlandi, “a censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela se configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.” (ORLANDI, 1995, p. 79), (grifo da autora). Relacionamos os fatos de “hipercorreção” como pontos que trazem à tona a censura posta em determinadas possibilidades de realização da língua. Dito de outra maneira, tais fatos linguístico-discursivos apontam para o modo como uma palavra ou enunciado *não* pode ser dito em determinada situação e, ao mesmo tempo, estão relacionados aos valores associados a eles, no funcionamento da língua oficial.

Outro ponto que salientamos ao relacionarmos as formulações “hipercorrigidas” ao jogo de imagens que constitui esse processo é a imagem que o sujeito tem de si mesmo que produz um gesto de auto-censura, silenciando um

⁸⁹ Iodização é um fato linguístico em que o falante troca o fonema palatal [λ] como em [a ‘Roupa es’ta de ‘mo]o] > [a ‘Ropa es’ta de ‘moio].

traço que considera como “errado”, “feio”, “estropiado” e produzindo um outro que, ideologicamente, é considerado como um traço “positivo” de uma língua que lhe falta. Há nessas produções “hipercorrigidas” vestígios da sociedade não mais vista como “hierarquizada”, mas como uma sociedade constituída pelos que estão dentro e os que estão à margem, os que “sabem falar/escrever” e os que não sabem.

5) *Ditongação: [ai], [ei], [ou]*

Para a compreensão de como se constitui esse fato de “hipercorreção”, é fundamental que lembremos que uma tendência muito forte ao desaparecimento do ditongo /ou/ e, em menor grau, a dos ditongos /ei/ e /ai/, transformando-se em monotongos. No processo de “hipercorreção” acontece o inverso desse processo.

Nas práticas linguísticas em geral são frequentes vocábulos como “professora”, “boa” e “vejo”, em que inexistem ditongos. No entanto, falantes pouco ou não escolarizados não têm domínio da grafia dessas palavras. Como desconhecem se há a presença de um ditongo ou não, ao tentarem garantir que a sua produção tenha uma maior aproximação a um falar correto, optam por colocá-lo.

Os fatos de “hipercorreção” citados neste item remetem-nos ao imaginário de “correção” de língua constituído pelo sentido negativo à supressão das semivogais dos ditongos, tendo-se, também, como referência a língua escrita.

Vale lembrar que a imagem de que a ditongação faz parte da norma constitui enunciados produzidos tanto por falantes em uma posição sujeito com menor escolaridade, quanto nas produções de alguns com maior acesso a práticas escritas. Porém, como é possível observar nos exemplos de enunciados no quadro abaixo, a diferença se instala no fato de acontecerem em palavras que ocorrem com maior ou menor frequência no cotidiano das pessoas.

[...] vou levar as minhas caixas e os meus <u>brinqueidos</u> . (criança 04 anos, não escolarizada).
Quando as <u>taixas</u> irão baixar? (acadêmica de letras do 4º ano em apresentação de monografia de final de curso/GO).
Lembre-se: programas com muitos estímulos são <u>prazerosos</u> . (Texto que circula na internet sobre os “Doze mandamentos contra o stress”)
Oi tudo bem? passei para dar <u>alou</u> felicidades (mensagem no Orkut)
[...] juntamente com as <u>professoura</u> aprendemos a aproveitar essas embalagem. (reeducando da Unidade Prisional de São Luís de Montes Belos/GO)
<u>Veijo</u> que isso não e so um simplis artesanato [...]. (reeducando da Unidade Prisional de São Luís de Montes Belos/GO)

A ditongação, enquanto exemplar de “hipercorreção”, remete-nos à monotongação, que é um traço linguístico presente não somente em enunciados de falantes com menor escolaridade, mas também fazem parte do repertório dos falantes com maior escolarização em suas práticas menos formais. Sabe-se que há uma tendência à monotongação no português brasileiro atual. Dificilmente alguém vai se incomodar em ter pronunciado “baxa/caxa”, “quejo/bejo”, “loco/roco”.

A preocupação em produzir tais ditongos está estreitamente ligada às condições de produção dos enunciados e, a nosso ver, os fatos de “hipercorreção” citados também estão relacionados ao discurso da escrita como modelar e apontam para o desejo de se evitar marcas de oralidade.

6) Escolha lexical com sentido inadequado para o contexto

Leite (2008, p. 11) cita como característica da “norma culta’ o maior cuidado lexical”. Os enunciados seguintes são constituídos por palavras às quais o falante não tem o domínio do significado, mas que tem noção do prestígio a elas atribuídos. Os exemplos citados têm de semelhante uma parte da estrutura da palavra, às vezes o radical (hospitaleiro > hospitalar), em outras o sufixo (adrenalina > naftalina; demagogia > blenorragia).

Na Bahia é todo mundo muito simpático. É um povo muito <u>hospitalar</u> . (crítica que circula na internet e que atribuem a um ex-jogador do fluminense/domínio público)
Quando o jogo está a mil, a minha <u>naftalina</u> sobe. (enunciado que circula na internet e que atribuem a um ex-jogador do Vasco)
Eu como vereador vou acabar com a <u>blenorragia nessa casa que é do povo</u> . (Vereador em seu discurso na Câmara Municipal/MT)
Esses trabalhadores <u>rurais</u> sofrem demais. (rapaz referindo-se aos garis/RS)

6.a) A “hipercorreção” no uso das expressões “vir ao encontro de” e “vir de encontro a”

Nesta seção, citamos essas expressões que, pensamos, vão na mesma direção dos enunciados anteriormente citados. Observamos que alguns falantes quando querem se referir a alguma coisa que está de acordo com outra, colocam a preposição “de”. Sob um olhar normativista, essa troca acarretaria no sentido de “choque”. No entanto, as condições de produção de tal enunciado não deixam margem para dúvidas: buscava-se dizer que algo ia “ao encontro de”.

Assim, tratamos o uso equivocado dessa expressão como fato de “hipercorreção” por não ser muito recorrente nas práticas linguísticas de um grande número de pessoas, principalmente nos falares daquelas com menor nível de letramento. Sendo assim, no imaginário que circula em nossa sociedade, construir um enunciado com tais expressões pode produzir um efeito de sentido que está relacionado à imagem de alguém na posição dos que “sabem” falar, dos que falam “bonito”.

Foi pensando em atender as mães carentes da cidade através de trabalhos produzidos por elas que <u>viessem de encontro às suas necessidades básicas</u> [...]. (texto de aluno de pós-graduação/MT)
[...] <u>vindo de encontro</u> ao nosso anseio em avaliar o índice de satisfação dos usuários [...]. (texto de aluno de pós-graduação/MT)
[...] o que <u>vai de encontro</u> com aquilo que Pêcheux diz em relação às condições de produção. (uma acadêmica apresentando a monografia de final de curso/GO)
Essa proposta <u>vai de encontro</u> aos nossos interesses (professora universitária/Letras/GO, em uma comunicação em seminário)

7) Ênclise e/ou a duplicação de pronomes oblíquos⁹⁰

Tomamos o uso da ênclise como um fato de “hipercorreção”, considerando que no Brasil o mais comum é o uso de pronomes em posição proclítica. Sendo assim, diante das condições de produção dos enunciados em que verificamos a presença da ênclise, é-nos possível observar que se recorre à ênclise quando um sujeito procura “arrumar” a sua linguagem, como diz Payer (2006, p.14).

Todos os exemplos que constituem nosso material de análise (cf. quadro abaixo) foram produzidos em situações em que se falava publicamente.

Em relação à possibilidade de colocação do pronome oblíquo, Emílio Pagotto, sociolinguista, faz uma observação sobre a ênclise nas práticas linguísticas de grande parte dos brasileiros:

A respeito da possibilidade de ênclise ao verbo principal **passar-me**, ao invés de **me passar** [...] provavelmente revelaria um falante de alto índice de escolaridade, já que tal forma, pouco usual, nas conversações no Brasil, é aprendida especialmente em contato com o texto escolar normalmente escrito. (PAGOTTO, 2006, p. 64).(grifos do autor).

Considerando o que afirma o autor, pode-se dizer que os pronomes na posição enclítica são regiões pouco freqüentadas da língua.

O imaginário de “correção” de língua que predomina em nossa sociedade constitui o sujeito e o afeta e isso se materializa na posição do pronome. Algumas vezes, surgem quando no tipo de regência são desnecessários ou aparecem numa posição diferente daquela imposta pela gramática normativa.

⁹⁰ Pensamos ser interessante trazer, de forma breve, um episódio/anedota como ilustração da “hipercorreção” que está relacionada ao uso de pronome oblíquo. Conta-se que dois homens tiveram dúvida sobre o uso do pronome “se”, quando um carro ficou atolado na lama, em uma estrada do interior mato-grossense. Não sabiam se deveriam dizer “o carro atolou-se” ou “o carro se atolou”. Como, oportunamente, passava um deputado por ali, eles resolveram perguntar qual seria a forma “correta” a ser utilizada. Ele prontamente perguntou se as rodas que ficaram atoladas eram as da frente ou as de trás: “se foram as da frente, diz-se ‘o carro se atolou’ e, se foram as de trás, ‘o carro atolou-se’”. Um dos homens explicou que tanto as rodas dianteiras quanto as traseiras ficaram atoladas. Então, o deputado, sem pestanejar, argumentou que a resposta era lógica e a forma “correta” seria “o carro se atolou-se”.

Em outros casos, há duplicação de pronomes: uma próclise e uma ênclise. Vejamos alguns exemplares desse tipo de “hipercorreção”:

[...] uma vez esqueci o pronome que eu iria usar para <u>cumprimentá-lo uma autoridade (risos)...</u> (vereador com graduação em Pedagogia/MT)
[...] então, <u>morre-se</u> o rico. (Em uma reunião religiosa, a palestrante narrava a parábola do mau rico/GO)
[...] mas, por favor, <u>não se enganem-se que</u> este projeto possa ser votado ainda nesse ano, porque já vem o período eleitoral. (vereador na tribuna/GO)
[...] e as audiências eram adiadas e não <u>aconteciam-se</u> , porque não havia escolta suficiente para esses criminosos de alta periculosidade. (juiz entrevistado, no <i>Jornal Nacional</i> , em 2008)
[...] espero que o casal <u>se reconcilia-se</u> . (Programa radiofônico/GO)

Cabe lembrar que uma das condições de produção dos exemplos citados está relacionada à materialidade oral dos enunciados, assim como a imagem que os sujeitos têm de si mesmo e a imagem que os outros têm do seu modo de se expressar. Conseqüentemente, leva-se em conta que a imagem de quem fala em um espaço público deve ser preenchida por alguém que “sabe falar”, alguém que fala diferente do povo em geral.

8) A presença do “r” final

[...] inclusive a comissão já <u>estar</u> formada. (Enunciado oral de vereador na tribuna, em GO)
oi gatinha. como que vc <u>estar</u> . bjossssssssss ♥ (Mensagem no ORKUT- alguém com o ensino médio)
[...] <u>aprender</u> muitas coizas itereçante como tornar o lixo em arte. (enunciado escrito de reeducando/GO)

O caso de “hipercorreção” dos enunciados acima é produzido em contraposição à quantidade de vezes em que o fonema /r/ final é omitido, principalmente na formação do infinitivo. É sabido que este é um traço linguístico que se faz presente na fala da maioria dos brasileiros, em diferentes condições de produção.

Novamente, a “hipercorreção” pode ser relacionada com a imagem de que a língua “correta” é a língua escrita. De acordo com essa imagem, se na

escrita a marca de infinitivo aparece, logo na oralidade também deve aparecer. O desejo de “correção” justifica o aparecimento desse fonema final também em palavras que não estão no infinitivo.

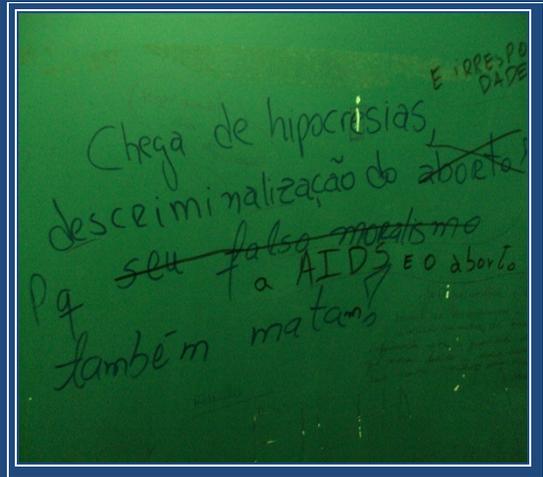
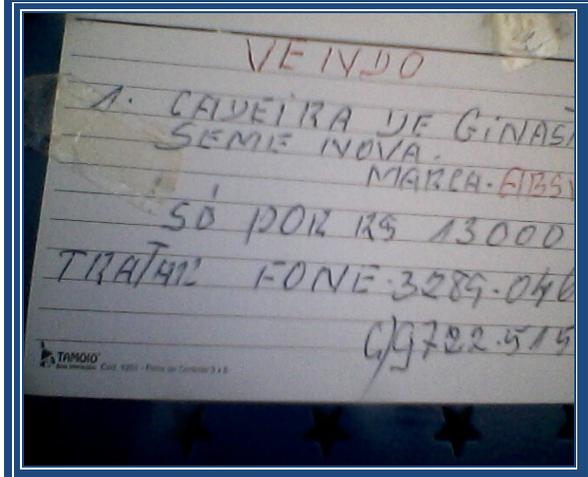
Em relação a fatos de “hipercorreção” com essa forma, lembramos que Houaiss a cita como um dos exemplos que ilustram a definição do verbete: [...] acaba trocando por uma outra forma que ele considera culta; nessa busca excessiva de correção (seja na fonética: *mantor* por *mantô*)[...]. (HOUAISS, 2001).

9) A troca de vogais: rebaixamento dos fonemas altos /i/ e /u/ que passam a /e/ e /o/

Tão comum como os casos de lambdacismo são os fatos de “hipercorreção” produzidos em consequência da falta de “intimidade” com a grafia de uma palavra fazendo com que haja a generalização na colocação de vogais médio-altas. Como o imaginário de “correção” de língua se sustenta no modelo da escrita, as vogais altas “deverão ser evitadas”, visto que são características da oralidade (*[rio>Riu]*; *[estante>istãti]*).

Os exemplos a seguir se restringem a enunciados escritos constituídos nas mais diferentes condições de produção: texto escolar produzido por criança, avaliação de um projeto produzido em uma unidade prisional, torpedo, artigo científico de aluno de pós-graduação, livro de literatura, inscrição em porta de banheiro de universidade, letreiros em lojas comerciais, anúncio de venda em mural de um supermercado.

A menina estava fazendo a tarefa e <u>pedio</u> ajuda para sua vó [...](texto de menina de 11 anos/MT)
Sei que é uma mulher muito <u>descreta</u> , mas poderia ter me dado uma luz. [...] Encomodei vc? (torpedos escritos por alguém com o ensino médio/MT)
[...] os livros <u>dedáticos</u> são todos iguais. (artigo científico de aluno de pós-graduação/MT)
[...] cama velha que havia sido de sua avó morta e que seu pai <u>ensistia</u> em dizer que era dela. em um determinado livro de literatura, publicado em Cuiabá/MT)

<p>Enunciado em porta de banheiro em universidade/SP</p>	<p>Anúncio de venda em mural supermercado/SP</p>
	
<p>Fotos: E. B. Azambuja</p>	

<p>Letreiros em lojas de artigos femininos: Mato Grosso e Paraíba, respectivamente</p>	
	
<p>Fotos: E. B. Azambuja</p>	

Enunciados que circulam na internet



Nas “hipercorreções” acima expostas, encontramos mais casos de rebaixamento do fonema/letra /e/ do que do fonema/letra /o/. Consideramos que seja porque o primeiro ocorra, com bastante frequência no interior das palavras, suscitando no sujeito uma dúvida maior quanto ao seu uso. A nosso ver, ao final das palavras é mais recorrente o conhecimento que o fonema /u/ sofre um rebaixamento e, no momento de sua representação gráfica, é necessário que sofra um alçamento, passando à letra “o”.

Em todos os casos citados, a relação do sujeito com a língua é determinada pela injunção ao modelo relacionado à escrita. Essa injunção é um efeito ideológico em que se considera um sentido como “o” sentido. Nesse ponto, trazemos um exemplar de enunciado constituído por duas formas de “hipercorreção”:

**Enunciado que circula na internet:
“está funcionando” > “estar foncionando”**



Estes dois casos de “hipercorreção” no mesmo enunciado podem ser pensados enquanto um desassossego em relação a uma forma linguística que remete à oralidade, considerando que o modelo de língua correta é a escrita. Assim, o sujeito produz fatos de “hipercorreção” como um recurso linguístico para não incidir em formas que são recorrentes na pronúncia. Por exemplo, o alçamento de vogais /o/ e /e/ > /i/ e /u/, como nos casos de /parte/ > /parti/; /moleque/ > /muleque/; e a supressão do /r/ final, principalmente em verbos no infinitivo, como em /vai pegar/ > /vai pegá/.

Nesse sentido, é interessante retomar a discussão feita por Pfeiffer sobre a língua nacional no ponto em que afirma que “na história do Brasil nós temos um apagamento original e instaurador de sentidos para a língua brasileira: o apagamento de nossa oralidade de país colonizado [...] espaço de significação balizado pelo sentido da oralidade em termos de irregularidades de sentidos”. (PFEIFFER, 2001, p. 182). Também nesta direção, Nunes enfatiza que a nossa tradição oral vem sendo renegada ao longo da história, marcada pela não-legitimidade. (NUNES, 1998, p.29).

Em outras palavras, existe uma memória que apaga (ou procura apagar) a oralidade e legitima a escrita como a forma de língua ideal, “a” língua. A nosso ver, essa memória é acionada em cada construção linguística “hipercorrigida”. Nesses traços de “hipercorreção” podemos reconhecer a historicidade inscrita na linguagem, o discurso da norma materializado nesses traços linguísticos. Daí não podermos deixar de considerar o “‘como’ se diz enquanto parte daquilo mesmo que se diz”. (ORLANDI, 2012, p. 157).

10) *Acréscimo da letra “h”*

Alguns dos casos de “hipercorreção” citados anteriormente são passíveis de se encontrar tanto em enunciados orais quanto escritos. Não é o caso da letra “h”.

Ela não tem valor fonético, ou seja, não representa fonema algum, além disso, não há regras explícitas em relação ao seu uso. Williams (1994, p. 35) cita exemplos de palavras em que a letra *h* inicia palavras que têm origem no latim clássico: *haver*, *homem*, entre outras: *humilde*, *humilhar*, *heróico*. Conforme o autor, o “h” se mantém em algumas palavras em decorrência da etimologia ou quando assim determina a tradição escrita do nosso idioma, como em “haver”, “herói”, “higiene”, “homem”, “humilhar”.

Por essas razões, pensamos que o acréscimo da letra “h” pode ser considerado como fato de “hipercorreção”. Citamos alguns enunciados em que ocorre esse traço gráfico:

**Enunciado que circula na internet:
exemplo de crítica ao modo de algumas pessoas falarem/escreverem**



**Anúncio de salão de beleza colado
nas paredes de corredores em universidade/GO⁹¹**

TINTURA
POR APENAS:40.00R\$
E AINDA COMCORRE UM FINAL DE SEMANA GRATIS
COM TUDO QUE VC
TEM DIREITO MULHER
ESCOVA HUNHA PENTIADO CORTE MAQUIAGEM
SAMBRANCELHA

A MULHER NO MUNDO TEM QUER SER LUZ
ESPERANÇA, HUNIÃO, PAZ E FORÇA PARA
PODERMOS TER UM MUNDO MELHOR
ENSINAR AOS NOSSOS FILHO QUE A VIDA
E BOA DESDE QUE TENHA DEUS NO CORAÇÃO
POIS SO ELE TE LIVRA DO PERIGO

Quando consideramos as condições de produção dos dois primeiros enunciados citados, observamos que ambos trazem em sua forma material outras marcas linguísticas que caracterizam a posição-sujeito que ocupam, ou seja, a posição discursiva de sujeitos pouco escolarizados. O primeiro enunciado se constitui por distinguir o preço do uso do sanitário de uma forma distinta da que ocorre em outros espaços sociais que tenham banheiros: diferença de preço conforme a necessidade fisiológica. Além desse fato, vale notar tanto o tipo de letra na placa quanto à escolha lexical posta na palavra “defecar”. Uso que, dificilmente, encontramos na divulgação desse gênero de serviços.

Para nós, no segundo enunciado também se trata de um material produzido por alguém na posição-sujeito não-escolarizado. Essa afirmação é possível quando consideramos outras marcas inscritas nesse anúncio, por exemplo, as marcas de oralidade: “maquiage”, “pentiado”, “sambrancelha”. Já a palavra “comcorre” pode estar indicando que não domina de uma das regras ortográficas que é imposta já no início do processo escolar: o uso do “m” antes de /p/ e /b/. Dito de outro modo, esses enunciados sinalizam que quem os produziu pouco lida com a escrita em suas práticas linguísticas cotidianas.

A secura vaginal pode ser clinicamente definida como a falta de <u>humidade</u> adequada na zona vaginal [...] (artigo em um <i>site</i> de saúde ⁹²)

No que diz respeito a este exemplar de linguagem, é um enunciado que faz parte de um artigo de um determinado blog de saúde. Em relação a ele, notamos duas diferenças se o compararmos com as sequências discursivas anteriormente citadas: o fato de se tratar de um blog disponível na rede e a ausência de outra falha de ortografia nesse mesmo enunciado.

Os fatos de “hipercorreção” ligados ao uso da letra “h” possibilitam-nos pensar na dimensão do valor atribuído a traços característicos da escrita. Por um lado, observamos semelhança dos sujeitos em relação à posição discursiva que ocupam. Por outro, também percebemos que há uma posição distinta desta em

que a escolarização é que marca a diferença entre os sujeitos que produzem traços linguísticos “hipercorrigidos”.

Nessa perspectiva, é interessante pensar na relação da língua enquanto sistema quando lembramos dos casos de dúvida que ocorre na fala/escrita também de sujeitos escolarizados. Por exemplo, o paralelo entre “humildade” e “humidade” pode causar dúvida quanto à presença ou não da letra “h”, no momento de escrita, inclusive, de escolarizados. Podemos dizer que na língua há elos fracos que possibilitam a falha. Os falantes que têm uma relação menos estabilizada com a língua normatizada são tomados pelo efeito de evidência da ideologia de modo que nem dúvida é suscitada. Os falantes que têm uma relação mais forte com a língua estandarizada, na maioria das vezes, têm a prática de consultar o dicionário para dirimir suas incertezas em relação à ortografia.

Também é importante ressaltar que o funcionamento ideológico independe do grau de letramento do sujeito. Dito de outra forma, a ideologia funciona de tal modo que o sujeito, inscrito ou não em uma posição constituída pela escolarização, sofre uma injunção ao sentido de “correção” de língua.

IV.5 Breve reflexão: fatos de “hipercorreção” em dois lugares sociais: professor universitário e reeducando

Nesse ponto, a fim de ilustrarmos o fato de a “hipercorreção” estar ligada ao imaginário de língua “correta” e não se restringir à determinada posição de pessoas na sociedade, trazemos um quadro com enunciados produzidos por reeducandos de uma unidade prisional e por professores universitários do Estado de Goiás. Para nós, é interessante observar o modo como se relacionam com a língua estes sujeitos, inscritos no mundo de modo tão diferenciado. Assim, apresentamos um paralelo entre enunciados constituídos em condições de produção distintas.⁹³ Tanto em relação aos sujeitos que enunciam, quanto ao lugar de enunciação e à materialidade linguística dos enunciados: sequências escritas e

orais. Enquanto as primeiras foram produzidas pelo grupo de reeducandos, as dos professores restringem-se à oralidade.

Inicialmente, remetemo-nos à distinção proposta por Solange Gallo (1992) entre o discurso da escrita (D.E) e o discurso da oralidade (D.O). Gallo explica que há diferença entre D.O. e a oralidade propriamente dita, assim como não há uma relação direta entre o D.E. e a escrita. Nas palavras da autora, há sim uma relação que se explica através da história e através de processos ideológicos. Assim, podem se inscrever no D.O., textos produzidos oralmente ou por escrito, e igualmente para o D.E. (1992, p.63).

Dito de outro modo, não basta um texto ser escrito para ser um discurso escrito, tampouco um texto oral necessariamente estará inscrito no discurso da oralidade. Como explica Orlandi:

[...] em um programa de televisão, como um Jornal de Notícias, por exemplo, embora ele se apresente como oral, ele é um discurso da escrita, oralizado. Mas sua forma e estrutura é da escrita. Já o discurso oral pode até apresentar-se como escrito mas tem sua estruturação e funcionamento oral, ou seja, sua relação com a história é diferente do discurso escrito. (ORLANDI, 2012, p. 173)

Enfim, conforme enfatiza a autora, “Escrita e Oralidade não são o mesmo que discurso escrito e discurso oral. (*op. cit.*, p. 173).

Professores universitários	Reeducandos
São <u>enes</u> questões que estão envolvidas... (professora do Curso de Pedagogia, em uma reunião de professores)	[...] juntamente com as <u>professoura</u> aprendemos a aproveitar essas embalagem [...]
'falta de <u>assumência</u> ' [...] É uma rede de 'aprendência' dos diferentes níveis: fundamental, médio e superior (professora do curso de Letras)	[...] não tenho palavras para agradecer todas as <u>pessouas</u> que nos ajudaram nos encinando com toda paciência [...] Esta oficina noz encinou muita coisa <u>bôua</u> .
Uma professora de Pedagogia comentando sobre a corrupção, falou sobre o ' <u>previlégio</u> dos senadores'. Os alunos precisam estar <u>embuidos</u> de muita força de vontade ...	[...] <u>veijo</u> que isso não e so um simplis artesanato mas também um palco de calor <u>homano</u> [...] Eu tive muito prazer em têr participado das aulas pois as professoras foram muito educadas e muito atenciozas para com nosco apesar do lugar em nos encontramos.
Gente, o <u>vitror</u> está estragado! (professora do Curso de Letras)	[...] o artesanato me influenciou a <u>reotilizar</u> coisas que não tem precisão, para fazer coisas interecante e também para manter o meio ambiente limpo e bem cuidado [...]

Os enunciados deste quadro possibilitam-nos perceber o que Gallo e Orlandi afirmam acima. Isso porque, por um lado, os enunciados orais dos professores universitários trazem marcas de inscrição em um discurso da escrita, por outro, podemos observar nos enunciados escritos dos sujeitos na posição reeducandos marcas de inscrição no discurso da oralidade. A nosso ver, as “hipercorreções” que constituem os enunciados são vestígios do “desejo” de filiação no discurso da escrita.

Os fatos de “hipercorreção” expostos nesse quadro foram constituídos em dois espaços de dizer muito diferentes, unidade prisional e universidade, e nos fazem pensar sobre o que há de semelhança e o que distingue essas duas posições-sujeito: reeducando e professor universitário. Nesse ponto, a produção da “hipercorreção” e a relação língua/sujeito nessas duas posições discursivas podem nos remeter à reflexão de Pêcheux:

[...] parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real

histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva. (PÊCHEUX, 2009, p. 25-6).

É importante lembrar que lidamos com uma noção de sujeito enquanto uma posição construída sócio-historicamente, ou seja, não se trata de um indivíduo empírico, mas de uma posição discursiva.

Um dos aspectos que distingue as duas posições-sujeito é a relação com a escolarização. Enquanto o primeiro grupo, praticamente, não teve acesso à escolarização, o último teve escolarização superior. Contudo, o que os assemelha também é a escolarização, ou melhor, a falta dela no grupo social de origem. Ou seja, o grupo de professores universitários que produziram esses fatos de “hipercorreção” é o grupo “novo” na escola, considerando que são filhos de pessoas sem escolarização.

Remetemo-nos à Pfeiffer quando trata da diferença de sentidos entre “língua materna” e “língua nacional”, entre “variedades linguísticas” e “língua de cultura”. Enquanto a textualização de “variedades linguísticas” é utilizada, em documentos oficiais, para se referir à língua de quem é novo na escola, “língua de cultura” serve como referência para quem já está na escola desde sempre. Para quem já está na escola desde sempre há uma equivalência entre “língua materna” e “língua nacional”, enquanto efeito imaginário. Para quem é novo na escola é necessário adequar sua língua materna para “poder estar no lugar correto do bem dizer, da língua nacional”. (PFEIFFER, s/d, p. 14).

Chamamos a atenção para algumas “hipercorreções” produzidas, primeiramente, na posição-sujeito professor universitário:

a) a palavra “*vitror*”, no lugar de “*vitro*”. A imagem de escrita em que a omissão da vibrante simples /r/ ao final da palavra constitui um “erro” para a professora que a produziu. Por isso, o acréscimo desse fonema. Ela não queria correr o risco de ser estigmatizada como uma falante que produz, por exemplo, as palavras “dotô” (doutor), “corredô” (corredor), “pensadô”.

b) as palavras “assumência”, “aprendência” análogas às palavras “docência”, “vivência”, “frequência”. Lembrando que o sufixo “ência”, formador de substantivos abstratos, não é um dos mais recorrentes em nossa língua.

Aqui, citamos algumas “hipercorreções” produzidas, na posição-sujeito reeducando:

- a) as ditongações (*professoura, bôua, pessouas, veijo*);
- b) rebaixamento de vogais/fonemas altos (*homano, reotilizar*).

Estes fatos de linguagem assim como os traços nas concordâncias nominais e verbais, na ortografia indicam o modo como esses sujeitos foram *insuficientemente* afetados pelo discurso da escrita. Essas marcas possibilitam-nos dizer que o acesso à escrita que os reeducandos tiveram em suas práticas linguísticas foi “insuficiente” para que construíssem uma imagem de “correção” da língua. Em relação a essa questão, Mariani argumenta que

[...] o falar ‘certo’ é um objeto de consumo vendido pela escola tradicional (e pelos meios de comunicação), mas não adquirido. Na escola tradicional, o aluno entra em um circuito imaginário frustrante: supõe que ali poderá obter uma linguagem que lhe falta, desejada, no entanto se depara com o dialeto padrão, algo que corresponde a um suposto ‘falar certo’. (MARIANI, 1998, p.112).

Por outro lado, pensamos que o imaginário de língua “correta” constitui as práticas dos diferentes sujeitos de tal modo que independentemente do acesso que tiveram ao longo de suas relações sociais foi o suficiente para que percebessem que a escrita difere da oralidade.

Assim, nas produções do sujeito não escolarizado, filho de pais também não escolarizados, fica marcada a sua relação (do sujeito) com a forma de expressão escrita, pela troca, excesso ou falta de elementos linguísticos. Mesmo em um registro formal como esse da avaliação escrita.

Nessa perspectiva, a “hipercorreção” presente nos enunciados indica o fato de que o sujeito não adquire uma língua. Ele nela se inscreve, no instante mesmo em que a língua é tomada, visto que, conforme Guimarães, os falantes são caracterizados histórico-socialmente pelo modo como são tomados pelas

línguas (e pelas divisões que a constituem) e assim se distinguem linguisticamente. (GUIMARÃES, 2007, p.64).

Importa lembrar que, no pequeno pátio do Centro de Inserção, estava escrito em uma das paredes: “cadeia é o cômodo do inferno, no verão e no inverno”. Isso nos faz pensar sobre como se constitui a relação com a língua na posição ocupada por eles, como eles mesmos se referem: “naquele lugar”. A “hipercorreção”, conforme Cox (2004, p. 136), “nada mais é do que o desejo de se apropriar das formas lingüísticas que valem mais no mercado de bens simbólicos”. Na perspectiva em que estamos inscritos, vemos que esse “desejo” não é do conhecimento do sujeito, já que se constitui ideologicamente: “*todos*” querem falar e escrever “certo”, da “melhor” forma possível. Para isso, trazem à tona o imaginário das formas linguísticas hegemônicas que constitui as suas práticas linguísticas nos espaços formais de enunciação.

O modo que os sujeitos que produzem os fatos de “hipercorreção” põem em funcionamento a língua nos permite observar como são constituídos pela língua nacional, possibilitando-nos pensar a produção desse fato linguístico como uma marca do desejo dos falantes de pertencerem a um grupo que ideologicamente é colocado como sendo o grupo que “sabe falar/escrever”.

O sujeito professor universitário, considerando a imagem que tem de si mesmo e a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele (seja aluno, seja outro professor), faz com que ele até reproduza as regras de concordância verbal e nominal legitimadas como “as corretas”. No entanto, o léxico da língua da elite não coincide com o da “sua” língua. O funcionamento da “hipercorreção” é um vestígio de que aquela língua que ele tenta falar não é propriamente “a sua”.

Quando se contrapõem os enunciados dos sujeitos em questão, nota-se que, nos enunciados produzidos pelo sujeito professor há excesso (*vitror, enes*), e trocas (*previlégio, embuidos, assumência*), raramente há falta de fonemas, morfemas ou mudanças sintáticas nos modelos impostos pela gramática normativa. Ao passo que o sujeito reeducando, além das “hipercorreções”, se expressa pela falta: tanto nos paradigmas que utiliza nas concordâncias nominais

e verbais, quanto na ortografia. Em outras palavras, um dos pontos que distingue esses dois lugares enunciativos, universidade e unidade prisional, é o próprio modo como os fatos de “hipercorreção” são construídos.

Assim, fundamentados em nossas análises, podemos dizer que o grau de letramento do falante não é determinante na produção em si de fatos de “hipercorreção”. No entanto, a escolarização incide diretamente no *modo* como se realiza o equívoco.

Daí, o motivo de nossa contraposição às ideias de Moreno sobre “hipercorreção”. O autor argumenta que “não é qualquer pessoa que comete *erros* de **hipercorreção**; paradoxalmente, eles só atacam os falantes que têm certo grau de estudo, preocupados *honestamente* com o correto uso do idioma.”⁹⁴ (MORENO, 2008). (grifo do autor em negrito; em itálico, nosso). A nossa oposição à afirmação do autor deve-se a três razões, independente da ordem: 1) ao fato de atribuir à “hipercorreção” um estatuto de “erro”; 2) de restringi-la à produção de falantes escolarizados; 3) de utilizar a expressão “preocupados honestamente com o uso do idioma”, remetendo-nos à possibilidade de construir o avesso desse enunciado: “preocupados *desonestamente* com o uso do idioma”. Para falar da relação sujeito/língua o autor recorre ao discurso da moral. O que significaria se preocupar com o idioma de forma honesta? Não é necessário dizer, pois é “evidente” que “todos sabem” o que significa.

IV. 6 “Hipercorreções” em enunciados de falantes de “português como segunda língua”

Em relação às condições de produção dos enunciados, podemos dizer, primeiramente, que são enunciados de sujeitos que tem o português como segunda língua (PSL). Tais enunciados foram produzidos por alunos indígenas de diferentes etnias: Munduruku (PA), Xavante (MT), Karajá (MT), em situação formal de escrita, pois se tratava de uma avaliação de uma disciplina de linguagem, em determinados cursos de formação de professores indígenas. Vale dizer que em um dos cursos havia alunos que não tinham completado o ensino médio.

É necessário lembrar que há marcas nos textos de que os alunos procuraram cumprir efetivamente a proposta de escrever na língua normatizada brasileira. Por exemplo, o uso do advérbio “juntamente” e o uso de verbos no futuro “torcerei” indicam o uso bastante formal.

Assim, selecionamos alguns enunciados com traços do português que aparecem “hipercorrigidos” com maior frequência, a fim de fazer um paralelo com as “hipercorreções” produzidas por falantes de português como língua primeira.

Embora tenhamos considerado alguns exemplos de lambdacismo como fatos de “hipercorreção”, não podemos afirmar se foram ou não produzidos em consequência do substrato linguístico. Isso porque desconhecemos o funcionamento da língua munduruku e, nessa perspectiva, é preciso levar em conta que há uma ordem de língua diferente da língua brasileira, há uma materialidade que se organiza de outro modo.

Lambdacismo	
[...] eu agradeço a professora e monito com seus trabalhos <u>palabéns</u> .	
[...] é <u>saboloso</u> .	
O meu amigo é <u>calinhoso</u> [...]	

Rebaixamento das vogais /i/ e /u/ > /e/ e /o/	
No meu conhecimento foi um grande <u>encetivo</u> . Os trabalhos que foram abordados nessa semana foram muito bons.”	[...] para mim participar [...] foi muito importante porque <u>aprende</u> um pouco o significado das palavras que eu não sabiá.
Eu passei a compreender muito mais o que as propaganda <u>querem enfluir a nossa idéia</u> .”	[...] animada, <u>interessada</u> pelo trabalho e etc.
[...] os mais importantes que ele <u>possue</u> .”	[...] muito saudade de <u>te</u> .
[...] quero continuar mais o meu estudo, para que <u>todo</u> que eu aprender, seja repassado também por meus alunos.”	[...] <u>ajodou</u> a professora.
[...] o meu amigo secreto é <u>istodioso</u> .”	[...] eles prometem mas não <u>comprem</u> ..
[...] o meu amigo tem <u>homor</u> ”.	

Acréscimo de /r/ final	
[...] gostei muito a estudar <u>juntamente</u> com você, porque você <u>explicar</u> bem para nós entendermos.	
Pena que o tempo é pouco mas torcerei para que volte na proxima etapa. Posso dizer que	[...] eu <u>dormir</u> um pouquinho já. (Em um bilhetinho que escreviam ao longo das aulas

aprender algo a mais [...]	como forma de descontração.)
[...] eu aprendi sobre alguns diferentes texto que <u>serar</u> muito importante para trabalhar com a comunidade.	[...] eu <u>aprender</u> alguns significativos das palavras.

Superlativos	
[...] foi a <u>melhor</u> aula que <u>mais</u> gostei.	“Você é <u>ótima</u> professora do mundo [...].”
“A aula foi <u>muito excelente</u> [...].”	“[...] os professores foi <u>muito excelente</u> .”
“Todos os trabalhos durante essa semana foram <u>muito ótimo</u> [...].”	“Para mim participar das aulas de português foi <u>muito ótimo</u> [...].”

Afixos/morfemas: omissão, acréscimo ou troca	
Foi uma semana tão gostosa, muito <u>aproveitosa</u> [...].”	[...] eu aprender alguns <u>significativo</u> das palavras.”
“Nós <u>cadêmicos</u> aprendemos muitas coisas importante para levar a nossa aldeias [...].”	[...] o professor também é muito brincalhão e simpático. Sempre <u>alegramos</u> com ele.”
<u>Escrevou</u> somente para dizer a você, olha professora? Gostei muito da senhora [...].” Obs.: Possivelmente o ditongo foi produzido em analogia à pronúncia: [brin'ko]	O meu amigo é bondoso, carinhoso, <u>lindoso</u> [...].”
A minha amiga é bondosa, carinhosa, <u>indigenosa</u> [...].”	O meu amigo é <u>colaborante</u> [...].”
O meu amigo secreto é <u>humildoso</u> [...].” ⁹⁵	O meu amigo é estudioso, atencioso, carinhoso e <u>namoroso</u> .

Significado de uma palavra	
“[...] Foi muito <u>aproveitave</u> l esse momento rico de informações. Maneira fácil de assimilação .” Obs.: comentar o uso do plural e a palavra “assimilação” que não é muito usada	
“A aula foi <u>transparente</u> e mais objetiva e prática. Gostamos dessa aula.	
“Em cada frase <u>moderna</u> <u>construtiva</u> desses/destes três dias foram momentos de amizade na experiência e conhecimento.”	

Pensamos ser fecundo construir um quadro com traços de língua “hipercorrigidos” que constituem tanto alguns enunciados de falantes de português como língua primeira quanto dos que tem o português como segunda língua.

Alguns fatos de “hipercorreção”, como os casos de lambdacismo, por exemplo, são frutos do desassossego em relação a traços que se constituem por uma imagem negativa, que estão ligados a gestos de censura.

No entanto, às vezes, o processo é inverso. Nesse caso, o sujeito procura reproduzir traços linguísticos que compõem o imaginário de língua “correta”, como podemos observar nos exemplos do rebaixamento das vogais /i/ e /u/ que se transformam em /e/ e /o/, o acréscimo de /r/ final, uso de palavras cujo significado não se encaixa no enunciado produzido. Estes traços estão estreitamente ligados à produção escrita, que, por sua vez, indica que, além de estar funcionando a imagem que o sujeito indígena (das etnias citadas) tem de seu interlocutor (professor/avaliador), também está funcionando a imagem de língua brasileira correta, ou seja, a I A (B) e I A (L).

Conforme dissemos, o mecanismo de produção da “hipercorreção” atinge enunciados de sujeitos em diferentes posições discursivas. Para ilustrar, citamos alguns exemplos de enunciados constituídos por lambdacismo, pelo rebaixamento das vogais /i/ e /u/ que se transformam em /e/ e /o/, pelo acréscimo de /r/ final, assim como pelo uso de palavras cujo significado não se encaixa no enunciado produzido.

No quadro a seguir, fizemos um paralelo entre enunciados dos dois grupos em questão:

	Falantes de português como língua primeira	Falantes de português como segunda língua
Lambdacismo	As plóteses que eu faço são as melhores da região.	O meu amigo é <u>calinhoso</u> [...]
Rebaixamento das vogais: <i>/i/ e /u/ > /e/ e /o/</i>	Sei que é uma mulher muito <u>descreta</u> , mas poderia ter me dado uma luz. [...] Encomodei vc? (torpedos escritos por alguém com o ensino médio/MT) [...]um palco de calor <u>homano</u> .	No meu conhecimento foi um grande <u>encentivo</u> . Os trabalhos que foram abordados nessa semana foram muito bons. [...] eles prometem mas não <u>comprem..</u>
Acréscimo de /r/ final	[...] inclusive a comissão já <u>estar</u> formada	Posso dizer que <u>aprendir</u> algo a mais [...]
Equívoco no significado de uma palavra	Na Bahia é todo mundo muito simpático. É um povo muito <u>hospitalar</u> .	A aula foi <u>transparente</u> e mais objetiva e prática.

A nosso ver, esses casos de “hipercorreção” confirmam o fato de que há uma ordem da forma de língua que se impõe, não só para um dos grupos de

falantes, mas para ambos. A ordem “dessa” forma da língua, a língua oficial, produz efeitos e, conseqüentemente, incorre-se nesse tipo de equívoco, mesmo que a cultura que constitui o sujeito seja diferenciada.

Além disso, as “hipercorreções” presentes nos enunciados acima remetem à distância existente entre língua materna e língua oficial. A ponto de, muitas vezes, a língua nacional parecer uma língua “estrangeira” no sentido de causar estranhamento para o próprio falante do português como língua primeira.

Quando consideramos o jogo de imagens constitutivo de qualquer processo discursivo, podemos pensar que o sujeito que produz e quando produz uma “hipercorreção” está fortemente afetado pela imagem de língua ideal/imaginária que constitui a nossa sociedade. Além disso, o desejo inconsciente de produzir para o seu interlocutor uma imagem de aquele que “sabe falar/escrever” faz emergir equívocos em suas produções linguísticas, traços que apontam para a relação entre língua e história.

Para nós, a “hipercorreção” está relacionada a uma formação discursiva em que o sujeito é tomado pelo efeito da língua imaginária. Isso nos remete ao que Orlandi desenvolve sobre três aspectos relevantes da *historicidade*. O primeiro aspecto concerne à “historicidade do processo discursivo”, o segundo, à “historicidade do falante no ‘seu’ processo discursivo” e o último diz respeito à “historicidade dos próprios processos discursivos”. Este é o mais interessante, no ponto de vista da autora e no nosso também, porque [...] trata-se de se pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros. (ORLANDI, 2003, p. 23).

Assim, a historicidade dos processos discursivos pode ser relacionada a enunciados não só de sujeitos que tem o português como língua materna, mas também aos enunciados de quem tem o português enquanto segunda língua. Para nós, a historicidade posta numa ordem da língua pode ser percebida nas marcas de “hipercorreção”. Há uma ordem da língua que se impõe e constitui o sujeito ideologicamente. Assim, os traços “hipercorrigidos” estão relacionados aos valores associados a eles no funcionamento da língua institucionalizada.

IV.7 Considerações gerais sobre o funcionamento da “hipercorreção”

Temos um Estado, temos uma língua nacional, mas alguns brasileiros a têm mais que outros. É este o modo de existência da língua nacional no capitalismo. (ORLANDI, 2009, p. 176-7).

Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que os fatos de “hipercorreção” são produções de pessoas que ocupam diferentes lugares sociais. Em relação à escolarização, por um lado temos exemplos em nosso material de análise enunciados produzidos por sujeitos que tiveram pouco acesso à escolarização, como alguns vereadores, reeducandos e entrevistados. Por outro lado, temos exemplos desses fatos discursivos constituindo práticas linguísticas também de sujeitos na posição de escolarizado, como os professores universitários e os alunos de pós-graduação.

Também registramos em nossa análise que não há uma restrição em relação à idade, pois temos enunciados que apresentam traços lingüísticos “hipercorrigidos” produzidos por pessoas com mais de 70 anos, assim como temos exemplos de crianças com quatro anos que nem ingressaram no ambiente escolar.

Como dissemos mais acima, ligamos isso ao fato de que os sujeitos buscam reproduzir os traços lingüísticos legitimados como “os corretos”, considerando a imagem que têm de si mesmos, a imagem da imagem que seu interlocutor tem dele, assim como a imagem que têm do referente, no caso, a língua. O funcionamento da “hipercorreção” é um vestígio de que aquela língua que eles tentam falar não é propriamente “a deles”. Ou pelo menos, que não têm uma relação estabilizada com a forma da língua normatizada.

Novamente, relacionamos o funcionamento desses fatos discursivos com o mecanismo de antecipação⁹⁶ que se define no fato de o sujeito se colocar no lugar do seu interlocutor e construir seu enunciado de um modo que o efeito de sentido produzido esteja de acordo com o que deseja, conjugando com a imagem de falante que idealiza.

A nosso ver, também é possível dizer que a inscrição do sujeito no discurso da escrita é determinante na produção da “hipercorreção”. Isso significa dizer que independe de ser menos ou mais escolarizado, pois em nossa sociedade grafocêntrica, de um modo ou outro, o discurso da escrita está funcionando. Conforme ressalta Orlandi:

A escrita, numa sociedade de escrita, não é só um instrumento, *ela é estruturante*. Isso significa que ela é lugar de constituição de relações sociais, isto é, de relações que dão uma configuração específica à formação social e seus membros. A forma da sociedade está assim diretamente relacionada com a existência ou a ausência da escrita. Isso porque, na perspectiva discursiva, a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, ela define o estatuto do interdiscurso (o saber discursivo que determina a produção de sentidos e a posição dos sujeitos), definindo, assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito. (ORLANDI, 1999a, p. 7-8). (grifos nossos).

Nesse processo, por um lado o que está em jogo é a relação do sujeito com a ideologia, é a identificação desse sujeito com a discursividade da norma. Por outro, a relação mais ou menos íntima com a escrita é determinante no *modo* que esse fato linguístico-discursivo se configurará no enunciado produzido. A nosso ver, o modo com que se configura a “hipercorreção” produz diferentes efeitos de sentidos que instalam uma divisão entre os que falam/escrevem “mais errado” e os que falam/escrevem “menos errado”. Nessa perspectiva, podemos dizer que há uma distinção hierarquizante entre as formas “hipercorrigidas”, como por exemplo, nas formas “enes coisas” e “malmita”, entre “previlégio” e “encentivo”.

Assim, pensamos que a maioria dos fatos de “hipercorreção” traz em si o pressuposto da fixidez de sentidos positivos a uma forma linguística que se constitui pela/na inscrição do sujeito no discurso da escrita, considerando que, como dissemos, é um discurso que fundamenta a nossa organização social de tal forma que há um desejo de silenciamento do discurso da oralidade.

Com a análise de casos de “hipercorreção” temos a possibilidade de perceber o olhar que o sujeito lança ao próprio dizer. Em consequência, surge outra forma na língua, uma espécie de “frankenstein” linguístico marcado pelo equívoco em um traço sonoro, morfológico, sintático ou semântico. Uma forma estranha vinda de um outro lugar, um “repetível” que emerge como um “estrepe”, causando-nos estranheza. Por exemplo: “afrodisíaco” > “a flor de ziaco”.

A nosso ver, as “hipercorreções” podem ser vistas como formas intrusas nas produções do sujeito que enuncia e que vem de outro lugar, uma memória outra que não é, propriamente, a do sujeito que enuncia, mas é uma memória que se repete. Para Pêcheux,

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentes históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. [...] E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é a meu ver a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior. (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

Compreender o funcionamento da memória, como nos fala Pêcheux, enquanto “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização” é fundamental para perceber que a discursividade que se instala no dizer é produzida ideologicamente e, como consequência da evidência produzida, passa a funcionar como se fosse constitutiva da língua.

Assim, os fatos de “hipercorreção” marcam a divisão do sujeito, a heterogeneidade que o constitui. Observar o processo de produção dos fatos de “hipercorreção” nos possibilita pensar a divisão da nossa sociedade presente nos próprios modos como os sujeitos são constituídos pela língua. Além disso, esses fatos permitem-nos perceber como os sujeitos são divididos neles mesmos. Melhor dizendo, esses traços “intrusos” são um observatório de como os sujeitos

dividem-se entre o modo de falar que lhe é próprio e o modo de falar que lhe é impingido sócio-histórica e ideologicamente. Nessa perspectiva, os fatos de “hipercorreção” podem ser espaços privilegiados para se observar a relação entre língua/sujeito/ideologia.

Enfatizamos que, por um lado, a língua é sujeita a falhas, é capaz de falhas, e essa possibilidade constitui a ordem simbólica. Por outro lado, o equívoco é fato de discurso. Por considerarmos as “hipercorreções” não como “erros”, mas como equívocos, as vemos como lugares da língua sujeitos à falha, inscrevendo-se na história para significar. Enquanto equívocos são da ordem da língua e do discurso e apontam para a discursividade da “correção”, da norma (im)posta.

A nosso ver, tais equívocos sinalizam lugares na língua que poderiam ser formulados de diferentes modos, mas que, ideologicamente, é produzido um efeito que faz com que pareça evidente um único modo possível e o(s) outro(s) é/são desconsiderado(s), silenciado(s), apagado(s). Ou seja, esses equívocos funcionam como evidências da linguagem, propriamente constitutivas da língua para o sujeito que as enuncia. (PAYER, 2006, p. 109). Como dissemos, há elos frágeis no próprio sistema linguístico que ficam sinalizados nos fatos de “hipercorreção”. Dito de outro modo, tais fatos nos permitem pensar na suscetibilidade à falha do próprio sistema linguístico.

Também podemos ver a “hipercorreção” enquanto falha da relação do sujeito com os efeitos de sentidos do discurso da norma. Enquanto fato linguístico-discursivo marca que, enquanto falante, o sujeito é constituído pelo desejo de *pertencimento ao grupo*⁹⁷ dos que “sabem falar/escrever”. Além disso, é indício da busca de resistência ou de temor da discriminação linguística. Frisamos que o desejo de não ser discriminado não nasce no indivíduo, pois é constituído ideologicamente.

Para “fechar”, é possível ver a “hipercorreção” como um fato linguístico enquanto vestígio do desassossego do sujeito na sua relação contraditória entre língua materna e a língua institucionalizada. Indica um sujeito constituído

ideologicamente pelo desejo de resistência à discriminação linguística, ao preconceito que distingue, hierarquiza e exclui alguns brasileiros. Considerando que seja uma possibilidade de resistência, trazemos Pêcheux:

As resistências: não entender ou entender errado; não ‘escutar’ as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, *alterar o sentido das palavras e das frases*; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. (PÊCHEUX, 1990, p. 17). (grifos nossos).

Fazemos uma ponte do que afirma Pêcheux com a relação sujeito/língua na produção da “hipercorreção”. É coerente pensar que a interdição a qual é submetida a língua materna de alguns se estende à interdição desses falantes. Em outros termos, a língua enquanto constitutiva do sujeito, na nossa sociedade capitalista, marca sujeitos de linguagem pela injunção ao silêncio.

Enfim, levando em conta que a língua, como diz Orlandi, efetivamente, não é só um instrumento de comunicação, nem serve apenas para transmitir informações: “ela é um lugar de poder: poder dizer, poder se identificar, poder argumentar, poder se fazer visível”. (ORLANDI, 2009, p. 187).

Algumas considerações finais

Neste trabalho, procuramos compreender o funcionamento da “hipercorreção”, considerando que a língua é “um objeto simbólico afetado pelo político e pelo social intrinsecamente”. (ORLANDI, 2005, p. 32).

Assim, a nossa proposta foi pensar essa noção de outro lugar teórico que não o tradicional. Procuramos ressignificá-la a partir de uma perspectiva discursiva que possibilitou que passássemos a tratá-la enquanto um fato discursivo e não mais linguístico, como na Sociolingüística. Dito de outro modo, foi com essa mediação teórica que redundou numa outra noção de “hipercorreção”. Uma noção que leva em conta a relação tensa e contraditória entre língua nacional X língua materna, língua fluida X língua imaginária, língua oral X língua escrita.

A nosso ver, a produção de “hipercorreção” marca o fato de que os sujeitos são constituídos historicamente não só pela língua materna, mas também pela língua nacional. Em nossa sociedade, o comum é haver um descompasso entre a língua materna e a nacional e para muitos falantes a última se constitui enquanto uma língua “estrangeira”, impossível.

Em função disso, identificamos alguns exemplos de “hipercorreção” nas diferentes práticas linguísticas, organizando-os de acordo com as regularidades que percebíamos serem recorrentes. Como dissemos, podemos pensar a “hipercorreção” como um fato linguístico-discursivo que se apresenta em um enunciado e que pode ser não só da ordem da fonética, mas da morfologia, sintaxe ou semântica.

Propomos este estudo como uma possível forma de tornar visível não só a divisão constitutiva do(s) sujeito(s), mas a divisão de nossa sociedade pela relação entre língua(s)/sujeito(s). A partir deste estudo, pensamos em uma possibilidade de interferência na eficácia de discursos fixados, estabilizados, tidos

como evidentes, assim como é o discurso da “língua correta”, uma discursividade que aparta sujeitos pelo modo de falar.

Na posição de educadoras, levamos em conta a relação da educação e a possibilidade de novos gestos de interpretação, a possibilidade de outros sentidos. Nessa direção, parafraseamos Orlandi quando discute o fato de a educação poder criar condições que possibilitem a irrupção de discursividade(s) outra(s) que atravesse(m) a produção existente de sentidos ‘evidentes’. Um modo de atingir e romper com a interpretação da ideologia já-lá. (2011, p. 165).

Como Payer (2007, p. 122) argumentamos que é necessário uma “postura diferente de ‘respeitar’ silenciosamente toda e qualquer forma linguística e de ensinar o sujeito-aluno a ‘adequar-se’ linguisticamente às diferentes situações sociais”. Isso porque o sujeito é constituído pela língua e não se despe da materialidade dela, simplesmente, por ter mudado de contexto social.

Enfim, de uma perspectiva discursiva pensamos a escola enquanto espaço de linguagem, um espaço possível de se trabalhar sentidos outros da relação sujeito/língua. Conforme foi dito por Orlandi, Payer e Silva (2007, pp. 61; 122 e 159, respectivamente), é necessário historicizar as questões em relação à língua e desconstruir o seu sentido de evidência. É o que procuramos fazer ao longo deste texto.

Referências

ALKMIM, T. M. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à Linguística 1*. São Paulo: Cortez, 2003.

ASSARÉ, P. *Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino*. RJ, Petrópolis: Vozes, 2001.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Nº 19, Jul/dez.1990, p. 25-42.

_____. *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AZAMBUJA, E. B. *Olhares, vozes e silêncios que excluem: estereótipos de índio*. Cáceres: Editora Unemat, 2005.

_____. A relação sujeito/língua dividida, na produção da “hipercorreção”. In: *ÍCONE - Revista de Letras, São Luís de Montes Belos*, v. 2, p. 88-104. Publicado em jul/2008. Disponível em <http://www.slmb.ueg.br/iconeletras>

BAGNO, M. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BALDINI, L. Cidade e sujeito na rede. In: ORLANDI, E. P.(org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas*. Campinas: Editora RG, 2011.

BARILI, A.O. (et.al.). (orgs). *Dicionário 28 léxico e enciclopédico ilustrado da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Codex Ltda, 1970.

BARROS, M. *O livro das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. *Compêndio para uso dos pássaros*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BISINOTO, L.S.J. *Migrações internas, norma e ensino da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

_____. Uma reflexão sobre atitudes linguísticas. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos 22*. Campinas: Capes- Procad- Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2009.

BORBA, F.S. (org.). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 204.

BUENO, F. da S. *Grande Dicionário Etimológico-prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva, 1965.

_____. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Fortaleza, 1972.

CAGLIARI, L.C. *Alfabetização & Linguística*. São Paulo: Scipione, 2002.

CAMARA JÚNIOR, J.M. *Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

COURTINE, J-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, (62), Paris:ED. Larousse,1981.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COUTO, M. *Vozes anoitecidas*. (Col. Uma terra sem amos). Lisboa: Editorial Caminho, 1987.

_____. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Ensaios. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

COUTO, H. H. DO. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Ed. Thesaurus , 2007.

COX, M.I.P. Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, maio/agosto, 2004, p. 135-148.

_____. Quanto vale o falar cuiabano no mercado linguístico matogrossense? In: COX, M. I. P. (org.). São Carlos: Pedro & João Editores; Cuiabá: EdUFMT, 2008.

DE NARDI, F.S. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. In: *Discurso, língua e memória: Organon 35: Revista do Instituto de Letras da UFRGS.*, vol. 17, nº 35, 2003.

DIAS, L.F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

DIAS, L.F.; BEZERRA, M.A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.) *A palavra e a frase*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2006, pp. 11-37.

_____. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DO COUTO, H. H.. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Ed. Thesaurus , 2007.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1993.

FARIA, M.I.;PERICÃO, M.das G. Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FERREIRA, A. B.de H. *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

FURLAN, C.C.; MEGID, C.M. Língua e linguagem em movimento na sala de aula. In: BOLOGNINI, C.Z.; PFEIFFER, C.; LAGAZZI, S. (orgs). *Discurso e ensino: práticas de linguagem na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

GADET, F; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethânia Mariani [et. al.]. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1997.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GALEANO, E. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Tradução: Sérgio Faraco; com gravuras de José Guadalupe Posada. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2010.

GALLO, S.L. *Texto como apre(e)nder essa matéria?* Análise discursiva do TEXTO na Escola. Tese de doutorado apresentada ao IEL, UNICAMP/1990.

_____. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES, E. (org.) *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes,1989.

_____. Sinopse dos Estudos do Português do Brasil: A Gramatização Brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.P. *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: OLIVEIRA, S.E.; SANTOS, J.F. (orgs.) *Mosaico de linguagens*. Guarapuava/PR; Cellip; Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Política de línguas na linguística brasileira: da abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.C.; NUNES, J.H. (orgs.). *Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

GUIMARÃES, E.; DE PAULA, M.B. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.

HAROCHE, C. *Querer dizer, poder dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da 'análise automática do discurso' de Michel Pêcheux. In: GADET, F; HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethânia Mariani [et. al.]. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1997.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 2001.

INSDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAGARES, X.C. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados. In: LAGARES, X.C.; BAGNO, M. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LEANDRO FERREIRA, M.C. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. O caráter singular da língua no discurso. In: *Discurso, língua e memória: Organon 35: Revista do Instituto de Letras da UFRGS.*, vol. 17, nº 35, 2003.

_____. Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e “normas da pronúncia padrão”. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Campinas, Editora RG, 2010.

_____. [et al.]. *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

LEITE, M.Q. Purismos no discurso oral culto. In: PRETTI, D. (org.). *O discurso oral culto*. SP: Humanitas publicações – FFLCH, 1999.

_____. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LEMLE, M. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 2009.

MARIANI, B. As leituras da/na rocinha. In: ORLANDI, E.P. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

_____. A institucionalização da Língua, História e Cidadania no Brasil do Século XVIII: O papel das Academias Literárias e da Política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E. (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.

_____. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário*, nº 36, p. 27-44, 2008.

_____. Unidade idealizada na variedade concreta: censos linguísticos, congressos sobre a língua falada e “normas da pronúncia padrão”. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro: Faperj; Campinas, Editora RG, 2010.

_____. A redação do código civil: polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, X.C.; BAGNO, M. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MATTOS E SILVA, R. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MICHAELLIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MORENO, C. Sua língua: hipercorreção. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/05/11/hipercorrecao/> Acesso em 17/abr/2010

NUNES, J.H. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1994.

_____. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, E.P. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto: Fapesp, 2006a.

_____. Escrita e subjetivação na cidade. In: MARIANI, B. (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006b.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. In: Série Estudos, Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, nº 10, 1984.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Editora Cortez, 1990.

_____. Palavra de amor. *Cad. de Estudos Linguísticos*. Campinas/SP. (19) Jul./Dez. 1990b.

_____. O lugar das sistematicidades linguísticas na análise de discurso. In: *Revista D.E.L.T.A* (Revista de Documentação de Estudos em Linguística e Linguística Aplicada). São Paulo: EDUC, Vol. 10, Nº 2, 1994 (295-307).

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

_____. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In: ORLANDI, E.P.; LAJOLO, M.; IANNI, O. *Sociedade e linguagem*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, Pontes, 1998a.

_____. Ética e política linguística. In: *Língua e instrumentos linguísticos*. História das Ideias Linguísticas. São Paulo: Pontes, 1998b.

_____. Do sujeito na história e no simbólico. In: *Escritos nº 4*, Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999.

_____. Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. In: *Escritos nº 5: Escrita, escritura e cidade (I)*. Laboratório de Estudos Linguísticos: Unicamp: Dezembro de 1999a.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999b.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

_____. Tralhas e troços: o flagrante urbano. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. (org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001c.

_____. *Língua e Conhecimento Linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. PoliSêmico. ORLANDI, ENI. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.

_____. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). In: *Língua e instrumentos linguísticos*, nº 15, 2005.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista/BA, Nº 1, jul/2005a.

_____. Análise de Discurso. In ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007a.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=&&edição=26&id=296>. Publicado em 10/07/2007b.

_____. *A língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009a.

_____. Espaço da violência: o sentido da delinquência. In: CYRINO, S. (org.). *Cadernos de Estudos Linguísticos: nº 51(2)*, jul./dez. IEL/Unicamp. Campinas, SP: 2009b.

_____. Sujeito e discursos contemporâneos. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Clara Luz, 2009c.

_____. (org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010.

_____. (org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas*. Campinas/SP: Editora RG, 2011.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas/SP, 2012.

PAGOTTO, E.G. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PAULILLO, R. A enunciação vacilante: formas do heterogêneo no discurso de si. Tese de doutorado em Linguística: IEL/UNICAMP, 2004.

PAYER, M. O. *Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Retrospecção e estereotipia, imagens urbanas sobre o campo. In: *RUA*, nº 2. Campinas, SP: Nudecri/Unicamp, 1995.

_____. Memória da língua e ensino – modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento. In: *Discurso, língua e memória: Organon 35: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Vol. 17, nº 35, 2003.*

_____. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado. In: *Revista Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP- NUDECRI. Campinas: SP, Nº 11, mar/2005.*

_____. *Memória da língua: imigração e nacionalidade.* São Paulo: Escuta, 2006.

_____. Processos de identificação sujeito/língua. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política Lingüística no Brasil.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) *O português do Brasil como língua transnacional.* Campinas, SP: Editora RG, 2009.

_____. Memória da imigração e processos de identificação em mídia jornalística. In: ORLANDI, E. P.(org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas.* Campinas: Editora RG, 2011.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. J.H. Nunes. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos.* Campinas, IEL, Unicamp, n.19, 1990.

_____. *Semântica e Discurso.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Trad.. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da memória.* Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999b.

_____. Prefácio: O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.* São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

_____. *Análise de discurso.* Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi (org.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?. In: *Escritos: Discurso e Política,* n.3, Campinas: LABEURB/UNICAMP, 1998, pp. 5-16.

PFEIFFER, C.C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. P. (org.). *História das Ideias Lingüísticas: construção do saber*

metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.

_____. Saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M.R. (orgs.). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

_____. Compreender discursivamente a escola: uma possibilidade construída. In: RODRIGUES, E.A.; SANTOS, G. L. DOS; CASTELLO BRANCO, L.K. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, Editora RG, 2011.

PIDAL, R. M. *Manual de Gramática Histórica Española*. Madrid, 1944.

PRETI, D. *Sociolinguística: os níveis da fala*. São Paulo: Edusp, 1994.

NOGUEIRA, T.P. Português Amigo. Disponível em <http://beijosvgrocknroll.blogspot.com.br/2011/05/portugues-amigo.html>, 12/05/2011.

RAMOS, F. A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, 2012.

RASIA, G. de L. dos S. A constituição do imaginário de língua na escrita de acadêmicos de Letras. In: *Organon*, Porto Alegre/UFRGS, Nº 48, vol. 24, Jan-jun, 2010, p. 55-69.

ROLNIK, S. O mal-estar na diferença. Disponível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf>.

ROMANINI, V. Por uma gramática da língua solta. Disponível em <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp602/pag12.htm> Publicado em 24 de junho de 2002.

ROSA, J. G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SANTANA, C. L. da S.; MELQUIADES, D. M.; BORGES, G. M. “O imaginário dos goianos sobre o próprio falar”. Monografia apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Letras, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2006.

SARAMAGO, J. Um ateu preocupado com Deus. In *Saramago nas Suas Palavras*. Edição e seleção de Fernando Gómez Aguilera, Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHALLER, J-J. "Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée". comunicação apresentada na Faculdade de Educação da USP. São Paulo, nov/2001.

SILVA, M.V. História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito escolarizado. Tese de doutorado em Linguística: IEL/UNICAMP, 1998.

_____. Espaços urbanos - espaços da escrita. In: *Escrito: Escrita, escritura e cidade* (I), Nº 5. Laboratório de Estudos Linguísticos: Unicamp, dezembro de 1999.

_____. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, E.P.(org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, Cáceres: Unemat Editora, 2001.

_____. Sujeito, escrita, história: a letra e as letras. In: MARIANI, B. (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

SILVA NETO, S. da. *Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi*. RJ: Imprensa Nacional, 1946.

SOUZA, S. R. de. Os mitos da sociedade esclarecida: ciência, riqueza e justiça. In: PINTO, A.J.A.; GOMES, L.E.W. (orgs). *Ver e entrever a comunicação: sociedade, mídia e cultura*. São Paulo: Arte e Ciência, 2008.

VELOSO, C. *Velô*. LP/CD Philips/Polygram, 1984.

WILLIAMS, E.B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

ZOPPI-FONTANA, M.G. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

_____. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon 35: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, vol. 17, Número 35, 2003.

_____. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

_____. Estar em estado de palavra. In: RODRIGUES, E.A.; SANTOS, G. L. DOS; CASTELLO BRANCO, L.K. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre*. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, Editora RG, 2011.

Sites consultados e/ou citados;

<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2011/05/12/livro-usado-pelo-mec-ensina-aluno-a-falar-errado>

<http://vestibularnopara.com.br/livro-do-mec-ensina-a-falar-errado/>

<http://wp.clicrbs.com.br/sualingua/2009/05/11/hipercorrecao/?topo=,2,18>

<http://www.a23online.com/2011/07/16/chico-buarque-fala-sobre-erros-de-portugues-em-suas-cancoes>

<http://www.dicio.com.br>

<http://www.soportugues.com.br/secoes/errosPopulares/>

<http://www.unicamp.br/iel/hil>

http://www.youtube.com/watch?v=3A2ce_6ZXvs&feature=related